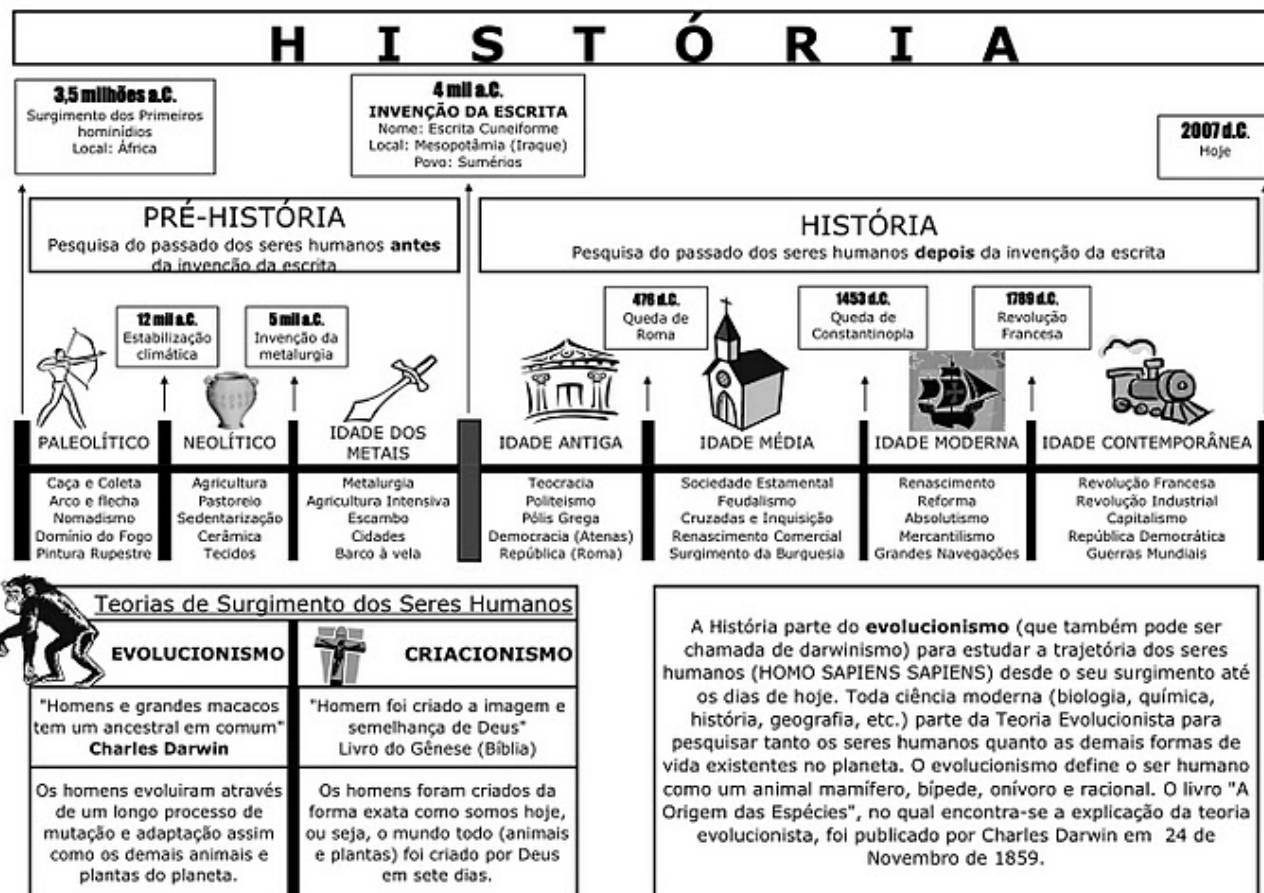


História para Supletivo

1º Módulo / 1ª Prova

A DIVISÃO DIDÁTICA DA HISTÓRIA

A divisão didática da História tem a finalidade didática, ou seja, facilitar sua compreensão.



Antiguidade ou Idade Antiga

Período da História que iniciou com a **invenção da escrita** (aproximadamente 4.000 anos antes do nascimento de Cristo) e terminou em 476 da era Cristã, com o **fim do Império Romano**.

Foi uma época histórica marcada pelo surgimento de cidades, escravidão, dos impérios territoriais, dos primeiros conhecimentos sobre a natureza e o homem.

Idade Média

Foi o período entre o ano 476 e o ano em que ocorreu o **fim do Império Bizantino, em 1453**. Na Idade Média prevalecia a existência dos chamados **feudos** na Europa. Uma sociedade muito influenciada pela **Igreja Cristã**, etc. A vida de todos europeus estava profundamente marcada pela religiosidade. Era a época dos castelos com seus cavaleiros.

Idade Moderna

Teve **início em 1453 e durou até o ano de 1789, o ano da Revolução Francesa**. A modernidade foi um período histórico agitado por muitas mudanças nas sociedades da Europa, mas principalmente para a América, incluindo o Brasil.

Idade Contemporânea

Como o próprio nome sugere, é um período histórico mais recente, **próximo a atualidade**. Este é um tempo de muitas revoluções políticas, transformações rápidas na vida das pessoas e um incrível desenvolvimento do conhecimento científico sobre o ser humano e tudo que o rodeia.

O Brasil na História

Como veremos no decorrer do período, a História do Brasil esteve ligada desde o ano de 1500 à História européia. O fato histórico que denominamos "chegada dos portugueses ao Brasil" ou, "Descobrimento do Brasil", ocorreu logo no início da chamada Idade Moderna.

Como saber a que século pertence um ano qualquer?

Vejamos alguns exemplos na tabela abaixo:

ANO	32	225	1277	1451	1641	1971	400	1500
	0	2	12	14	16	19	4	15
	+ 1	+ 1	+ 1	+ 1	+ 1	+ 1		
Século	I	III	XIII	XV	XVII	XX	IV	XV

Observando a tabela acima, podemos concluir que para sabermos a que século pertence um ano, devemos ignorar os dois últimos algarismos do ano e somar uma unidade (+ 1) ao que sobrou:

Exemplo:

1789 $17 + 1 = 18$; portanto 1789 está no século XVIII.

Existe apenas uma exceção, ou seja, quando o ano termina em **00**. Neste caso a regra é ignorar os dois últimos algarismos (00) e NÃO acrescentar nada.

Exemplo:

1900 $19 + 0 = 19$; portanto 1900 está no século XIX.

Exercícios:

1. A que século pertencem os anos abaixo?

- a) 27 - _____
- b) 159 - _____
- c) 730 - _____
- d) 1875 - _____
- e) 600 - _____
- f) 2000 - _____

A ERA DOS DESCOBRIMENTOS

A Formação de Portugal

Na Antiguidade, os **romanos** haviam conquistado a Península Ibérica. Na foz do rio Douro fundaram uma povoação, a qual deram o nome de **Cale**. Esta região era conhecida por **Portucale**, originando-se assim o nome atual: **Portugal**.

Mais tarde a região foi invadida pelos visigodos (bárbaros), que aí permaneceram até serem vencidos pelos árabes, no século VIII.

O conflito com os mouros

Os **árabes (mouros)** dominaram quase toda **Península Ibérica**, com exceção do extremo-Norte, onde formaram-se os Reinos Cristãos de Leão, Castela, Navarra e Aragão. No século XI, o rei de Leão e Castela, auxiliado por nobres franceses, lutou contra os mouros e conseguiu expulsá-los de uma parte do território, onde surgiu o Condado Portucalense, Doado ao nobre **D. Henrique de Borgonha**.

Em 1139, o filho do Conde de Borgonha, chamado D. Afonso Henriques, conseguiu proclamar a independência do Condado. Desta forma surgiu o **Reino de Portugal**, com seu **primeiro rei D. Afonso Henriques**, da dinastia de Borgonha.

Continuando a Guerra de Reconquista contra os mouros, a dinastia de Borgonha estendeu seu território mais para o Sul da Península Ibérica, anexando a região conhecida como Algarves.

O progresso de Portugal

O século XIV foi marcado por várias crises na Europa. Como fome, doenças (peste negra) e guerras (Guerra dos Cem Anos – França x Inglaterra). Com essa situação, grandes mercadores italianos, que traziam mercadorias do Oriente e eram responsáveis pela distribuição das mesmas da Itália para o interior da Europa até Flandres, deixaram as rotas terrestres e optaram por uma rota marítima.

Essa rota marítima levava os navios do Mar Mediterrâneo para o Atlântico, através do Estreito de Gibraltar, atingindo, durante o percurso, portos do litoral português, que tornaram-se bastante importantes, como: Lisboa, Évora e Porto.

Os comerciantes portugueses (burguesia) passaram a obter maiores lucros e o governo de Portugal pretendia estimular as atividades comerciais e a navegação. Por outro lado, a dinastia de Borgonha estava frequentemente ameaçada pelo vizinho Reino de Castela. Quando morreu D. Fernando, o último rei da Dinastia de Borgonha, o rei de Castela tentou retomar Portugal. Mas, com a ajuda da burguesia, do povo e de nobres ligados ao comércio, em 1385, D. João, Mestre de Avis, através da chamada Revolução de Avis, foi proclamado rei, mantendo a autonomia de Portugal e iniciando a Dinastia de Avis.

Foram os soberanos portugueses dessa nova Dinastia que apoiaram e fizeram desenvolver a expansão marítima e colonial portuguesa.

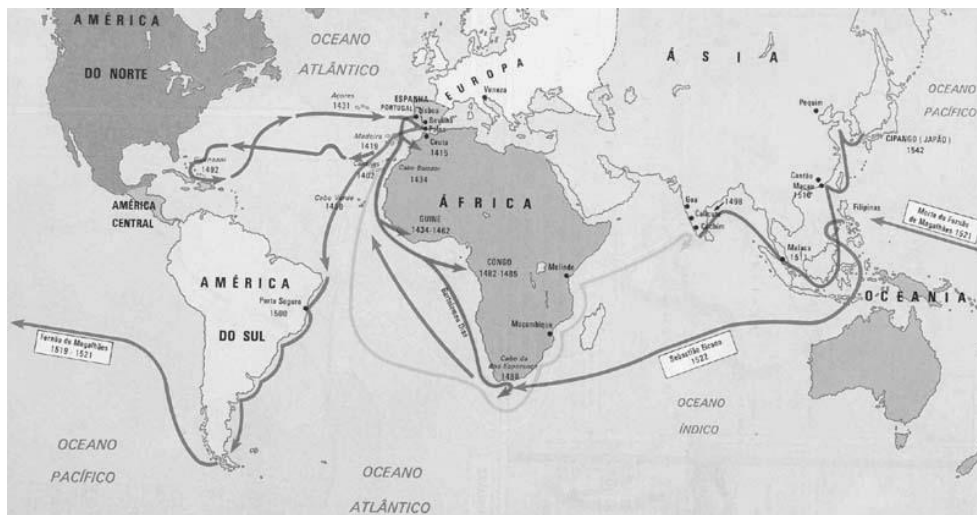
As Grandes Navegações

Na Idade Média quase todo comércio marítimo era feito através do Mar Mediterrâneo, permitindo o contato entre mercadores europeus e orientais. Os europeus compravam grande quantidade de mercadorias na cidade de Constantinopla (antiga Capital do Império Bizantino), considerada o maior entreposto comercial entre o Ocidente e o Oriente.

Do Oriente, os europeus importavam ouro, jóias, tapetes, porcelana, seda e outros artigos, além das tão desejadas “especiarias”, tais

como: canela, cravo-da-índia, noz moscada, pimenta, ervas aromáticas, etc. Os europeus que obtinham maiores ganhos com esse comércio eram os genoveses e os venezianos. Porém, no ano de 1453 os turcos otomanos tomaram a cidade de Constantinopla e praticamente impediram os europeus de manterem seu lucrativo comércio.

Esse fato impulsionou o movimento das Grandes Navegações porque não restava outra alternativa, senão encontrar uma nova rota para o Oriente, que chamavam genericamente de Índias.



Outras razões para as Grandes Navegações

- Para os comerciantes e governantes portugueses havia o interesse em conseguir uma rota exclusiva de comércio com o Oriente para aumentar os lucros;
- Necessidade de encontrar metais preciosos e novos produtos para incrementar o comércio europeu;
- Marinheiros daquela época acreditavam em lendas sobre locais fabulosos, repletos de ouro e até na existência de um “Paraíso terrestre”;
- A Igreja buscava espalhar a fé cristã entre os povos que viessem a ser conhecidos.

A grande aventura portuguesa

Fatores que favoreceram as navegações portuguesas:

- Posição geográfica favorável;
- Comerciantes enriquecidos (com capital para investir nas viagens);
- Governo centralizado, com autoridade para incentivar as navegações e ansioso por partilhar dos lucros;
- Tradição marítima, os lusitanos eram excelentes navegadores;
- A Escola de Sagres, onde os navegadores obtinham maiores conhecimentos sobre a navegação em alto mar.

É importante lembrar

As navegações foram, de certa forma, facilitadas pela invenções que apareceram na Europa naquela época, por exemplo:

- a pólvora, o papel e a bússola, invenções chinesas, divulgadas pelos árabes;
- o astrolábio, instrumento árabe de orientação pelos astros (assim como quadrante);
- a caravela, navio mais leve e rápido, inventado pelos portugueses;
- a imprensa, criada pelo alemão Guttenberg, o que facilitou a divulgação dos conhecimentos náuticos.

O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

O navegador genovês, Cristóvão Colombo, acreditava que poderia chegar às Índias por uma rota diferente. Seu plano era ousado para época, pois baseava-se na “hipótese” de que a Terra era redonda, idéia que ainda não havia sido reconhecida pela maioria dos chamados “sábios da Igreja”.

Com sua experiência e capacidade de observação, Colombo não tinha dúvidas... bastaria navegar sempre na direção do Ocidente, acompanhando a curvatura da Terra, para chegar no Oriente.

Em primeiro lugar, Colombo ofereceu seus serviços ao rei português Dom João II, mas este não se interessou pelos seus planos. Diante disso, Colombo procurou os “reis católicos”, Fernando e Isabel da Espanha. Mas estes estavam ocupados no combate aos árabes que ainda dominavam o pequeno reino de Granada, no Sul da Espanha.

Quando finalmente os árabes foram expulsos em 1492, Colombo pode partir com três caravelas: Santa Maria, Pinta e Niña.

Colombo partiu do porto de Palos a 3 de agosto. Somente em 12 de outubro de 1492 avistaram terra. Era a ilha de Guanaani, que Colombo chamou de São Salvador.

Porém, Colombo pensava ter chegado às Índias. Por isso, deu aos habitantes naturais o nome de ÍNDIOS.

Ler para crer:

- *Só mais tarde se descobriu que a terra encontrada era um novo continente; esta constatação não foi feita por Colombo, mas por Américo Vespúcio. E é em homenagem a ele que a terra passou a se chamar América.*
- *Um dos companheiros de Colombo, Vicente Pinzón, esteve no Brasil em janeiro de 1500, percorrendo a Costa Norte. Nesta viagem descobriu a foz do rio Amazonas (que ele chamou de Mar Dulce) e o rio Oiapoque, que por muito tempo teve o nome de Vicente Pinzón.*

O TRATADO DE TORDESILHAS



Tordesilhas: cidade espanhola

Espanha e Portugal passaram a se preocupar com as terras descobertas e as que viessem a ser descobertas no novo continente. A pedido da Espanha, o papa Alexandre VI, que era espanhol, fez a **Bula Inter Coetera** (1493), que estabelecia que as terras situadas além das 100 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde seriam da Espanha.

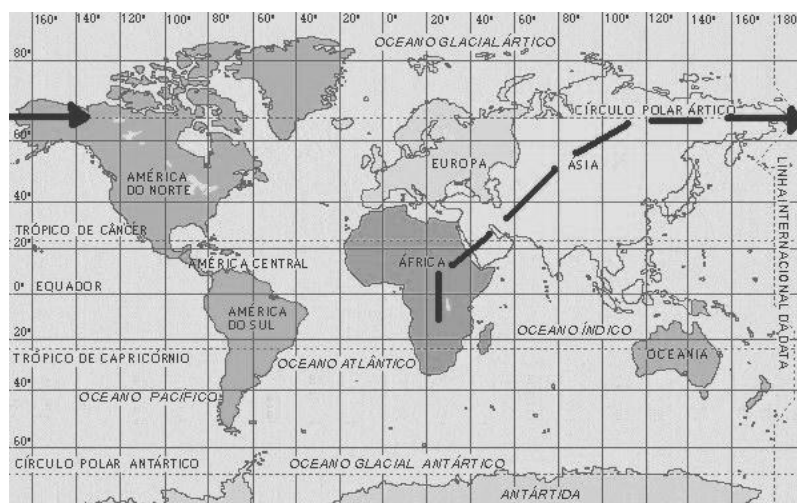
Portugal ameaçou ir a guerra, e após várias conversações, estabeleceu um meridiano a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde. As terras a Oeste desse meridiano seriam da Espanha e, a Leste, de Portugal. Esse foi o **Meridiano ou Linha de Tordesilhas**.

O BRASIL ANTES DA CHEGADA DE CABRAL

Quando os primeiros europeus aqui chegaram, não encontraram uma terra despovoada. Ao contrário, o Brasil já estava bastante povoado, por milhões de pessoas, que os europeus chamaram de índios. Alguns estudiosos falam numa população indígena de aproximadamente cinco milhões de indivíduos. Porém, todo Continente Americano já era povoado.

AS ORIGENS DO ÍNDIO AMERICANO

Existem várias hipóteses sobre a origem dos índios americanos.



Hipótese Asiática

Muitos estudiosos acreditam que os primeiros habitantes da América teriam vindo da Ásia, tendo atravessado o Estreito de Bering, atingindo a área do atual Alaska. Mais tarde migraram para o Sul.

Hipótese Malaio-polinésia

Outros acreditavam que os nativos da América, partiram das ilhas da Polinésia, navegaram pelo Pacífico e desembarcaram no Continente Americano.

Hipótese Australiana

Para alguns, os primeiros povoadores teriam surgido na Austrália e navegaram de ilha em ilha, até chegar em território americano.

OS GRANDES GRUPOS INDÍGENAS DO BRASIL

Tupi-guarani

Habitavam principalmente o litoral, embora ocupassem também certas áreas interioranas. Subdividiam-se em poderosas tribos, destacando-se: piguares, tabajaras e caetés, na Amazônia; tupinambás e tupiniquins, na Bahia; carijós e tingüis, no Sul do país.

Tapuia e Jê

Mais atrasados que os tupi, viviam no interior. Exemplos; aimorés, botocudos, etc.

Nuaruaque

Disseminados pela Amazônia, tornaram-se famosos pela produção de artefatos de cerâmica.

Caraíba

Situados na Amazônia, muito contribuíram para a formação das populações da América do Sul e Central.

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS ÍNDIOS BRASILEIROS

Os traços mais marcantes dessa sociedade eram:

- **propriedade comum dos meios de produção**, tais como: terras para o plantio e habitação, ferramentas de trabalho, armas, utensílios de artesanato, etc.

- **instrumentos rudimentares de trabalho:** objetos feitos de madeira, ossos, fibras vegetais, argila, dentes de animais, todos instrumentos manuais bastante simples. Os indígenas do território brasileiros não conheciam os metais.
- **distribuição igualitária dos frutos do trabalho,** isso significa dizer que todos recebiam parte de tudo que produziam, de acordo com suas respectivas necessidades.
- **ausência de excedentes de produção.** Eles não se preocupavam em acumular bens, alimentos ou objetos que não fossem necessários para a vida da tribo durante um curto espaço de tempo.
- **inexistência de classes sociais.** Como a distribuição de tudo que se produzia era igualitária, não existiam pessoas mais ricas ou mais pobres. Os bens eram de propriedade e uso de todos.
- **A divisão das tarefas era feita de acordo com a idade e sexo das pessoas.** Por exemplo, os homens cuidavam da caça, da guerra, preparavam o terreno para a roça de subsistência, pescavam, construíam casas, canoas e armas, enquanto as mulheres cultivavam a roça, preparavam os alimentos, faziam potes, teciam redes, etc.

A Hierarquia da Tribo

As tribos são unidades menores dentro dos grupos indígenas. Exercendo poderes de chefia estava o **tuxaua**, plenamente obedecido pelos comandantes guerreiros – **morubixabas**. Também o **pajé** – que era uma espécie de chefe espiritual e curandeiro – desempenhava importante papel na vida tribal. De fato, era ele o responsável pelas práticas religiosas e curativas, tendo grande influência e prestígio, conquistado principalmente, pelo conhecimento de ervas medicinais. Além disso, para valorizar suas funções, o pajé procurava impressionar os indígenas, realizando aparatosas cerimônias. Havia ainda o **nheengaba**, conselho de anciãos formado para auxiliar o tuxaua nas questões mais graves.

Alguns hábitos indígenas

O nascimento entre os índios

“No momento do parto, o pai cortava o cordão umbilical com os dentes ou com uma pedra afiada. Até que caísse o resto do cordão (em geral no oitavo dia de vida do bebê), o pai permanecia de resguardo na oca, seguindo uma dieta rigorosa, protegido da luz e do vento. Isso acontecia porque os índios acreditavam que a criança era fruto apenas do pai (e o ventre materno um mero recipiente para o desenvolvimento da criança), que por isso deveria se proteger. A mãe, findo o parto, ia se lavar no rio e retomar suas atividades. Quando caía o cordão havia uma festa, na qual o filho era apresentado à tribo”.

Os rituais antropofágicos

Os europeus assustaram-se bastante com o costume indígena da **antropofagia (comer carne humana)**, pois não compreendiam o seu significado. Na verdade os indígenas costumavam devorar, em rituais cuidadosamente preparados, os corpos dos seus adversários. Acreditavam que se alimentando com a carne de um guerreiro inimigo, estariam adquirindo as habilidades e qualidades desse guerreiro.

Educação

Os meninos – curumins – quando chegavam à puberdade, eram encaminhados para as casas sagradas dos homens. Aí, lugares totalmente vedados às mulheres, eram guardados os instrumentos religiosos e militares da tribo. Começava assim o aprendizado do jovem nas artes e caça, na pesca, no canto e na guerra.

Os índios no Paraná

No Paraná habitavam os índios dos grupos Tupi-guarani e Jê. Na região litorânea encontravam-se os índios Carijós. Já os Tingüis viviam nos campos de Curitiba e atual região metropolitana. Por volta do século XVIII, foi descoberta a tribo dos Kaingang, na região de Guarapuava.

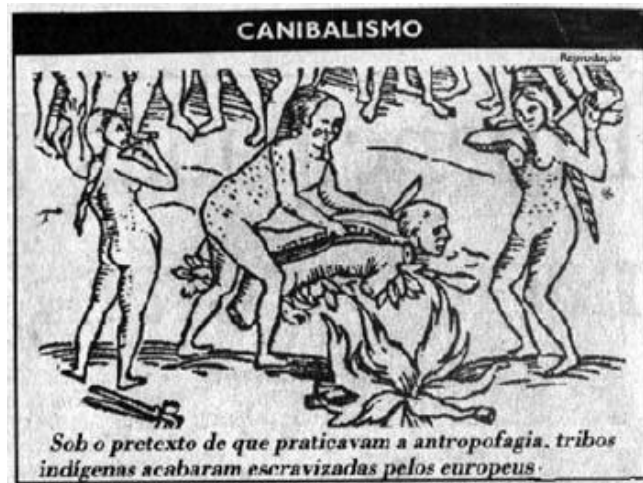
Contribuições culturais dos indígenas: vocabulário, alimentação (mandioca, milho, batata, abóbora), usos e costumes (banho diário, rede de dormir, fumar o tabaco, etc.)

O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL

A viagem de Cabral

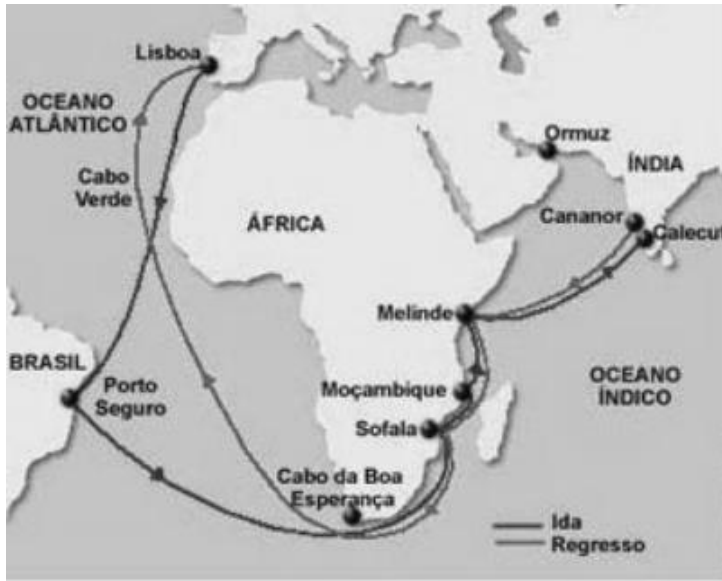
Para garantir a Portugal os proveitos da viagem de Vasco da Gama e obter vantagens para seu comércio, assim como para implantar na Índia a religião cristã, preparou o **rei Dom Manuel** uma esquadra cujo comando coube a Pedro Álvares Cabral. Acompanhavam o capitão-mor Cabral alguns dos mais notáveis navegantes portugueses da época: Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e Sancho de Tovar.

A **9 de março de 1500**, após grande solenidade na véspera realizada, partiu de Lisboa a esquadra, que se compunha de várias naus, algumas caravelas, dois navios de comércio e um de mantimentos, com 1200 participantes. Velejaram os navios para o Sul e poucos se afastaram as costas africanas até chegar às ilhas de Cabo Verde. A viagem continuou **rumo a Sudeste**; afastava-se a frota das costas para evitar as calmarias e enfermidades, que haviam molestado as anteriores expedições, ou realmente assim fazia porque **procuravam terra a Ocidente**.



A chegada a Porto Seguro

Um dia apareceram sinais seguros de terra próxima: plantas e algas marinhas no meio das águas. E, ao cair da tarde seguinte, quarta-feira, **22 de abril de 1500, avistou-se um monte que foi denominado Pascoal**, porque era época de Páscoa.



Não havendo no local um bom abrigo para a esquadra, singraram os navios para o Norte e no dia 25 chegaram a um magnífico ancoradouro, um “porto muito bom e muito seguro”, a enseada de Santa Cruz (hoje Baía de Cabralia). **Frei Henrique de Coimbra celebrou no dia 26, a primeira missa no Brasil.** A 1º de maio levantou-se na praia uma cruz, com as armas de Portugal, e aí foi celebrada a segunda missa.

Cabral tomou posse da terra e no dia seguinte, deixando dois degredados, **rumou a esquadra para a Índia**. Um dos navios, porém, o de **Gaspar de Lemos**, voltou a Portugal: levava a Dom Manuel a notícia do descobrimento, minuciosamente narrado na famosa **carta de Pero Vaz de Caminha**, que viajava com destino a Calicute, onde seria escrivão.

A importância da Carta de Pero Vaz de Caminha

- É o documento básico para a História do “Descobrimento” do Brasil.

- Descrição da viagem, da terra, dos primeiros contatos entre portugueses e os índios, sugestões para o aproveitamento da

terra e a conversão do indígena.

Durante algum tempo guardada na Torre do Tombo, Lisboa, só foi publicada em 1817 pelo padre Aires do Casal.

Alguns trechos interessantes da Carta de Caminha

- Sobre o primeiro contato com os indígenas:

“...ao chegar o batel (pequena embarcação) à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas.”

- Sobre dois indígenas recepcionados na “nau capitânia”, onde estava Cabral:

“...a feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos...”

“O capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, aos pés uma alcativa por estrado; e bem vestido com um colar de ouro mui grande no pescoço. E Sancho de Tovar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com eles íamos, sentados no chão nessa alcatifa. Acenderam-se tochas. E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de querer falar ao Capitão; nem a ninguém. Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados, como os de entre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora achávamos como os de lá.”

- Sobre a aparente fertilidade da terra:

“...águas são muitas; infundas. E em tal maneira é graciosa (a terra) que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.”

O choque étnico

O primeiro encontro entre portugueses e indígenas deve ser pensado como um verdadeiro **choque por ambas as raças**, tão diferentes no modo de ser, de viver, de falar, o que nos leva a pensar a respeito das dificuldades de comunicação e compreensão, na convivência entre esses povos.

O nome Brasil

Ilha ou Terra de Vera Cruz foi o primeiro nome que teve o Brasil. Mais tarde a denominação foi **Terra de Santa Cruz**, que desapareceu já nos primeiros tempos de colonização, embora fosse esse o nome oficial da terra. É que logo foi encontrada em grande abundância, certa madeira, **ibirapitanga** para os indígenas, conhecida também pelos portugueses, mas com o nome de **pau-brasil**, que servia para fazer tintas. A madeira cor de brasil veio dar o nome definitivo de Brasil.

Curiosidade

- O mapa do Brasil mais antigo que se conhece foi elaborado em 1501, por um cartógrafo português. Porém, a pedido de um espião italiano chamado Alberto Cantino. Interessante é saber que tal mapa já mostrava o litoral brasileiro desde o Amazonas até Cabo Frio. Como isso foi possível, se até 1501 apenas a expedição de Cabral havia voltado a Portugal e descrito somente uma pequena parte do litoral do Nordeste?

AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

Período Pré-colonial (1500 – 1530)

Nos primeiros 30 anos posteriores à chegada de Cabral, o Brasil não despertou maior interesse no governo português. Acredita-se que os fatores que mais colaboram para o relativo abandono foram:

- A esquadra de Cabral não deparou com **metais preciosos** no Brasil, com o que ocorreu com a Espanha, na América Central.
- O **comércio com o Oriente** estava em intenso desenvolvimento, ainda gerando lucros.
- A extração e **comercialização do pau-brasil não era suficientemente compensadora**, tendo sido arrendada ao cristão-novo Fernando de Noronha.
- A **distância** entre Portugal e Brasil aumentava os riscos da **viagem** e a tornava mais **cara**.

As Expedições Exploradoras

O rei Dom Manuel enviou, logo após o descobrimento, duas expedições com a **finalidade de explorar o litoral** brasileiro, reconhecendo sua geografia e para obter maiores informações sobre as possíveis formas de exploração econômica da nova terra, a serem determinadas posteriormente.

1ª Expedição Exploradora (1501)

Comandada por Gaspar de Lemos, com Américo Vespúcio.

2ª Expedição Exploradora (1503)

No comando Gonçalo Coelho, novamente trazendo Américo Vespúcio.

As Expedições Guarda-Costas

Tinham por finalidade patrulhar o litoral brasileiro e combater o contrabando de pau-brasil, realizado intensamente pelos franceses.

A 1ª em 1516 e a 2ª em 1526, ambas comandadas por Cristóvão Jacques.

Os franceses e o “escambo”

A França iniciou tardiamente suas navegações em busca de colônias e demonstrou grande descontentamento com a assinatura do Tratado de Tordesilhas. Os navios franceses passaram a frequentar o litoral brasileiro, pois, se Portugal tinha um comércio lucrativo com o Oriente e não achava importante os lucros possíveis com o pau-brasil, os franceses agiram de outro modo. Obtinham o pau-brasil com a ajuda dos indígenas, com os quais realizavam um **escambo**, ou seja, **troca**. Trocavam quinquilharias (espelhos, facas, machados, etc.) por pau-brasil.

O início da Colonização

Razões fundamentais:

- **As ameaças francesas de ocupação**, através da construção de feitorias.

Os franceses não desistem...

As expedições enviadas por Portugal não eram mesmo suficientes para deter a intenção francesa de apossar-se de pelo menos uma parte do território brasileiro.

- Havia ainda a possibilidade de encontrar, mais para o interior, as tão cobiçadas riquezas minerais.
- A ocupação efetiva da Colônia seria uma forma de defender e garantir a posse.
- As dificuldades com o comércio no Oriente.

As Índias tornam-se um problema

Desde as primeiras viagens portuguesas ao Oriente ocorreram conflitos armados, não apenas com os habitantes das áreas dominadas, mas também com outros comerciantes europeus interessados nas mercadorias orientais. A cada ano aumentavam as despesas da Coroa portuguesa com a defesa de seus funcionários e de seus comboios mercantes. **Baixavam os lucros**, não somente porque aumentavam as despesas, mas também porque baixavam os preços das especiarias na Europa.

Restava a Portugal estudar uma maneira de utilizar o extenso território que possuíam na América. O Brasil seria a salvação para as finanças portuguesas, mas era preciso transformá-lo numa colônia lucrativa. Assim, um idéia surgida anteriormente voltou a ganhar importância, tratava-se da **produção de açúcar no Brasil**.

A Expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza

Em 1530, Dom João III, o “colonizador”, enviou uma expedição com o objetivo de **iniciar os núcleos de povoamento** mais estáveis do que as feitorias. A expedição de Martim Afonso de Souza partiu em dezembro de 1530. Sua esquadra era composta de 5 navios, onde estavam 400 homens. Acompanhando Martim Afonso, seguiu seu irmão **Pero Lopes de Souza**, que fez o relatório dos acontecimentos em forma de diário.

Chegando à costa de Pernambuco, Martim Afonso prendeu 3 navios franceses, que tinham um grande carregamento de pau-brasil. Então Martim Afonso resolveu mandar Diego Leite explorar a costa do Maranhão, enquanto o resto da esquadra seguiu rumo ao Sul.

Na Baía de Todos os Santos encontraram um português de nome Diogo Álvares Correa, que há 22 anos vivia entre os índios, sendo casado com uma índia e tendo muitos filhos. Era conhecido pelo nome de **“Caramuru”**. Mais tarde, no Rio de Janeiro, Martim Afonso organizou uma entrada (expedição terrestre) para o sertão. Martim permaneceu aí 3 meses, iniciando depois a viagem para o

Sul, indo parar na Baía de Cananéia. Outra entrada foi realizada, com 80 homens, mas os mesmos não retornaram, tendo sido provavelmente atacados pelo índios carijós.

Ao continuar a viagem, Martim Afonso aproximou-se do **Rio da Prata** (entre Argentina e Uruguai), mas devido a uma tempestade preferiu retornar. No litoral paulista, Martim Afonso fundou a **1ª Vila do Brasil, São Vicente**, em janeiro de 1532. Subindo a Serra do Mar, chegou a **Planalto do Piratininga** onde fundou **Santo André da Borda do Campo**.

Importante

Em sua expedição, vieram as primeiras cabeças de gado e mudas de cana-de-açúcar, iniciando a atividade açucareira que marcou profundamente a História Colonial.

Curiosidade

Trecho do diário de Pero Lopes de Souza

“A todos nos pareceu tão bem esta terra que o capitão determinou de a povoar, e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas: e fez uma vila na de São Vicente e outra 9 léguas a dentro pelo sertão, à borda de um rio que se chama Piratininga; e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficinas, e pôs tudo em boa obra de justiça.”

AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Criados os primeiros povoados com a expedição colonizadora, era preciso dar continuidade ao processo de ocupação das terras pertencentes a Portugal. Como Portugal não se achava em condições de explorar essas terras apenas com recursos da Coroa, D. João III decidiu empregar no Brasil o regime de Capitânicas Hereditárias, que deveriam trazer para colonização recursos financeiros particulares.

O Sistema de Capitânicas Hereditárias

Assim denominadas porque passavam de pai para filho. O homem que recebia uma capitania recebia também o título de Capitão Donatário.

- As capitânicas hereditárias não constituíam uma experiência nova. Haviam sido usadas como sistema de colonização nas ilhas da Madeira, Cabo Verde e São Tomé.

- As capitânicas hereditárias compreendiam no Brasil **grandes áreas** traçadas paralelamente, limitadas a Oeste pela linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas e, a Leste, pela Costa do Atlântico.

- A Coroa Portuguesa transferia aos donatários das capitânicas, geralmente pertencentes à pequena nobreza, muitos de seus direitos reais a troco de alguns tributos.

- Através das **Cartas de Doação e dos Forais**, os donatários não recebiam a propriedade definitiva das terras, mas sim, poderes fiscais, judiciais e administrativos, vantagens econômicas e direito ao uso da terra.

- A Carta de Doação instituiu a capitania e declarava os direitos do donatário; o Foral trazia os deveres do donatário e os direitos da Coroa.

Direitos dos Donatários

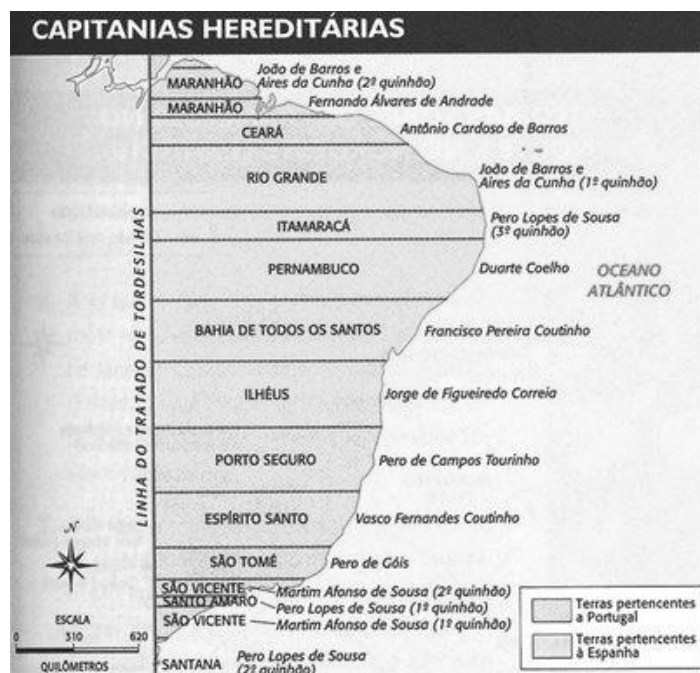
- Aplicar as leis aos colonos e índios;
- Distribuir terras da capitania aos colonos, em forma de **Sesmarias** (grandes lotes ou latifúndios);
- Cobrar impostos sobre os produtos da terra;
- Escravizar índios para utilizá-los nos trabalhos agrícolas;
- Passar a capitania, por herança, ao filho mais velho;
- Montar engenhos.

Deveres dos Donatários

- Colonizar a capitania;
- Fundar vilas;
- Desenvolver a lavoura de cana-de-açúcar e a criação de gado;
- Proteger os colonos da terra contra ataque de índios e estrangeiros.

Causas do fracasso das capitânicas

- Grandes distâncias, que tornavam difícil o povoamento, a defesa e as comunicações;
- Ataques indígenas;
- Falta de dinheiro suficiente para manter a colonização;
- Doenças tropicais.



Capitanias que prosperaram

- São Vicente

Donatário: Martim Afonso de Souza.

Teve bons administradores. Depois de fundar as primeiras vilas, Martim Afonso voltou para Portugal, deixando o Padre Gonçalo Monteiro como administrador da Capitania.

- Pernambuco

Donatário: Duarte Coelho

Tornou-se a Capitania mais rica e desenvolvida graças à cana-de-açúcar, que encontrou na região um clima favorável e o solo de **massapê**, especial para a lavoura canavieira.

Ler para crer

Preocupação com a defesa... ou seria... com o ataque?

Quando da doação de terras a colonos portugueses, uma das exigências era que todos tivessem pelo menos uma arma. Os donatários deviam trazer consigo no mínimo dois canhões médios, doze canhões pequenos, vinte arcabuzes (arma de fogo antiga – espingarda) e vinte bestas (arma também antiga, que servia para atirar flechas curtas), além de coletes acolchoados de algodão.

Apesar disso tudo, uma forma de procurar certa segurança era lançar uma tribo contra a outra, ou seja, alianças com determinadas tribos (aquelas que mais facilmente aceitavam o domínio português), contra tribos mais resistentes à dominação. Alguma vantagem para os índios aliados? Bem, as tribos inimigas tinham os sobreviventes escravizados, os aliados não... por certo tempo.

O GOVERNO GERAL

Diante dos problemas das Capitanias Hereditárias, a Coroa portuguesa resolveu criar o Governo Geral. Pela Carta Régia de 7 de janeiro de 1549, foi criado o Governo Geral do Brasil, com sede na Baía de Todos os Santos. **As capitanias não foram extintas com a criação do Governo Geral.** Elas continuavam existindo, porém a administração sofria algumas modificações.

Responsabilidades do Governador Geral

- Defender a Colônia contra invasores;
- Cuidar da exploração do pau-brasil, para a Coroa; .Indicar funcionários;
- Doar sesmarias;
- Cobrar impostos.

A implantação do Governo Geral foi uma forma de "centralizar" o poder administrativo na Colônia, buscando agilizar a solução de problemas que requeriam urgência.

OS AUXILIARES DO GOVERNADOR GERAL

- Ouvidor Mór (Justiça)
- Provedor Mór (Finanças)
- Capitão Mór (Defesa)
- Alcaide Mór (Da Polícia)

REALIZAÇÕES DOS PRIMEIROS GOVERNADORES

Governador Tomé de Sousa (1549 - 1553)

- Fundou a primeira cidade para ser Capital da Colônia: Salvador (BA).
- Ampliou a criação de gado.
- Abriu as primeiras estradas para o sertão.
- Criou o primeiro bispado - tendo sido nomeado o primeiro Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha.
- Os jesuítas, sob a liderança de Manuel da Nóbrega, iniciaram a catequese dos indígenas.

Governador Duarte da Costa (1553 -1557)

- Chegada do jesuíta José de Anchieta ao Brasil ("OApóstolo do Novo Mundo").
- Fundação do Colégio de São Paulo, pelos jesuítas Nóbrega e Anchieta.
- Invasão francesa ao Rio de Janeiro (1555).
- Confederação dos Tamoios.
- Desentendimentos entre o filho do Governador, D. Álvaro, e o Bispo D. Pero Sardinha.

Governador Mem de Sá (1558 - 1572)

Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, com ajuda do sobrinho do Governador, Estácio de Sá. Vitória sobre a Confederação dos Tamoios. Estácio de Sá fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565).

O DUPLO GOVERNO

Em 1572, o rei D. Sebastião dividiu o Brasil em dois Estados, cada um com seu Governador. O primeiro no Sul, sediado no Rio de Janeiro e governado por D. Luís de Brito e Almeida; o segundo, no Norte, com sede na Bahia.

AS CÂMARAS MUNICIPAIS

As capitanias eram divididas em comarcas, que por sua vez, subdividiam-se em termoss, cujas sedes eram as vilas. Nestas vilas. que eram importantes núcleos da administração colonial, funcionavam as Câmaras Municipais. Eram compostas por: juízes ordinários, ou

da terra, em número de dois, escolhidos no próprio local e normalmente sem formação jurídica; o **juiz-de-fora**, necessariamente um bacharel em Direito, nomeado para o cargo pelo Trono português. Além deles, mais quatro vereadores.

O preenchimento dos diversos cargos das Câmaras Municipais era reservado aos **"homens bons"**, que na verdade eram os mais ricos latifundiários (senhores de engenho) da região. Os poderes das Câmaras, algumas vezes, chegavam a suplantarem até os limites geográficos da Vila. Cuidavam de assuntos que iam desde crimes e contravenções, até higiene pública.

A Confederação dos Tamoios

Trata-se de uma guerra entre indígenas e portugueses, que teve início no período do governo de Duarte da Costa e só terminou no governo de Mem de Sá.

A Confederação dos Tamoios não foi, como se costuma dizer, uma aliança de tribos tamoias. A palavra "tamoio" (tamuya) quer dizer, em tupi, **"o mais velho do lugar"**. E quando assim se chamavam os da Confederação, era para ressaltarem essa condição de serem os mais velhos, os que chegaram primeiro à terra do Brasil, que a habitavam antes da chegada dos brancos.

Os **portugueses**, na ânsia de obter lucros altos, **escravizavam os indígenas**, o que acabou gerando uma guerra desigual que sacrificou milhares de nativos. No início, os nativos estavam desunidos e despreparados para a resistência. Porém, pouco a pouco sentiram a necessidade de se unirem para combater o inimigo comum.

Os portugueses sofreram várias derrotas. As vilas do litoral, como as do planalto, não dispunham de forças para resistir aos ataques. Diante da possível derrota, os **jesuítas** José de Anchieta e Manuel da Nóbrega resolveram ir ao encontro dos chefes indígenas e propor um acordo de paz, que acabou aceito pelos indígenas, foi a **"Paz de Iperoig"**.

Contudo, assim que os portugueses receberam reforços com soldados, armas e munição vindos de Portugal, recomeçaram a guerra, sem aviso prévio aos índios, violando o acordo de paz. Todos os chefes dos tamoios foram mortos assim como milhares de outros índios. Os chefes mais importantes tiveram suas cabeças cortadas e expostas em esta cas para servir de exemplo. Pindobuçu e seu filho Parabuçu, Ernesto Guaraciaba e sua mulher Potira, Igarauçu e Aimbirê, estavam todos dignamente mortos. Os grandes guerreiros brasileiros tinham desaparecido.

Ler para crer

Enquanto desde o Nordeste até o Rio de Janeiro ocorriam as guerras entre portugueses e indígenas, segundo o padre José de Anchieta, na região de São Vicente havia "cooperação entre índios e brancos". Sabe-se também que havia muita miscigenação e falava-se mais o tupi (mesmo entre brancos) do que a língua portuguesa na região paulista.

Ler para crer

Com o primeiro Governador vieram também cerca de quatrocentos criminosos, para cumprir pena de *degredo*. Portanto, para muitos o Brasil era um "castigo". Ainda houve o caso da "falta de mulheres brancas", que o Governador resolveu solicitando ao rei que enviasse "moças órfãs para casar com os colonos".

ECONOMIA E SOCIEDADE AÇUCAREIRA

A COLONIZAÇÃO DE ACORDO COM O MERCANTILISMO

A colonização do Brasil deve ser estudada sem perder de vista a economia mundial da época. Sofremos a dominação portuguesa, por isto é importante sabermos um pouco sobre a situação de Portugal na Europa. No século XVI, predominava na Europa econômico chamado Mercantilismo, pelo qual considerava-se que a força econômica de um país dependia de uma "balança comercial favorável" (isto é, exportar mais do que importar), obtida através da exploração de Colônias.

Entre a Colônia e a Metrópole passava a existir regras de comércio, o que se chamou de "Pacto-Colonial". De acordo com esse "pacto" o país Metrópole tinha o monopólio comercial (de compra e venda) com a Colônia.

No caso do Brasil, somente poderia vender seus produtos para Portugal e comprar as mercadorias de que necessitava através de Portugal. A produção de açúcar no Brasil era a forma do governo português obter sua balança comercial favorável. Com a venda desse açúcar, Portugal conseguia pagar suas despesas internas e suas dívidas com outros países.

Assim, a economia colonial brasileira baseou-se em alguns pontos fundamentais:

Monocultura para Exportação + Latifúndio + Mão-de-obra Escrava.



É verdade também, que várias vilas desenvolveram produção de alimentos para sustentar a Colônia e até para abastecer navios, mas essa atividade não chegava a ser suficiente para o abastecimento interno e nem à proporcionar lucros, era uma atividade complementar.

Por que o Açúcar?

O produto mais lucrativo para os portugueses e que melhor se adaptava às condições (solo e clima) do Brasil era o açúcar.

LATIFÚNDIOS AO INVÉS DE PEQUENAS PROPRIEDADES

A lavoura de cana-de-açúcar exigia vastas extensões de terra, já que era para exportação. Por isso, era feita a doação de sesmarias, que eram grandes propriedades (latifúndios). Para gerar lucros aos comerciantes e ao governo português, **as sesmarias deveriam exportar grandes quantidades de açúcar.**

Sobre a mão-de-obra

Com relação ao tipo de trabalho, o governo português: optou pela escravização dos africanos. O tráfico de escravos era altamente lucrativo para o governo português e para os traficantes.

Alguns estudiosos apontam outros motivos para a preferência por escravizar africanos no lugar de indígenas brasileiros. Afirmam que os africanos já estavam em um estágio de desenvolvimento onde o trabalho agrícola era bem mais comum do que entre os nossos indígenas. Além disso, a Igreja pretendia catequizar o aborígine brasileiro, sendo, portanto, contrária à escravização do índio.

Os indígenas conheciam muito bem o território, o que lhes facilitava a resistência, principalmente através da fuga e tinham a solidariedade de elementos de sua tribo que conseguissem ficar livres.

A SOCIEDADE

A sociedade açucareira teve por base dois grupos sociais: senhores e escravos. O senhor de engenho exercia um patriarcado. Domina não apenas suas terras, mas toda a família, agregados e escravos. A família e os agregados (protegidos) dos senhores de engenho "habitavam a "Casa Grande" que normalmente tinha a forma de um sobrado bastante confortável, mas não era luxuoso.

Por outro lado, os escravos, nas poucas horas de descanso, ficavam na "senzala", um alojamento quase sempre sem divisões internas. Era um lugar sem nenhum conforto, onde dormiam sobre palha ou uma esteira, colocadas sobre o chão batido, às vezes acorrentados. Toda propriedade tinha também a capela, onde realizavam-se as cerimônias religiosas.

Na família patriarcal, o filho mais velho era beneficiado com a herança da propriedade, incluindo a escravaria. Aos outros filhos do sexo masculino, normalmente, era determinado que se tornassem padres ou bacharéis (estudando na Europa). As mulheres, esposa e filhas dos senhores de engenho, eram forçadas à submissão. O senhor, geralmente bem mais velho que sua esposa (a "sinhá"), esperava dela obediência, a organização das tarefas domésticas (dirigindo os escravos) e a gestação dos filhos. A sinhazinha, filha do senhor, era preparada desde cedo para um dos dois destinos possíveis na época, ou para a vida religiosa, ou para se casar.

Quando os pais determinavam que deveria casar-se, recebia os ensinamentos necessários para ser considerada uma boa "dona de casa" e comportar-se de modo adequado para uma futura "senhora". Em geral, não eram alfabetizadas. Os casamentos eram assuntos tratados pelos senhores, sempre levando em consideração o interesse financeiro.

Observação

As informações acima são válidas para a maioria das famílias de senhores de engenho, mas não se aplicam a todas as famílias do período colonial. Outra informação **importante** é que mesmo entre os homens que possuíam terras (sesmarias), haviam diferenças de "posição (status) social". Por exemplo, podemos afirmar que o legítimo "**senhor de engenho**" era aquele que realmente possuía em sua fazenda uma "**fábrica de açúcar**", chamada "engenho".

Muitos existiam, que apesar de possuírem terras, **não tinham o "engenho"** para produzir açúcar. Eram chamados de "**lavradores de cana obrigada**", isto porque apenas cultivavam a cana-de-açúcar em suas terras, mas depois eram obrigados a arrendar um engenho para transformar a cana em açúcar.

Na sociedade dessa época, o "senhor dono de engenho" era tido como pessoa mais destacada do que os tais "lavradores de cana obrigada".

O TRÁFICO DE AFRICANOS

Os grupos africanos trazidos em maior número para o Brasil foram: **Bantos e sudaneses**. Na África, as guerras entre as tribos serviam como fonte de fornecimento de escravos, pois a tribo vencida tinha seus membros feitos prisioneiros. Então, a tribo vencedora realizava uma troca com os traficantes brancos. Recebiam dos traficantes: tabaco, aguardente e mercadorias de pouco valor, em troca de seus prisioneiros.

Os traficantes marcavam com "ferro em brasa" os africanos dominados, que eram trazidos da África nos navios "tumbeiros". Na viagem morriam, normalmente, metade dos escravos, devido aos maus tratos e à superlotação (onde caberiam 100 pessoas, eram transportadas 300).

O REGIME DE TRABALHO

O escravo realizava todas as tarefas, desde a lavoura até o "engenho" e os serviços domésticos. Eram fiscalizados pelos **feitores**, que aplicavam os castigos sempre que não estivessem satisfeitos com o ritmo de trabalho do escravo. O horário de trabalho era definido pela claridade natural (desde o "nascer" do dia até ao anoitecer), mas em tempos de colheita trabalhavam também durante a noite, iluminados por tochas e fogueiras.

OS CASTIGOS

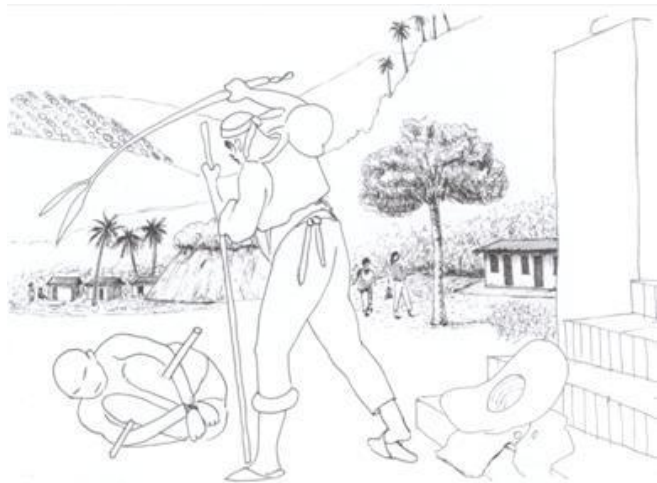
Todas as atitudes dos escravos eram vigiadas pelos capatazes ou "feitores". O feitor era, na maioria das vezes, um mestiço, mameluco ou mulato, designado pelo senhor de engenho para vigiar e aplicar castigos aos escravos. Assim, procurava-se disfarçar a participação do senhor de engenho na violência cometida contra seus escravos. Eram castigados por sua "rebelia" ou quando diminuíam o ritmo de trabalho. As torturas mais comuns eram:

O tronco: Eram presos pelas canelas em pequenas aberturas existentes entre duas vigas de madeira; ficavam horas e, às vezes, dias imobilizados, o que provocava inchaço das pernas, formigamento e fortes dores.

O bacalhau: Espécie de chicote de couro cru, que rasgava a pele; muitas vezes, os feitores passavam sal e vinagre nos ferimentos para evitar infecções.

A gargalheira: Um pesado colar de ferro com hastes em forma de gancho, que não permitiam um relaxamento da musculatura do pescoço.

O pelourinho: Usado nos arraiais e vilas para os castigos em público, principalmente de escravos fugitivos.



A RESISTÊNCIA E OS QUILOMBOS

Os africanos encontravam **meios de resistir** à escravidão: as rebeliões, as fugas e o banzo (provocado pela tristeza, saudade da terra natal ou desesperança, paravam de se alimentar e não faziam mais nada, até morrerem de fome), eram os mais comuns. Quando fugiam eram perseguidos pelos "capitães-do-mato". Caso recapturados, seus castigos eram bastante severos. Porém, quando conseguiam escapar, procuravam juntar-se a um **quilombo**, que era uma comunidade de escravos fugitivos, onde viviam novamente livres, como na África. **Palmares** foi o mais importante quilombo de toda a história. Localizado entre os atuais Estados do **Alagoas e Pernambuco**, numa região serrana de difícil acesso, durou uns noventa anos, vencendo muitas expedições enviadas para destruí-lo. Seu líder de maior destaque foi Zumbi. No entanto, Palmares foi destruído e Zumbi, morto, durante um ataque chefiado pelo bandeirante **Domingos Jorge Velho**.

LEITURA COMPLEMENTAR

A FABRICAÇÃO DO AÇÚCAR

A cana-de-açúcar era transportada da lavoura para a moenda, por barcos e carros-de-bois. O caldo obtido na moenda passava para a fornalha, onde era cozido em grandes vasilhames de cobre denominados "paróis", caldeiras e tachos - equipamentos de alto custo. O combustível era a lenha, consumida à razão de um carro-de-boi por hora, o que explica a devastação da Mata Atlântica. Ainda na "casa da fornalha", o caldo era submetido a um processo do qual resultava o melaço e a rapadura. Melaço e rapadura eram misturados, sendo o produto transferido para a casa de purgar, onde, por meio de drenagem natural, separava-se o melaço dos cristais de açúcar. Feito isto, procedia-se ao branqueamento, dispondo-se camadas de barro nas formas. Toda essas operações eram realizadas por escravos e fiscalizadas pelo mestre do açúcar.

Os "pães de açúcar" eram então quebrados em torrões cada vez menores e expostos ao sol para secagem. Reduzido a pedaços pequenos, o produto era encaminhado à "casa das caixas", onde era posto em caixas de até cinquenta arrobas (750 kg), calafetadas com barro e forradas com folhas de bananeiras. Em cada caixa registrava-se, com ferro em brasa ou com tinta, o peso, o nome do engenho e o mercador por cuja conta o açúcar seria embarcado.

AS INVASÕES ESTRANGEIRAS

A UNIÃO IBÉRICA (1580 – 1640)

Foi a união temporária (1580 – 1640) entre os reinos ibéricos, Portugal e Espanha. Por problemas de sucessão ao Trono Português, o rei espanhol Felipe II passou a governar os dois países e suas respectivas colônias. Como veremos adiante, as invasões holandesas ocorreram nessa época.

AS INVASÕES FRANCESAS

Em 1555, no governo de Duarte da Costa, chegou ao Brasil uma esquadra de 80 colonos franceses protestantes, que, perseguidos na França, vinham refugiar-se no Brasil. Esta esquadra era comandada por Nicolau Durand de Villegagnon e aportou no Rio de Janeiro. Construíram o forte Coligny, na ilha de Serecipe e iniciaram um povoamento que chamaram de França Antártica.

Em 1565, chegou Estácio de Sá (sobrinho do governador Mem de Sá) para combater os franceses. Dois anos depois de sua chegada, Estácio de Sá foi ferido com uma flechada durante os últimos combates, vindo a falecer. Finalmente, Mem de Sá, expulsou definitivamente os franceses do Rio de Janeiro.

A VEZ DO MARANHÃO

Em 1612, uma esquadra francesa comandada por Daniel de La Touche, trazendo consigo mais de 500 colonos, estabeleceu-se no Maranhão, fundando ali o forte São Luís. Esses franceses chamaram sua colônia de França Equinocial. Mas em 1615 foram atacados, vencidos e expulsos por tropas de Alexandre de Moura.

AS INVASÕES HOLANDESES

Introdução

Portugal e Holanda tinham um bom relacionamento comercial. Os navios holandeses compravam o açúcar em Lisboa, para depois revendê-lo no Norte da Europa, obtendo com isso fabulosos lucros. Porém, em 1580, houve um fato que veio a modificar esta situação. Com a morte do cardeal D. Henrique, que havia governado Portugal por 2 anos, o Trono português ficou vago, sendo o parente mais próximo, Filipe II, rei da Espanha. Assim sendo, Portugal e suas colônias passaram para o domínio espanhol.

A questão é que a Holanda estava em guerra com a Espanha e o rei Felipe II mandou fechar todos os portos portugueses aos navios holandeses. Sem poder adquirir o açúcar em Lisboa e precisando desse produto para manter forte sua economia, os holandeses resolveram invadir o Brasil. Para isso, organizaram na Holanda a Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa que financiou o combate aos espanhóis e as invasões ao Brasil.

OS HOLANDESES NA BAHIA

No dia 9 de maio de 1624, os holandeses, com uma esquadra de 23 navios, 3300 homens e 500 canhões, atacaram de surpresa a cidade de Salvador, que foi facilmente dominada. A esquadra holandesa era comandada pelo almirante Jacob Willekens e trazia o futuro governador da "nova colônia", Johan Van Dorth. A população fugiu para o interior. O **Bispo D. Marcos Teixeira** organizou a resistência e sitiou a cidade.

O rei espanhol mandou uma grande frota para libertar Salvador, frota esta comandada por D. Fradique de Toledo Osório. Após muita luta, os holandeses renderam-se a 1º de maio de 1625.

OS HOLANDESES EM PERNAMBUCO (1630 – 1654)

Desta vez a região escolhida foi Pernambuco. Os motivos foram os seguintes:

- Pernambuco era a **Capitania mais rica**, a que mais produzia açúcar. .
- Era uma Capitania sem muitos meios de defesa.
- Era a região mais próxima da Europa.

A invasão

Em 13 de fevereiro de 1630, os holandeses começaram a conquista de **Olinda e Recife**. O Governador de Pernambuco, **Matias de Albuquerque**, não conseguiu deter a esquadra holandesa, desta vez com 50 navios e 7000 homens.

Matias de Albuquerque retirou-se para o interior, fundando o **Arraial do Bom Jesus**, com o objetivo de resistir à dominação holandesa.

Em 1632, o alagoano **Domingos Fernandes Calabar** passou para o lado dos holandeses. Com esta ajuda, os holandeses ocuparam praticamente todo o litoral nordestino. Matias de Albuquerque viu-se forçado a abandonar o Arraial do Bom Jesus. Durante a retirada, tomou Porto Calvo, aprisionando uma guarnição holandesa e Calabar, que foi executado. A Espanha mandou ajuda militar, mas esta foi vencida.

O GOVERNO DE NASSAU (1637 – 1644)

Os holandeses resolveram mandar para governar a Colônia o **Conde João Maurício de Nassau**, que procurou acomodar a situação entre a população recém dominada e os holandeses.

Suas realizações

- O domínio holandês se ampliou com a tomada de Sergipe e Maranhão;
- Os engenhos, abandonados por seus donos, foram vendidos a crédito;
- Capitalistas holandeses concederam empréstimos para que os engenhos voltassem a funcionar e a economia açucareira de Pernambuco fosse restaurada;
- Vieram para o Brasil diversos sábios e artistas;
- Foi criado o primeiro observatório astronômico do Brasil;
- Assegurou-se a católicos, protestantes e judeus a liberdade de culto;
- Recife foi embelezada e fundou-se, na Ilha Antônio Vaz, a cidade Maurícia, em estilo holandês;
- Obrigou os escravocratas a platarem certa quantidade de mandioca ("o pão do povo") por cabeça de escravo;

-Todas as medidas tomadas tinham por objetivo aumentar a produção de açúcar. Em 1644, após se desentender com a Companhia das Índias Ocidentais, o Conde Nassau retornou para a Europa.

A EXPULSÃO DOS HOLANDESES (1644 – 1654)

Em 1640, Portugal libertou-se da Espanha. Porém, fez uma trégua de 10 anos com os holandeses. No Brasil a “Junta Governativa” que ficou em lugar de Nassau passou a adotar medidas de repressão aos brasileiros, o que logo deu início a uma reação: a **Insurreição Pernambucana**.

As guerrilhas começaram. Em Pernambuco, **André Vidal de Negreiros** (paraibano) organizou as forças. Recebeu ajuda de **Henrique Dias** (à frente de numerosos negros), e de **Felipe Camarão** (Poti) e seus índios. O comerciante português **João Fernandes Vieira** tornou-se o chefe da ação.

Em 1645, os brasileiros venceram o 1º combate, que se deu no monte das Tabocas. A seguir, tomaram Olinda. Pouco a pouco retomavam o território. Em 1648, os holandeses foram batidos na Batalha de Guararapes. Um ano depois, deu-se nova Batalha em Guararapes, onde morreram cerca de 2000 holandeses. Por fim, em 1654, os holandeses renderam-se na **Campina da Taborda**.

Consequências da expulsão dos holandeses

Expulsos do Brasil, os holandeses levaram a técnica de produção de açúcar (que aprenderam enquanto aqui estiveram) para as Antilhas, no Caribe. Nessas ilhas conseguiram obter grandes quantidades de açúcar de excelente qualidade e começaram a fazer concorrência ao açúcar produzido no Brasil.

O que ocorreu então? O preço do nosso açúcar começou a cair e tanto os produtores de açúcar no Brasil, quanto o governo português passaram a ter prejuízos. Foi o início da decadência da economia açucareira nordestina.

História para Supletivo 3º Módulo / 3ª Prova

A EXPANSÃO TERRITORIAL

As Entradas e Bandeiras

Entradas

Expedições oficiais, ordenadas pelo governo colonial, não ultrapassavam a Linha de Tordesilhas.

Bandeiras

Promovidas por **particulares**, seguiram para além da fronteira estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, contribuindo em muito para que o Brasil obtivesse o território mais ou menos com o contorno atual.

Objetivos das Bandeiras

- **Preação:** Combate e aprisionamento de indígenas para escravizar.
- **Sertanismo de Contrato:** combate aos quilombolas e tribos indígenas rebeldes, para eliminá-las.
- **Prospecção:** Procura de riquezas minerais (ouro de lavagem e jazidas de ouro e pedras preciosas).

Principais Bandeirantes:

- **Fernão Dias Pais:** Homenageado com o título de "**Governador das Esmeraldas**", após ter morrido de febre amarela, enquanto procurava esmeraldas, porém havia encontrado apenas turmalinas de pouco valor.
- **Borba Gato:** Descobriu ouro em Sabará (MG), chegou a ser **Governador das Minas**.
- **Pascoal Moreira Cabral:** Descobriu ouro em Mato Grosso.
- **Bartolomeu Bueno da Silva:** Descobriu ouro em Goiás. Ficou conhecido pelo nome indígena de "**Anhangüera**", que quer dizer "diabo velho", após ter enganado os indígenas, fazendo-lhes acreditar que poderia atear fogo às águas.
- **Domingos Jorge Velho:** Sertanista contratado para destruir Palmares e combater os Tupinambás na "**Guerra dos Bárbaros**".
- **Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto:** são conhecidos na História como grandes inimigos das Missões Jesuíticas espanholas. Destruíram as **Missões de Tape, Itatim e Guairá**, massacrando milhares de indígenas e escravizando os sobreviventes.

Leitura Complementar

O texto abaixo descreve a composição de uma bandeira paulista.

"O líder, à frente, cavalgava seguro, confiante, acenando com seu chapéu para o povo. Poucos dos integrantes da bandeira tinham o privilégio de viajar como ele ia, protegido por roupas fortes, um colete e botas de couro. Pendurada a seu lado, na sela, estava sua escopeta de boca banhada em prata, uma das armas mais belas de toda a capitania, reluzindo ao sol da manhã do planalto.

Quase todos os homens da tropa viajavam com o mínimo de bagagem por pessoa. Poucos calçavam botas de couro de vaca ou de anta; a maioria ia descalça, ou tendo de proteger os pés com tiras de couro. Normalmente, usavam um cinturão de couro grosso; na cabeça,

um chapelão de abas largas e no corpo roupas de algodão cru. A tiracolo, uma bruaca, sacola de couro com alguns pães da chamada farinha de guerra, feitos de trigo. Bem embrulhados em folhas, eles duravam até meses inteiros. Ainda nessa bruaca cada um dos homens levava um chifre de boi, que servia para beber, e uma cuia, que fazia às vezes de prato.

O grosso da carga, composta de mantimentos, pólvora, chumbo, balas, armas de reserva, material de pesca e de roça, barris de vinho (menos para beber do que para desinfetar ferimentos), aguardente de cana e sal, era levado no lombo de mulas. Mas como eram poucas as mulas cargueiras, muitas caixas e sacos iam carregados no lombo de índios e também dos poucos escravos negros africanos." (Mustafá Yazbek, Os bandeirantes. Apud. SILVA, Francisco de Assis. História do Homem - Vol. 2 - Ed. Moderna - São Paulo.)

A Pecuária

A criação de gado foi outra forma de desbravar e povoar regiões do interior do Brasil e de **integrar os extremos geográficos Norte e Sul**. A criação de gado no Nordeste surgiu diretamente ligada às necessidades dos engenhos, nos transportes, alimentação e



força motriz. A penetração para o interior seguiu dois rumos: o primeiro, a partir da Bahia, atingindo a margem direita do **Rio São Francisco**, descendo para a região de Minas; o segundo, partindo de Pernambuco, chegava à margem esquerda do Rio São Francisco e, mais tarde, penetrava pelo Piauí e Maranhão. No Rio Grande do Sul também houve um importante desenvolvimento da atividade pecuária, tanto de bovinos como de muareis.

Caminho do "Viamão"

No século XVIII, o gado do Sul era levado para Sorocaba, em São Paulo, de onde mais tarde seguia para as regiões mineradoras. Nessa época, ficou famoso o chamado "Caminho do Viamão", uma rota utilizada pelos **"tropeiros"** (condutores das tropas de mulas e bovinos). Partiam de Viamão, um bairro de Porto Alegre, atravessavam Santa Catarina e seguiam pelos Campos Gerais do Paraná. Nesse percurso surgiram, inúmeros povoados que hoje são cidades: Vacaria (RS), Lages (SC), Palmas, Ponta Grossa, Castro, Tibagi e Lapa (PR).

As Missões Jesuíticas

Os jesuítas criaram vários aldeamentos indígenas para facilitar seu trabalho de catequização. Esses aldeamentos eram as **"missões"** ou **"reduções"**, existindo em todo o território, mas principalmente nas margens do **Rio Amazonas**, onde exploravam as **"drogas do sertão"** e, posteriormente, também deram origem a cidades.

Leitura Complementar

Os soldados de Cristo foram fundamentais para a dominação lusitana no Brasil

"Os jesuítas foram de fato os grandes colonizadores nos dois primeiros séculos, na parte sul da América. Se, no Paraguai, se tornaram insuperáveis pela organização, também no Brasil tiveram um desempenho eficiente. Foram eles, no entendimento do padre Vieira, que superaram a produção de "mantimentos bárbaros" dos índios com produtos de especiarias de que os portugueses necessitavam para a sobrevivência. Organizados, produzindo com uma mão-de-obra escrava dócil e treinada, poderiam ser concorrentes dos demais colonos. No entanto, dada a sua sagacidade empresarial, eles evitavam essa possível fonte de atrito. A produção jesuítica, em sua maioria, era exportada para a Europa. Só supriam o mercado interno daquilo que os colonos empenhados na caça ao índio e na busca do ouro não produziam."

O confronto com os bandeirantes

Com a permissão para se armarem, a partir de 1639, os jesuítas compraram armamento na Europa e começaram a fabricar seu próprio equipamento bélico. A estrutura econômica das reduções, baseada numa disciplina militar, possibilitou um rápido sucesso. Treinar os índios no manejo de mosquetes e até canhões não foi tarefa difícil para a "Milícia de Deus".

Os bandeirantes conheceram o sabor da derrota. Já em 1641, um exército de oitocentos paulistas e cerca de 6 mil índios tupi foram fragorosamente vencidos pelos guerreiros do cacique Abiaru, às margens do Rio Uruguai. Foi a Batalha de Mbororé, na qual os guaranis eram apenas 4 mil e só trezentos usavam armas de fogo. Os outros lutaram com bordunas, flechas e até pedras, que lançavam de suas fundas.

Sucederam-se vários combates e, em quase todos, os bandeirantes foram derrotados pelo exército da Companhia de Jesus. Muitas vezes, padres lideraram os combatentes, transformaram-se em generais e levaram os índios à vitória. A última grande batalha foi a de 1651, quando os paulistas tentaram uma vitória definitiva sobre o Paraguai. Foram expulsos e a Companhia de Jesus começou a recompor-se.

Nas guerras, a Companhia perdera 300 mil índios e metade das suas reduções. Nos próximos cem anos, renasceu o império temporal dos jesuítas, e a famosa República Guarani prosperou, embora reduzida a 40 mil índios." (CHIAVENATO, Júlio J. Bandeirismo - Dominação e violência. 4.ª ed. Coleção Polêmica. Ed. Moderna. São Paulo.)

A Mineração

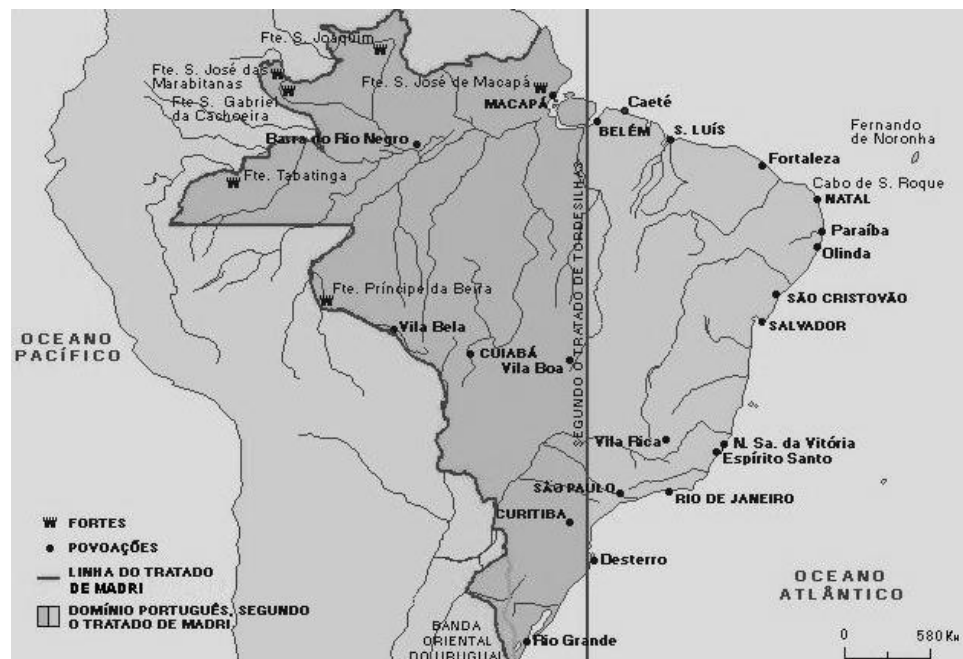
A atividade de extração de metais preciosos e diamantes na região das Minas Gerais foi bastante intensa durante o **século XVIII**. Havia duas formas de extração: as faisqueiras e as lavras. As **faisqueiras** eram pequenos garimpos onde o trabalho era, em geral, individual e livre. Nas **lavras**, grandes áreas de exploração, trabalhavam muitos **escravos**.

A mineração trouxe **importantes transformações** no mundo colonial. Vejamos algumas:

- o **pólo econômico** da Colônia passou do Nordeste para o **Centro-Sul**;
- **A Capital** foi transferida de Salvador para o **Rio de Janeiro** (1763), mais próxima aos centros de mineração;
- Acelerou-se o **povoamento do interior**, com um enorme número de pessoas de outras áreas do Brasil e também da Europa que vieram para as Gerais, **ocupando-se territórios pertencentes à Espanha** de acordo com o Tratado de Tordesilhas;
- Houve o surgimento de um **"mercado consumidor interno"**, novas atividades econômicas se desenvolveram e também **novas categorias sociais** ganharam importância como: soldados, funcionários públicos, artesãos, comerciantes, tropeiros, quituteiras, poetas e artistas;
- A Coroa Portuguesa **aumentou bastante a fiscalização** sobre as atividades coloniais;
- A maior parte do **ouro extraído no Brasil** foi para Portugal, que o utilizou **para pagar dívidas** decorrentes de seu desvantajoso comércio com a **Inglaterra** (conforme o Tratado de Methuen de 1703);
- A extração de **diamantes** logo tornou-se **monopólio da Coroa Portuguesa**;
- **Os impostos** eram altos (como o **"quinto"** equivalente a 20% do total de ouro extraído), mas o contrabando era intenso, por isso logo o governo de Portugal criou as **Intendências de Minas** (para fiscalizarem) e as **Casas de Fundição** (onde o ouro em pó ou pepitas era fundido em barras e "quintado");
- **Os escravos**, se conseguissem acumular **um pouco de ouro**, podiam negociar com seus donos a compra de uma **"carta de alforria"** (liberdade).

A ocupação de terras da região Centro-Oeste, durante o ciclo da mineração, significou a conquista de áreas antes pertencentes à Espanha. Isso teve como consequência violentas disputas entre os dois reinos e o reconhecimento de que era preciso elaborar novos tratados de limites. Assim, vários desses tratados foram assinados entre os países ibéricos, dos quais o mais importante é o que se segue:

Tratado de Madrid (1750) - este foi, sem dúvida, o mais importante tratado de limites assinado por Portugal, em relação ao Brasil. Graças à atuação do brasileiro **Alexandre de Gusmão**, defendendo o princípio jurídico do "**Utis Possidetis**" - direito de posse pelo uso - o Brasil obteve uma vasta extensão territorial que equivalia quase ao território atual.



As Revoltas Nativistas

Nativismo - sentimento de brasilidade (apego à terra natal).

Tivemos várias manifestações de rivalidade entre os filhos da terra (brasileiros) e os portugueses. Eis as mais importantes:

Revolta de Beckman

Os abusos do regime colonial deram causa à revolta em São Luís do Maranhão, em 1684. Como em quase todas as Colônias da época, estabeleceu-se no Brasil o regime do monopólio comercial, privilegiando as Companhias de Comércio: a Companhia de Comércio do Estado do Maranhão (Companhia do Estanco) tinha o privilégio de vender certos gêneros de primeira necessidade e comprar toda a produção local (açúcar e algodão). Essa Companhia vendia gêneros de má qualidade por preços exagerados. Além disso, não colocava à venda, como se havia comprometido a fazer, a quota de quinhentos escravos por ano.

Começaram logo os protestos populares. Manuel Beckman (Bequimão), senhor de engenho, rico e de grande influência na população, chefiou a revolta. O movimento triunfou facilmente e várias autoridades foram aprisionadas. De acordo com o que prometera Beckman, foram decretadas a abolição do monopólio comercial e a expulsão dos jesuítas (porque defendiam os indígenas, proibindo sua escravização).

O governo da Metrópole enviou logo uma expedição contra os rebeldes. Foi decretado o perdão a quase todos, com exceção de Manuel Beckman e Jorge Sampaio que foram enforcados e outros líderes, que foram presos ou exilados.

Guerra dos Mascates (Pernambuco)

Mascates: apelido desdenhoso para os comerciantes portugueses.

Recife, apesar de mais rica e mais populosa, era simples povoado dependente de Olinda. Em **Olinda**, residiam o Governador da Capitania, o Bispo diocesano e a aristocracia dos **senhores de engenho**. No **Recife**, preferiam viver os **comerciantes portugueses**. Os senhores de engenho de Olinda endividavam-se com os comerciantes portugueses do Recife, a quem chamavam desdenhosamente de "mascates". Quando Recife alcançou o título de Vila, estourou o conflito entre mascates e olindenses, devido à questão dos limites entre as duas vilas.

Os olindenses atacaram Recife e destruíram o "pelourinho", símbolo da autonomia da Vila.

As lutas continuaram sem resultado decisivo para nenhum dos adversários. Finalmente, em 1711, chegou o novo Governador. Foi concedido perdão real a todos, mas Recife conservou a condição de Vila e, posteriormente, tornou-se a capital pernambucana.

Leitura Complementar

O texto abaixo foi extraído de um requerimento escrito em 1710, que defendia interesses dos brasileiros de Olinda em relação aos comerciantes portugueses de Recife.

"Que se devassasse do governo o procedimento de Sebastião de Castro e Caldas. Que se destruía a criação da vila do Recife para nunca mais haver. Que sejam desterrados e tidos e havidos por traidores à pátria Cristóvão de Barros e outros. Que todos os contratos serão arrematados na cidade de Olinda, como cabeça que é de Pernambuco. Que não se consentirá haver mais tributos, nem contratos dos que há. Que se conservará sempre um juiz do povo, feita cada ano a sua eleição por vinte e quatro misteres (...) Que todos os governadores, ouvidores e juizes com seus oficiais de justiça morarão na cidade, e só dois ou três meses em Recife, em tempo de frota para expedição dela (u.) Que nenhum mercador nem filho de Portugal votará em pelouros, servirá posto de milícia nem de república (u.) Que por demora, que possa haver em quaisquer pagamentos, se não levarão juros, nem lucro algum (...)." (Apud. COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonelltaussu A. História do Brasil. Scipione. São Paulo.)

Guerra dos Emboabas

Emboabas: termo de origem indígena, usado pelos paulistas para apelidar os forasteiros (portugueses) que chegavam à região das Minas Gerais.

As minas de ouro e diamantes descobertas em Minas Gerais por bandeirantes paulistas atraíram pessoas de todos os lugares do Brasil, de Portugal e até de outros países.

Causa do Conflito

Os **paulistas**, que haviam descoberto as minas, temiam que os **emboabas** as tomassem, o que realmente estava ocorrendo. O Governador das minas era o paulista Borba Gato, mas os emboabas, em maior número, aclamaram o fazendeiro português **Manoel Nunes Viana** como Governador das minas.

Os conflitos ocorreram com vantagem para os emboabas, que eram em maior número. Em certo momento das lutas, os paulistas acamparam junto ao Rio das Mortes. Os emboabas atacaram, sob o comando de Bento do Amaral Coutinho, já conhecido criminoso. E os paulistas, cercados na mata e sem víveres, depuseram as armas com a promessa, sob juramento, de que lhes seria garantida a vida. Mas, logo que se concluiu a entrega das armas, Amaral Coutinho ordenou cruelmente a matança dos prisioneiros (o local do episódio ficou conhecido como "Capão da Traição"). Ali morreram mais de 300 bandeirantes.

O governo português interferiu, resolvendo que Minas e São Paulo formariam uma Capitania separada do Rio de Janeiro, foram regularizadas as posses de minas e os descobridores tinham o direito de escolher o primeiro lote a ser explorado.

Revolta de Filipe dos Santos (Vila Rica - 1720)

Os altos impostos cobrados por Portugal fizeram com que houvesse um grande descontentamento em Minas Gerais. Filipe dos Santos liderou uma revolta contra as autoridades portuguesas. Exigiam o fechamento das Casas de Fundição (onde o ouro era transformado em barras e quintado).

O Governador, Conde de Assumar, mandou prender os revoltosos. **Filipe dos Santos foi enforcado e esquartejado.**

As revoltas nativistas eram movimentos regionais, isolados, não pretendiam fazer a independência do Brasil.

Administração Pombalina

O período da União Ibérica havia causado graves prejuízos à economia portuguesa. No século XVIII, durante o reinado de D. José I, foi nomeado Ministro do Reino o Marquês de Pombal, D. Sebastião José de Carvalho e Melo.

O Tratado de Methuen com a Inglaterra tornou Portugal um país devedor e dependente. Para complicar ainda mais, em 1755, Lisboa foi destruída por um dos mais violentos terremotos da História.

Diante da **difícil situação financeira de Portugal**, o Marquês de Pombal decidiu fazer algumas mudanças na Colônia:

- Mudança da Capital para o Rio de Janeiro;
- Liberação para instalação de algumas manufaturas;
- Expulsão dos jesuítas do Brasil.

A principal intenção de Pombal era aumentar a exploração sobre o Brasil, e nesse sentido criou companhias de comércio que detinham monopólios comerciais e pioravam as condições de vida dos brasileiros de modo geral. A administração executada pelas autoridades portuguesas na Colônia era intensamente corrupta, e até o Padre Vieira chegou a denunciá-la, conforme o texto abaixo. Observe:

"Os ladrões de que falo não são aqueles miseráveis, a quem a pobreza condenou a levar este tipo de vida. O ladrão que rouba para comer não vai e nem leva ninguém para o inferno. Os que vão e levam para o inferno são os ladrões da mais alta esfera, isto é, aqueles que ocupam altos cargos para os quais são nomeados pelo rei. Não são ladrões apenas os que roubam as bolsas, ou se escondem nas margens dos rios para roubar das pessoas que vão tomar banho. Os que mais merecem ser chamados de ladrões são aqueles a quem os reis confiam a chefia dos exércitos, ou o governo de uma província, ou a administração de uma cidade. São estes que, usando a força e a manha, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros arriscam a vida para roubar, estes roubam sem temor; os outros se roubam, são enforcados, estes roubam e enforcam os outros."
(Padre Vieira)

Os Movimentos Pela Independência

A Crise do Sistema Colonial

Sabemos que não era apenas Portugal que possuía Colônias, vários outros países europeus também as tinham. Porém, no século XVIII, ganharam força **novas idéias** que acabaram por atingir a Europa e também a América, no sentido de **pôr fim ao Colonialismo**. Então, vamos aprender um pouco mais.

Idéias Iluministas e Liberalismo

A França do século XVIII foi o berço de vários pensadores que gostavam de ser chamados de "iluministas", devido às suas idéias liberais (Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Mirabeau).

Esses homens escreviam livros nos quais afirmavam que os governantes deveriam ser menos autoritários e que o povo deveria ter mais direitos políticos, assim, combatiam o "poder absoluto dos reis".

Quanto à economia, diziam que todos os países deveriam ser livres para produzir e vender mercadorias para qualquer outro interessado. E, o que é mais importante para o nosso estudo, diziam que as Colônias precisavam de independência, liberdade política e econômica.

Em pouco tempo, as idéias liberais chegaram ao continente americano, geralmente através de jovens intelectuais, naturais das Colônias, mas que iam à Europa para completar seus estudos. Somada às idéias iluministas, na Inglaterra teve início a Revolução Industrial, que gerou a produção de grandes quantidades de mercadorias. Por isso, os ingleses passaram a apoiar a idéia de acabar com os famigerados Pactos-Coloniais e seus monopólios, defendendo a independência para as Colônias espanholas e portuguesas. Mas, em 1776, foram as treze Colônias inglesas da América do Norte que proclamaram sua independência, formando os Estados Unidos da América, o primeiro país independente dentro do continente americano, servindo de exemplo às outras Colônias.

Não podemos deixar de lembrar ainda, as crises internas das metrópoles como Portugal e Espanha, que no século XVIII eram países em decadência.

A Conjuração Mineira (1789)

Influências Externas

- Idéias liberais (iluministas);
- Revolução industrial inglesa;
- Independência dos Estados Unidos (1776).

A Situação em Minas Gerais

A região das Minas Gerais, rica em ouro e diamantes, sentiu com maior intensidade a opressão do decadente colonialismo português. A descoberta do ouro obrigara os portugueses a montarem um rigoroso e injusto sistema de tributação em Minas Gerais. Em fins do século XVIII, as minas de ouro estavam esgotadas, sendo que a produção não era suficiente para o pagamento dos impostos lançados pela Coroa.

Outro fator que contribuiu bastante para irritar ainda mais os moradores da Capitania, foi a péssima administração do autoritário e violento Governador Luís da Cunha Menezes. Apesar da difícil situação, D. Maria I estava insensível às reclamações dos mineradores e ainda ordenou a "derrama", que significava "cobrança dos impostos atrasados". A "derrama", na realidade, baseava-se no princípio de que a região aurífera deveria pagar no mínimo 100 arrobas de ouro anualmente.

Entretanto, no final do século XVIII, a atividade mineradora estava em decadência (por falta de tecnologia adequada). Por isso, a população não podia pagar o mínimo de impostos estipulado.

Assim, a Conjuração Mineira teve como principais **causas internas**:

- O rigor administrativo e fiscal;
- Altos impostos sobre as atividades na região;
- Início da "derrama".

Conjuração: nesse contexto, tem o significado de conspiração contra as autoridades e as leis.

O novo Governador Luís Antônio Furtado de Mendonça, **Visconde de Barbacena**, preparava o início da derrama.

O movimento contou com a participação de destacados membros da **elite intelectual e econômica de Vila Rica**. Provavelmente, o projeto da rebelião surgiu por iniciativa de José Álvares Maciel, um filósofo; do tenente-coronel Francisco Paula Freire e do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado de "Tiradentes".

Outros participantes: Inácio Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, homens ricos e poetas. Destaque para José Joaquim da Maia, que fez contato com Thomas Jefferson (um dos líderes da independência dos EUA), enquanto esteve na França. Do clero, setor bastante culto e politizado, envolveram-se os padres José da Silva Rolim e Luís Vieira da Silva.

Planos dos Revoltosos

- Proclamar a Independência.
- Criar uma República Federativa (como nos Estados Unidos).
- Transferir a Capital para São João del-Rei (MG).
- Estabelecer pensões para famílias numerosas.
- Criação de fábricas e universidades.
- Apenas alguns pensavam na libertação dos escravos.
- O movimento teria uma bandeira branca com um triângulo representando a Santíssima Trindade. E o lema seria "*Libertas Quae Sera Tamen*", que quer dizer "Liberdade ainda que tardia".

A Delação

Os conjurados reuniam-se secreta mente, mas havia entre eles um grande devedor de impostos, chamado **Joaquim Silvério dos Reis**, que não acreditava que os planos pudessem dar certo. Preferiu unir-se a outros dois devedores que não faziam parte do grupo e, juntos, procuraram o Visconde de Barbacena para delatar o movimento de conspiração.

O movimento já havia levantado suspeitas, mas a confirmação por parte dos delatores foi bem-vinda pelo Governador, que perdoou as dívidas dos mesmos, além de dar-lhes outras recompensas.

Em seguida foi suspensa a "derrama" e os conjurados foram presos. Tiradentes estava no Rio de Janeiro buscando novos adeptos para a Conjuração, quando foi preso, na Rua dos Latoeiros (hoje Gonçalves Dias). Todos os prisioneiros foram enviados ao Rio de Janeiro.

O Processo

Foi longo o processo. Os acusados, presos já há tantos meses, abatidos, fraquejavam, inocentavam-se ou acusavam-se uns aos outros, tentando livrar-se de uma provável sentença de morte.

Tiradentes, diferentemente dos demais, procurava atrair sobre si a culpa por toda a fracassada conspiração. A primeira sentença condenava onze conjurados à morte, mas foi modificada, de acordo com os interesses da Rainha Maria I, que pretendia parecer "justa". As sentenças de morte foram transformadas em degredo perpétuo (expulsão), menos para o réu Joaquim José da Silva Xavier, considerado indigno da "real piedade".

O Martírio de Tiradentes



A 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro, foi conduzido à forca, no Largo da Lampadosa, o conjurado que ousou defender o sonho de libertar o Brasil da exploração portuguesa.

A sentença de Tiradentes foi assim publicada:

"[...] Portanto condenam ao Réu Joaquim José da Silva Xavier por alcunha Tiradentes Alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas a que com barações e pregação seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica onde em lugar mais público dela será pregada, em um poste alto até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas e os mais nos sítios de maiores povoações até que o tempo também os consuma; declaram o Réu infame e seus filhos e netos tendo-os, e seus bens aplicam para o Fisco e a Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo própria, será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão, pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável Réu [...]" (Autos da devassa da Inconfidência Mineira. Apud. E. Luís Barros. Os sonhadores de Vila Rica. São Paulo. Atual)

A Conjuração Baiana ou "Guerra dos Alfaiates" (1798)

A Conjuração Baiana tinha como finalidade principal a proclamação da independência da Bahia. Essa rebelião reuniu duas parcelas diversas da população baiana.

De um lado, apareciam os intelectuais, membros da maçonaria e do clero, entusiasmados com os ideais da Revolução Francesa que estava ocorrendo naquele momento; do outro, estavam as pessoas de condição social mais humilde, como soldados e alfaiates, quase todos mulatos e escravos alforriados. A iniciativa do movimento partiu da Loja Maçônica Cavaleiros da Luz.

Maçonaria: sociedade secreta, que surgiu na França, tratando de diversos assuntos, como a defesa do liberalismo.

Na manhã de 12 de agosto de 1798, surgiram nas ruas de **Salvador** cartazes que pregavam uma revolta geral com o objetivo de instalar um governo independente e democrático.

Os rebeldes prometiam aumento do soldo militar, comércio livre com todas as nações, melhores condições para os produtores rurais e artesanais, e incluíam punições para o crime de discriminação racial. Portanto, queriam o fim da escravidão.

Os líderes das agitações foram logo denunciados ao Governador da Bahia. Eram eles os alfaiates **João de Deus** e **Manuel Faustino dos Santos**, os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens. Também se destacaram elementos da classe média, como o cirurgião **Cipriano Barata** e o professor **Muniz Barreto**.

Passados alguns dias, o Governador soube de uma reunião dos conjurados que iria ocorrer no Campo do Dique. Imediatamente, enviou soldados para prendê-los. A maioria dos maçons conseguiu escapar, mas 49 elementos de origem popular foram capturados. A sentença condenava à morte os quatro líderes populares, dois soldados e dois alfaiates (citados acima). Assim terminou a Conjuração Baiana, **primeiro movimento a propor a democratização do Brasil**.

A Revolução Pernambucana de 1817

A Situação de Pernambuco

- Crise econômica, resultante da queda dos preços e das vendas do açúcar e do algodão, principais produtos da região;
- Descontentamento geral da população com os altos preços dos alimentos e com os **impostos** arrecadados na região, mas que iam acabar no Rio de Janeiro, beneficiando a Corte. Nessa época, a **Família Real estava no Brasil**;
- Influência do Areópago de Itambé e do Seminário de Olinda, duas instituições que secretamente divulgavam as **idéias liberais**, anticolonialistas, ou seja, **favoráveis à independência política**.

A Revolta

Teve como principais participantes: **Domingos José Martins**, **Domingos Teotônio Jorge**, **Frei Caneca** e **Antônio Carlos de Andrada**.

Os revoltosos expulsaram o Governador e tomaram Recife. Durante a revolução, os rebeldes tentaram conseguir apoio de outras Províncias e até do exterior, mas a reação portuguesa foi rápida e impediu o avanço do movimento.

Mesmo assim, durante o domínio de Recife, foi instalado um governo provisório, com representantes para: agricultura, comércio, clero, magistratura, forças armadas e um secretário. Tratava-se de um governo republicano.

Esse governo estabeleceu:

- liberdade de imprensa;
- tolerância religiosa, embora a religião católica fosse reconhecida como oficial;
- outras medidas de caráter popular, **como a abolição dos impostos que encareciam os gêneros de primeira necessidade.**

Porém, os rebeldes não resistiram ao contra-ataque português. A maioria dos participantes foi presa e alguns líderes acabaram enforcados. Apesar de ter fracassado, a Revolução Pernambucana foi o movimento revoltoso que mais próximo chegou de realizar a Independência e representou o fortalecimento de idéias que, como veremos adiante, voltariam à tona em novas rebeliões.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Portugal e as Guerras Napoleônicas

O século XIX iniciou-se na Europa com muita agitação política, devido à Revolução Francesa e ao governo de Napoleão. Em 1806, o imperador francês Napoleão Bonaparte decretou o chamado Bloqueio Continental, ou seja, um decreto que proibia os países do continente europeu de comercializarem com a Inglaterra (maior rival da França).

De que forma isto acabou atingindo o Brasil? Através de Portugal, pois a metrópole portuguesa era ligada economicamente à Inglaterra e não obedeceu ao decreto napoleônico. Assim, Napoleão mandou tropas invadirem Portugal.

Nesta época, o país era governado pelo Príncipe Regente D. João, já que a Rainha Da. Maria I encontrava-se doente. Pressionado pelos diplomatas ingleses e com o avanço das tropas francesas em seu território, D. João decidiu partir para o Brasil. Toda a Corte de Lisboa o acompanhava; eram escoltados pela marinha inglesa. No caminho, foram envolvidos por uma tempestade, por isso, o navio que levava D. João rumou para Salvador, enquanto os demais seguiram para o Rio de Janeiro (capital da Colônia).

D. João na Bahia - 22/01/1808

Por influência do brasileiro José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, e atendendo aos interesses da Inglaterra, D. João assinou em 28 de janeiro de 1808, a Carta Régia que estabelecia a "**Abertura dos Portos às Nações Amigas**". Esta atitude do Regente significou o fim do monopólio comercial entre Brasil e Portugal, dando início à liberdade econômica, importante passo para que se chegasse à autonomia política.

As Realizações de D. João no Rio de Janeiro

- **Guerra à França:** como represália à invasão francesa a Portugal, D. João mandou invadir a Guiana Francesa;
- **Anexação do Uruguai:** durante suas lutas pela independência em relação à Espanha, o Uruguai sofreu a intervenção de tropas luso-brasileiras, que o anexaram ao Brasil com o nome de Província Cisplatina;
- Assinatura dos **Tratados de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação**, com a Inglaterra, privilegiando a importação de mercadorias inglesas;
- Firmou o **Alvará Real de 1.º de abril de 1808**, permitindo a instalação de fábricas no Brasil; .
- Em 1815, D. João **elevou o Brasil** à categoria de **Reino Unido a Portugal e Algarves**, tornando mais próxima a independência;
- Outras: fundação do primeiro Banco do Brasil, Imprensa Régia (Jornal Oficial), Academia Militar e da Marinha, Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, Jardim Botânico, Teatro Real São João.

O Retorno a Portugal

Em 1820, teve início na cidade do Porto, a Revolução Liberal. Foi uma revolução que instalou a Monarquia Constitucional, acabando com o absolutismo em Portugal. Por isso, D. João foi obrigado a voltar para Lisboa, o que ocorreu em 1821. Nessa época, D. João havia sido coroado rei e governava com o título de D. João VI.

A Proclamação da Independência

Quando partiu do Brasil, retomando a Portugal, D. João VI deixou aqui seu filho, D. Pedro, na condição de Príncipe Regente.

O Confronto com as Cortes de Lisboa

As Cortes, ou seja, o Parlamento de Lisboa, eram formadas principalmente por grandes mercadores portugueses, que preocupados com a má situação econômica de Portugal, haviam decidido que o **Brasil deveria voltar à condição de Colônia**, o que implicaria no **restabelecimento do Pacto Colonial e dos monopólios comerciais**.

Os representantes brasileiros pouco ou nada podiam fazer, já que eram minoria no Parlamento.

A Reação no Brasil

A posição inflexível das Cortes em relação ao Brasil fez crescer a intenção de separação política definitiva, principalmente entre as elites rurais, que se manifestavam através de jornais, como A Malagueta, O Espelho, o Despertador Brasiliense e outros.

Da união dos grupos interessados na independência, surgiu o "**Partido Brasileiro**".

Para os portugueses, a recolonização do Brasil dependia fundamentalmente da volta de D. Pedro para Lisboa, o que levou os dois lados, brasileiras e portugueses, a tentarem conquistar a simpatia do Regente para suas respectivas causas. No entanto, **D. Pedro resolveu aderir à causa brasileira.**

Independência

- **09 de janeiro de 1822: "Dia do Fico".** Após receber um abaixo-assinado, contendo as assinaturas de 8.000 brasileiros, que foi entregue por José Clemente Pereira, solicitando sua permanência no Brasil, D. Pedro decidiu: *"se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico"*. Este fato marcou a adesão de D. Pedro à causa brasileira.

- **Maio de 1822:** Decreto do **"Cumpra-se"**. Para que fossem obedecidas no Brasil as ordens que vinham de Lisboa, deveriam antes receber o CUMPRASE do Regente.

Ainda em maio, D. Pedro recebeu o título de **"Defensor Perpétuo do Brasil"**, que lhe foi dado pela maçonaria e pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro.

- **Junho de 1822:** Convocação de uma Assembléia Constituinte, com a finalidade de elaborar a primeira Constituição do Brasil.

- **Agosto de 1822:** As tropas, enviadas de Portugal, passavam a ser consideradas inimigas.

- **7 de setembro de 1822:** Enfim, o rompimento político, a Proclamação da Independência do Brasil. Enquanto D. Pedro viajava pela região de **São Paulo**, chegavam ao Rio de Janeiro despachos oficiais de Lisboa, intimando o Príncipe a voltar, sob pena de perder seus direitos e já nomeando uma nova regência.

A **Imperatriz Dona Leopoldina**, e o Ministro do Reino, **José Bonifácio de Andrada e Silva** (Patriarca da Independência), reunidos com o Conselho de Ministros, decidiram enviar a D. Pedro os documentos de Lisboa e cartas pessoais, aconselhando-o a fazer a Independência.

O correio que viera do Rio alcançou próximo do **riacho Ipiranga** o Príncipe; que regressava de Santos. Era ao cair da tarde de **7 de setembro de 1822**.

Depois de ler as cartas e decretos, viu D. Pedro que tinha chegado a hora de agir definitivamente. Dirigiu-se à sua comitiva e à guarda, que estava pouco adiante. "Laços fora" exclamou. E enquanto caíam os laços portugueses arrancados, continuou: - "Camaradas! As Cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre portanto, declarar já sua independência. Estamos definitivamente separados de Portugal" Erguendo a espada, bradou:

"INDEPENDÊNCIA OU MORTE !". Trecho da Carta de Da. Leopoldina A D. Pedro, publicada no jornal *"O Estado de São Paulo"*.

"Pedra, o Brasil está como um vulcão... As Cortes portuguesas ordenam a vossa partida imediata, ameaçamvos e humilham-vos... O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece... Leopoldina".

Leitura Complementar

Cultura Colonial

A Literatura do Século XVIII

Em algumas obras literárias do século XVIII já é possível perceber o antagonismo brasileiro ao domínio da metrópole. Alguns autores começaram a escrever sobre as coisas da terra com mais amor, criticando diretamente os portugueses e os abusos cometidos pelas autoridades metropolitanas. Temos, a partir de então, uma literatura em que o sentimento de brasilidade, isto é, o sentimento nativista é muito forte.

Na segunda metade do século XVIII, poetas como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga chegaram até a participar de um movimento pela libertação colonial: a Inconfidência Mineira.

Nesse momento, já era possível perceber as influências culturais em nossa literatura.

A Música Popular e a Erudita

A música popular brasileira se originou da mistura das músicas portuguesas, negra e indígena. É, portanto, o resultado da fusão da música da classe dominante com a música da classe dominada. Na mistura dessas culturas musicais, os brancos e os índios contribuíram mais com as cantigas e os negros com os batuques, o que deu origem a novos ritmos e instrumentos, como os de percussão, por exemplo.

Ao lado da música temos a dança: o fandango (de origem portuguesa), o cate retê (de marcante influência indígena) e o lundu, (de origem africana), um tipo de dança de umbigada de extrema beleza e sensualidade.

No século XVIII, Minas Gerais transformou-se no principal centro de criação e divulgação musical, principalmente da chamada música erudita, cujos principais representantes foram o padre João Maurício e Lobo de Mesquita, mulatos dotados de genial sensibilidade criativa.

As condições econômicas da capitania mineira e o gosto de seus habitantes pela música possibilitaram a formação de vários grupos de músicos profissionais independentes, financiados pelo governo ou por irmandades religiosas.

A independência e a profissionalização dos músicos explicam, em grande parte, o alto grau de criatividade musical daquela época.

Arquitetura e Escultura

No campo das artes plásticas, as criações artísticas nos séculos XVI e XVIII foram inexpressivas. A arquitetura, nesse período, voltou-se principalmente para a construção de fortificações, de casas-grandes, senzalas e capelas.

O grande mestre Aleijadinho, além de arquiteto e construtor de belíssimas igrejas em Minas Gerais, foi também o maior de todos os escultores do Brasil Colônia. Como escultor, criou os famosos Profetas, que se encontram na Igreja de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais, além de outras obras sacras. Mestre Valentim, que viveu no Rio de Janeiro no fim do século XVIII e início do século XIX, foi escultor de obras de grande beleza, como a Nínia Eco, e de entalhes e imagens em madeira de muitas igrejas daquela cidade, como a da Ordem Terceira do Carmo e a do Mosteiro de São Bento.

*No início do século XIX, as artes plásticas brasileiras começaram a sofrer transformações devido à influência de artistas franceses. Isso aconteceu porque, em 1816, chegou ao Brasil a **Missão Artística Francesa**, cujos artistas começaram a definir os modelos que as artes plásticas do Brasil deveriam adotar, ou seja, os modelos franceses.*

História para Supletivo 4º Módulo / 4ª Prova

O Primeiro Reinado (1822/1831)

O Primeiro Reinado é caracterizado pela organização do Estado Nacional Brasileiro, que pode ser dividido nas seguintes etapas: as guerras de independência, o reconhecimento externo de nossa independência, a elaboração da primeira Constituição e a abdicação de D. Pedro I.

As guerras de independência

Para garantir a independência e manter a unidade territorial D. Pedro I teve que enfrentar a resistência de algumas províncias, governadas por portugueses e que se mantiveram leais às Cortes portuguesas. As províncias foram a Bahia, Pará, Piauí e Maranhão.

Outra província que se opôs foi a Cisplatina. A guerra da Cisplatina, que se iniciou em 1823, só terminou em 1828 com a proclamação de sua independência (é o atual Uruguai).

As guerras de independência contrariam a visão tradicional de que a independência brasileira foi pacífica. Em virtude da ausência de um exército nacional organizado, as guerras de independência contaram com o apoio das milícias civis - com forte participação popular - e auxílio de mercenários ingleses e franceses, destacando-se Lord Cochrane, John Grenfell, John Taylor e Pierre Labatut.

Com a derrota das forças militares contrárias à independência a unidade territorial foi mantida e D. Pedro I coroado imperador em dezembro de 1822.



O reconhecimento da independência

O primeiro país a reconhecer oficialmente a independência do Brasil foram os **Estados Unidos da América**, no ano de 1824. O reconhecimento deu-se obedecendo os princípios da Doutrina Monroe, que pregava e defendia a não intervenção da Europa - através da Santa Aliança - nos assuntos americanos. "*A América para os americanos*" era o lema da Doutrina Monroe. Desta forma, os Estados Unidos da América garantiam sua supremacia política na região.

No ano de 1825 foi a vez de Portugal reconhecer a independência de sua antiga colônia. A Inglaterra atuou como mediadora entre o Brasil e Portugal. Em troca do reconhecimento, Portugal exigiu uma indenização de dois milhões de libras, que auxiliariam o Reino lusitano a saldar parte de suas dívidas com os britânicos. Como o Brasil não possuía este montante, a Inglaterra tratou de emprestar. Assim, o dinheiro exigido por Portugal nem saiu da Inglaterra e, de quebra, o Brasil tornou-se seu dependente financeiro.

Graças à mediação inglesa no reconhecimento de nossa independência, esta obteve importantes regalias comerciais com a assinatura de um tratado, no ano de 1827, que reafirmava os tratados de 1810. O acordo garantia tarifas alfandegárias preferenciais aos produtos ingleses, o que prejudicou o desenvolvimento econômico brasileiro. O novo acordo estabelecia a extinção do tráfico negreiro cláusula que não foi concretizada.

Assim, o Brasil continuava a ser um exportador de produtos primários, importador de produtos manufaturados e dependente financeiramente da Inglaterra.

A Organização jurídica do Estado Brasileiro

Após a independência do Brasil, tornou-se necessário organizar o novo Estado, através de uma Constituição. Neste momento, a vida política no novo país estava dividida em dois grupos. O Partido Português, que articulava a recolonização do Brasil, e o Partido Brasileiro, dividido em duas facções: os conservadores, liderados pelos irmãos Andrada e que defendiam uma monarquia fortemente centralizada; e os liberais, que defendiam uma monarquia onde os poderes do rei fossem limitados.

No ano de 1823, uma Assembléia Constituinte - composta por 90 deputados - apresentou um projeto constitucional que mantinha a escravidão, restringia os poderes do imperador e instituiu o voto censitário: o eleitor ou o candidato teria de comprovar um determinado nível de renda. A renda seria avaliada pela quantidade anual de alqueires de mandioca produzidos. Dado a isto, este projeto constitucional ficou conhecido como a "*Constituição da Mandioca*".

Não gostando de ter os seus poderes limitados, D. Pedro I fechou a Assembléia Constituinte. Procurando impedir sua dissolução, a Assembléia ficou reunida na noite de 11 para 12 de novembro, episódio conhecido como **Noite da Agonia**.

Dissolvida a Assembléia, D. Pedro convocou um grupo de dez pessoas - Conselho de Estado - que ficou encarregado de elaborar um novo projeto constitucional. O projeto será aprovado em 25 de março de 1824.

A CONSTITUIÇÃO DE 1824

A seguir, os principais aspectos da primeira Carta do Brasil:

- estabelecimento de uma monarquia hereditária;
- instituição de quatro poderes:
 - . poder Executivo, exercido pelo imperador e seus ministros;
 - . poder Legislativo, exercido por deputados eleitos por quatro anos e senadores nomeados em caráter vitalício;
 - . poder Judiciário, formado por juízes e tribunais, tendo como órgão máximo o Supremo Tribunal de Justiça;
 - . poder Moderador, de atribuição exclusiva do imperador e assessorado por um Conselho de Estado. Pelo poder Moderador, o imperador poderia interferir nos demais poderes. Na prática, o poder político do imperador era absoluto.
- O país foi dividido em províncias, dirigidas por governadores nomeados pelo imperador;
- O voto era censitário, tendo o eleitor ou candidato de comprovar uma determinada renda mínima; o voto seria a descoberto (não secreto);

- Eleições indiretas;
- Oficialização da religião católica e subordinação da Igreja ao controle do Estado.

Assim, a Constituição outorgada em 1824, impedia a participação política da maioria da população e concentrava os poderes nas mãos do imperador, através do exercício do poder Moderador.

O excessivo autoritarismo do imperador, explicitado com o fechamento da Assembléia Constituinte e com a **outorga** da Constituição centralizadora de 1824, provocaram protestos em várias províncias brasileiras, especialmente em **Pernambuco**, palco da primeira manifestação do Primeiro Reinado. Trata-se da Confederação do Equador.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

O nordeste brasileiro, no início do século XIX, encontrava-se em grave crise econômica. Somada aos ideais revolucionários de 1817 (Revolução Pernambucana) ocorre em Pernambuco um movimento republicano, de caráter separatista e popular.

Entre os líderes do movimento temos as figuras de **Manuel de Carvalho Pais de Andrade**, **Cipriano Barata**, **padre Gonçalves Mororó** e **Frei Caneca**. O movimento recebeu apoio de outras províncias nordestinas (**Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba**).

Os rebeldes **proclamaram a independência** e fundaram uma república, denominada **Confederação do Equador** (dada à localização geográfica das províncias rebeldes, próximas à linha do Equador) e adotaram, de forma provisória, a **Constituição da Colômbia**. A repressão ao movimento, determinada pelo imperador, foi violenta e seus principais líderes condenados à morte.

A Abdicação de D. Pedro I

Vários foram os fatores que levaram à abdicação de D. Pedro I. O Primeiro Reinado apresentava uma difícil situação financeira em decorrência da **balança comercial desfavorável**, contribuindo para as altas taxas inflacionárias.

Um grande descontentamento em relação à figura do imperador, em virtude de seu autoritarismo, como o fechamento da Assembléia Constituinte, a imposição da Constituição de 1824, a repressão à Confederação do Equador. Contam-se ainda, a desastrosa Guerra da Cisplatina e a participação do imperador na sucessão do trono português.

A imprensa brasileira iniciou uma série de críticas ao governo imperial, resultando no **assassinato do jornalista Líbero Badaró**, grande opositor de D. Pedro I.

No ano de 1831, em **Minas Gerais**, o imperador enfrentou sérias manifestações, sendo **recebido com faixas negras** em sinal de luto pelo morte do jornalista. Retornando à capital do Império, seus partidários promoveram uma festa em homenagem ao imperador, desagradando a oposição e ao povo. Inicia-se uma luta entre partidários e opositores ao imperador, denominada "*Noite das Garrafadas*".

Após sucessivas mudanças ministeriais, procurando conter as manifestações, D. Pedro I abdicou, na madrugada de 7 de abril de 1831, em favor de seu filho **D. Pedro de Alcântara**.

Em Portugal, após enfrentar o irmão D. Miguel, foi coroado rei de Portugal, com o título de Pedro IV.

A abdicação de D. Pedro I consolidou o processo de independência, ao afastar o fantasma da recolonização portuguesa. Daí, nos dizeres de Caio Prado Jr., "o 7 de abril, completou o 7 de setembro".

Como D. Pedro de Alcântara possuía apenas cinco anos de idade, iniciou-se um período político denominado Período Regencial.

O Período Regencial (1831/1840)

O Período Regencial foi um dos mais conturbados da história brasileira. Dada a menoridade do sucessor ao trono, o país foi governado por regentes, que, segundo a Constituição de 1824, seriam eleitos pela Assembléia Geral.

Durante as regências houve três correntes políticas:

- os Moderados ou Chimangos, que representavam a aristocracia rural;
- os Restauradores ou Caramurus, composto por comerciantes portugueses e pela burocracia estatal;
- os Exaltados ou Farroupilhas que representavam as camadas médias urbanas.

Os Moderados defendiam uma monarquia moderada, os Restauradores pregavam a volta de D. Pedro I e os Exaltados exigiam uma maior autonomia das províncias. Os mais radicais, entre os exaltados, pediam o fim da Monarquia e a proclamação de uma República.

A ORGANIZAÇÃO DAS REGÊNCIAS

Regência Trina Provisória (abril a junho de 1831)

Composta por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos e Francisco de Lima e Silva. O principal ato dos regentes foi a promulgação da Lei Regencial, que suspendia temporariamente o exercício do poder Moderador.



Regência Trina Permanente (1831/1835)

Composta por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e Bráulio Muniz. O ministro da Justiça foi o **padre Diogo Antônio Feijó, que criou a Guarda Nacional**; uma milícia armada formada por pessoas de posses, que se transformou no principal instrumento de repressão da aristocracia rural, para conter os movimentos populares. O comando da Guarda Nacional nos municípios era entregue ao coronel, patente vendida aos grandes proprietários de terras, que assumiam, localmente, as funções do Estado, garantindo a segurança e a ordem.

No ano de 1832, foi aprovado o Código do Processo Criminal, que concedia aos municípios uma ampla autonomia judiciária. Esta autonomia será utilizada para garantir a imunidade aos grandes proprietários de terras.

No ano de 1834, procurando atenuar as disputas políticas entre exaltados e moderados, foi elaborado o **Ato Adicional**, que estabelecia algumas alterações na Constituição de 1824. A seguir, as emendas à Constituição de 1824:

- a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, substituindo os Conselhos Provinciais e garantindo uma maior descentralização administrativa;
- a extinção do Conselho de Estado, que assessorava o imperador no exercício do poder Moderador;
- criação do Município Neutro do Rio de Janeiro, sede da administração central;
- substituição da Regência Trina pela Regência Una, eleita pelas assembléias de todo país. O mandato do regente seria de quatro anos.

O Ato Adicional é visto como um avanço das idéias liberais visando garantir uma maior autonomia aos poderes locais. No ano de 1835 o padre Feijó foi eleito regente uno.

A REGÊNCIA UNA DE FEIJÓ (1835/1837)

Durante a regência de Feijó a uma reorganização dos grupos políticos. O grupo Moderado dividiu-se em **progressistas**, defensores da autonomia provincial, e os **regressistas**, que pregavam uma maior centralização política, para enfrentar os movimentos populares.

Os progressistas criaram o Partido Liberal, e os regressistas o Partido Conservador. Durante a regência de Feijó ocorreram dois importantes levantes regenciais - a **Cabanagem** na província do Pará e a **Guerra dos Farrapos**, na província do Rio Grande do Sul.

Mostrando incapacidade para conter as revoltas, Feijó sofreu grande oposição parlamentar sendo obrigado a renunciar em 1837.



A REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA (1837/1840)

Araújo Lima era presidente da Câmara e partidário dos Conservadores. Sua regência foi de caráter conservador. Os movimentos populares eram atribuídos às reformas liberais do Ato Adicional. Procurando restaurar a ordem no país, o Ato Adicional foi alterado, mediante a aprovação, no ano de 1840, da Lei Interpretativa do Ato Adicional, que suprimia a autonomia das províncias e garantia a centralização política.

No ano de 1840 foi fundado o **Clube da Maioridade**, que defendia a antecipação da maioridade do imperador. Segundo os membros do Clube, a presença do imperador contribuiria para cessar os movimentos populares.

Em julho de 1840, após a aprovação de uma emenda constitucional - que antecipava a maioridade do imperador - D. Pedro II foi coroado imperador do Brasil. Este episódio é conhecido como **Golpe da Maioridade** (D. Pedro tinha, na ocasião 15 anos).

As Rebeliões Regenciais

O período regencial foi marcado por uma grande instabilidade política, devido aos conflitos entre a própria elite dirigente - os liberais e os conservadores - e das camadas populares contra esta elite dirigente.

Após a independência, tornou-se necessária a organização do Estado Nacional que, como vimos, manteve as estruturas sócio-econômicas herdadas do período colonial: **o latifúndio monocultor e escravocrata, mantendo a economia nacional voltada para atender as necessidades do mercado externo.**

Tal quadro veio agravar a situação das camadas populares que passaram, por meio das rebeliões, a questionar a estrutura do novo Estado e a propor um novo modelo - daí as propostas separatistas e republicanas.

A CABANAGEM (PARÁ- 1835/1840)

Um dos mais importantes movimentos sociais ocorridos na história do Brasil, marcado pelo controle do poder político pelas camadas populares. A população do Pará vivia em um estado de penúria, e sua esmagadora maioria vivia em cabanas, à beira dos rios, em condições de absoluta miséria.

O início do levante está ligado às divergências, no interior da elite dirigente, em torno da nomeação do presidente da província. A revolta contou com apoio da população pobre - insatisfeita com as péssimas condições de vida e contra os privilégios das oligarquias locais.

Em 06 de janeiro de 1835, os cabanos dominaram a capital da província e ocupam o poder. Estabeleceram um governo autônomo e de caráter republicano. Entre os principais líderes encontravam-



se o cônego Batista Campos, os irmãos Antônio e Francisco Vinagre, Eduardo Angelim e o fazendeiro Clemente Melcher-proclamado o novo presidente da província.

A Cabanagem foi um movimento essencialmente popular. Em virtude de traições ficou enfraquecido, facilitando a repressão pelas forças regenciais. A primeira rebelião popular da história brasileira terminou com um saldo de mais de 40.000 mortes, em população de aproximadamente 100.000 pessoas.

A GUERRA DOS FARRAPOS (RIO GRANDE DO SUL- 1835/1845)

A revolução farroupilha **foi a mais longa que já ocorreu na história brasileira**. O movimento possui suas raízes na base econômica da região. A economia gaúcha desenvolveu-se para atender as necessidades do mercado interno - a pecuária e a comercialização do charque.

Os fazendeiros de gado gaúcho, denominados **estancieiros**, se revoltaram contra a elevação dos impostos sobre o charque, impedindo de competir com o charque argentino - que era privilegiado com tarifas alfandegárias menores.

Os estancieiros reivindicavam uma maior autonomia provincial. Os farroupilhas - que pertenciam ao Partido Exaltado, em sua maioria republicanos; liderados por **Bento Gonçalves** ocuparam Porto Alegre - no ano de 1835 - e em 1836 proclamaram a **República de Piratini**.

Em 1839, com o auxílio do italiano **Giuseppe Garibaldi** e **Davi Canabarro** proclamaram a **República Juliana**, região de Santa Catarina.

Com o golpe da maioria, em 1840, D. Pedro II; procurando pacificar a região, prometeu anistia aos revoltosos - medida que não surtiu efeito. Em 1842 foi enviado à região Luís Alves de Lima e Silva - o barão de Caxias - para dominar a região. Em 1845 foi assinado um acordo de paz - **Paz de Ponche Verde** - entre Caixas e Canabarro, que entre outras coisas estabelecia anistia geral aos rebeldes, libertação dos escravos que lutaram na guerra e taxaço de 25% sobre o charque platino.

O termo "farrapos" foi uma alusão à falta de uniforme dos participantes da rebelião.

A SABINADA (BAHIA - 1837/1838)

Movimento liderado pelo médico Francisco Sabino Barroso, contrário à centralização política patrocinada pelo governo regencial. Foi proclamada uma república independente até que D. Pedro II assumisse o trono imperial. O governo central usou da violência e controlou a rebelião, que ficou restrita à participação da camada média urbana de Salvador.

A BALAIADA (MARANHÃO - 1838/1841)

Movimento de caráter popular que teve como líderes Raimundo Gomes, apelidado de "Cara Preta"; Manuel dos Anjos Ferreira, fabricante de cestos e conhecido como "Balaio" e Cosme Bento, líder de negros foragidos.

A grave crise econômica do Maranhão e a situação miserável da população, provocou uma rebelião contra a aristocracia local. Os rebeldes ocuparam a cidade de Caxias e procuraram implantar um governo próprio. A repressão regencial foi liderada por Luís Alves de Lima e Silva, que recebeu o título de "barão de Caxias" pelo sucesso militar.

Houve ainda um outro levante, que durou apenas dois dias, mas tem grande importância, por tratar-se de uma rebelião de escravos. Trata-se da **Revolta dos Negros Malês**, ocorrida na Bahia, no ano de 1835. Os negros malês eram de religião **muçulmana**, e se rebelaram contra a opressão dos senhores brancos. Com gritos de "morte aos brancos, viva os nagôs", espalharam pânico pela região. A repressão foi muito violenta.

O SEGUNDO REINADO

Política interna

A vida política nacional, ao longo do Segundo Reinado, foi marcada pela atuação de dois partidos políticos: o **Partido Conservador** e o **Partido Liberal**. Os dois partidos representavam a classe dominante, defendiam a **monarquia** e a **manutenção da mão-de-obra escrava**. Por isto, não apresentavam divergências ideológicas, justificando uma frase muito comum na época: *"Nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder, e nada mais parecido com um liberal do que um conservador no poder"*.

Evolução política

O primeiro ministério do Segundo Reinado era composto por liberais, que apoiaram o golpe da Maioridade. Funcionou de 1840 a 1841 e ficou conhecido como "Ministério dos Irmãos", sendo formado pelos irmãos Cavalcanti, Coutinho e Andrada. O gabinete ministerial sofria oposição da Câmara, formada, na sua maioria por conservadores. Diante desta situação, a Câmara dos Deputados foi dissolvida e marcada novas eleições.

Para garantir uma maioria de deputados liberais, os membros do Partido Liberal, usando de violência, fraudaram as eleições e garantiram a maioria parlamentar. Tal episódio é conhecido como **"eleições do cacete"**.

Os conservadores reagiram e exigiram que o imperador dissolvesse a Câmara que havia sido eleita nas "eleições do cacete". D. Pedro II demitiu o ministério liberal, nomeou um ministério conservador e marcou novas eleições - também marcadas pelas fraudes.

A vitória dos conservadores e o avanço de medidas centralizadoras provocaram uma reação dos liberais, em São Paulo e Minas Gerais - a chamada **Revolta Liberal de 1842**.



Revolta Liberal de 1842

Não aceitando esta troca de ministério, os **Liberais** iniciaram uma revolta que ficou conhecida como Revolução Liberal de 1842. Liberais de duas províncias aderiram a revolução, São Paulo e Minas Gerais.

Em São Paulo a Revolta Liberal iniciou-se na Cidade de Sorocaba. Na província paulista, o movimento foi liderado pelo ex-regente **Antônio Feijó** e pelo **Brigadeiro Tobias de Aguiar**. As cidades de Taubaté, Pindamonhangaba, Lorena e Silveira decidiram apoiar os Liberais. Em Minas Gerais a liderança da revolução ficou nas mãos de **Teófilo Otoni**. As cidades de Santa Luzia, Santa Bárbara, Caeté e Sabará apoiaram os liberais mineiros.

Queriam os rebeldes liberais **retomar o governo através da luta armada**. Eles formaram a **Coluna Libertadora** que marchou até ao Rio de Janeiro para derrubar o Governo Conservador.

O Governo Imperial decidiu continuar com seu apoio aos conservadores. Para combater os revoltosos liberais foram organizadas tropas lideradas pelo **Barão de Caxias**. Tanto os liberais de São Paulo quanto os liberais de Minas Gerais foram derrotados e presos pelos comandados de Caxias. Os que conseguiram escapar do cerco de Caxias refugiaram-se no Rio Grande do Sul, onde foram acolhidos pelos Revolucionários Farroupilhas. Com a subida do **Partido Liberal** ao poder em 1844, todos os liberais envolvidos na **Revolta Liberal de 1842** foram anistiados.

O Parlamentarismo às avessas

Em 1844 o imperador demitiu o gabinete conservador e nomeou um gabinete liberal, cuja principal decisão foi a criação da tarifa **Alves Branco** (1844), que extinguiu as taxas preferenciais aos produtos ingleses ; no ano de 1847 foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, implantando o parlamentarismo no Brasil.

O parlamentarismo é um regime político onde o partido que detém a maioria no Parlamento indica o primeiro-ministro, que é o chefe de governo e comanda o poder Executivo. Desta forma, o Executivo fica subordinado ao Legislativo.

No Brasil, ao contrário, o primeiro-ministro era escolhido pelo imperador. Se a Câmara não tivesse uma maioria de parlamentares do partido do ministério adotado, ela seria dissolvida e novas eleições eram marcadas, o que tornava o Legislativo refém do Executivo.

A Revolução Praieira (Pernambuco - 1848/1850)

Movimento que ocorreu na província de Pernambuco, e está relacionado aos levantes liberais de 1848, período conhecido como Primavera dos Povos. As **causas** do movimento podem ser encontradas no **controle do poder político pela família dos Cavalcanti** e no **monopólio do comércio exercido pelos estrangeiros**, principalmente portugueses e que não empregavam trabalhadores brasileiros, desenvolvendo um forte sentimento antilusitano.

O porta-voz da rebelião era o **Diário Novo**, jornal dos liberais que estava instalado na Rua da Praia - daí a denominação de praieiros aos rebeldes - que no ano de 1848 publicou o "Manifesto ao Mundo", redigido por Borges da Fonseca.

O manifesto, fortemente influenciado pelas idéias do **Socialismo Utópico**, **reivindicava o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, autonomia dos poderes, liberdade de trabalho, federalismo, nacionalização do comércio varejista, extinção do poder Moderador e do Senado vitalício e a abolição do trabalho escravo**.

Entre as lideranças do movimento, que contou com forte apoio popular, encontram-se Nunes Machado e Pedro Ivo. Embora reprimida com muita facilidade foi um movimento contra a aristocracia fundiária e está inserida no quadro geral das revoluções populares que ocorreram na Europa de 1848.

Política externa

A política externa brasileira, durante o Segundo Reinado, foi marcada por conflitos na região do Prata - responsáveis pela Guerra do Paraguai e por atritos diplomáticos com a Inglaterra, gerando a chamada Questão Christie.

A Questão Christie (1863)

A influência da Inglaterra no Brasil está presente desde antes da nossa independência. Com a assinatura dos tratados de 1810, a Inglaterra ganhou privilégios econômicos. Com a independência do Brasil, em 1822, a Inglaterra impôs, como forma de reconhecer a independência, a renovação dos tratados de 1810. Ademais, o Brasil era dependente financeiramente da Grã-Bretanha.

Durante o Segundo Reinado, as relações entre Brasil e Inglaterra conheceu sucessivos atritos que culminaram com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

As hostilidades entre Brasil e Inglaterra começaram em 1844, com a aprovação da tarifa Alves Branco, que acabou com as vantagens comerciais que a Inglaterra tinha no Brasil.

A resposta do governo britânico foi a aprovação da **Lei Bill Aberdeen**, decreto que proibia o tráfico negreiro e outorgava o direito, aos ingleses, de aprisionar qualquer navio negreiro. Respondendo às pressões inglesas, no ano de 1850 foi promulgada a **Lei Euzébio de Queiróz**, que extinguiu definitivamente o tráfico negreiro no Brasil.

No ano de 1861, o navio inglês Prince of Wales afundou nas costas do Rio Grande do Sul e sua carga foi pilhada. O embaixador inglês no Brasil, **William Christie**, exigiu uma indenização ao governo imperial. No ano de 1862, marinheiros britânicos embriagados foram presos no Rio de Janeiro e o embaixador Christie exigiu a demissão dos policiais e desculpas oficiais do governo brasileiro à Inglaterra.

O Brasil recusou-se a aceitar as exigências de Christie. Alguns navios brasileiros foram aprisionados pela Inglaterra; o governo brasileiro pagou a indenização referente ao roubo da carga do navio inglês naufragado. Em 1863, sob a mediação de **Leopoldo I, rei de Bélgica**, ficou estabelecido que a Inglaterra deveria pedir desculpas ao governo brasileiro, pelo ocorrido com os marinheiros na cidade do Rio de Janeiro. Diante da negativa da Inglaterra, D. Pedro I resolveu romper relações diplomáticas com a Inglaterra.

A Guerra do Paraguai (1864/1870)

O Paraguai se constituiu em uma exceção na América Latina, durante o século XIX, em virtude de seu desenvolvimento econômico autônomo. Durante os governos de José Francia (1811/1840) e Carlos López (1840/1862) houve um relativo progresso econômico, com construção das estradas de ferro, sistema telegráfico eficiente, surgimento das indústrias siderúrgicas, fábricas de armas e a erradicação do analfabetismo.

As atividades econômicas essenciais eram controladas pelo Estado e a balança comercial apresentava saldos favoráveis, garantindo a estabilidade da moeda, criando as condições para um desenvolvimento auto-sustentável, sem recorrer ao capital estrangeiro.

Solano López, presidente do Paraguai a partir de 1862, iniciou uma política expansionista, procurando ampliar o território paraguaio. O objetivo desta política era conseguir acesso ao oceano Atlântico, para garantir a continuidade do desenvolvimento econômico da nação. A expansão territorial do Paraguai deu-se com a anexação de regiões da Argentina, do Uruguai e do Brasil. Ademais, a **Inglaterra não via com bons olhos o desenvolvimento autônomo do Paraguai**, achando necessário destruir este modelo econômico.

No ano de 1864, o governo paraguaio aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda, e invadiu o Mato Grosso, levando o Brasil a declarar guerra ao Paraguai. Em 1865 foi formada a **Tríplice Aliança**, união das forças do **Brasil, Argentina e Uruguai** contra o Paraguai.

Esta guerra durou seis anos; contudo, já no terceiro ano, o Brasil via-se em grandes dificuldades com a organização de sua tropa, pois além do inimigo, os soldados brasileiros tinham que lutar contra a falta de alimentos, de comunicação e ainda contra as epidemias que os derrotavam na maioria das vezes. Diante deste quadro, Caxias foi chamado para liderar o exército brasileiro. Sob seu comando, a tropa foi reorganizada e conquistou várias vitórias até chegar em Assunção no ano de 1869. Apesar de seu grande êxito, a última batalha foi liderada pelo Conde D'Eu (genro de D. Pedro II). Por fim, no ano de 1870, a guerra chegou ao seu final com a morte de Francisco Solano López em **Cerro Corá**.

Consequências da Guerra do Paraguai

A guerra serviu para destruir o modelo econômico do Paraguai, tornando-o um dos países mais pobres do mundo, sua população sofreu uma drástica redução (cerca de 75% dela morreu na guerra). **Para o Brasil**, a participação na guerra contribuiu para o aumento da dívida externa e a morte de aproximadamente 40 mil homens. **A Inglaterra foi a grande beneficiada com a guerra**, pois acabou com a experiência econômica do Paraguai na região, e seus empréstimos reafirmaram a dependência financeira do Brasil, Argentina e Uruguai.

A guerra do Paraguai marcou o início da decadência do Segundo Reinado, em razão do fortalecimento político do Exército, que tornou-se um foco abolicionista e republicano. Após este conflito, o Paraguai nunca mais voltou a ser um país com um bom índice de desenvolvimento econômico, pelo contrário, passa atualmente por dificuldades políticas e econômicas.

Economia do Segundo Reinado

Durante o Segundo Reinado houve uma diversificação das atividades econômicas, muito embora o modelo econômico estivesse voltado para atender as necessidades do mercado externo.

O cacau e a borracha ganharam destaque na produção agrícola. O surto da borracha - Pará e Amazonas - levou o Brasil a dominar 90% do comércio mundial. Porém, **o principal produto de exportação brasileira era o café**.

Café: expansão e modernização

O café foi introduzido no Brasil, por volta de 1727, por Francisco de Mello Palheta. A partir de 1760 o produto passou a ter uma importância comercial, sendo utilizado para a exportação. Inicialmente no Rio de Janeiro, no vale do Paraíba e, posteriormente o Oeste paulista.

No vale do Paraíba, as fazendas de café eram estruturadas de forma tradicional, ou seja, grandes propriedades que utilizavam a mão-de-obra escrava. O esgotamento do solo e a escassez de terras contribuíram para a decadência da produção na região. Em contrapartida, a expansão do mercado consumidor internacional favoreceu a expansão do cultivo do café para o Oeste paulista.



As plantações de café, a partir de Itú e Campinas, passaram então a se expandir para a região conhecida como **Oeste Paulista**, onde se situam as cidades de Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Araras, Ribeirão Preto. No final do século XIX, no Oeste Paulista, produzia-se o melhor e a maior quantidade de café para exportação do Brasil, nas plantações de **terra roxa** (nome derivado de roxa, vermelha em italiano), ideal para o cultivo da planta. No Oeste Paulista, a mão-de-obra do imigrante europeu substituiu a mão-de-obra escrava, assim como o melhor uso do solo e maquinários, permitiram o melhor aproveitamento das terras e maior rendimento na produção.

A economia cafeeira foi responsável pelo processo de modernização econômica do século XIX: desenvolvimento urbano, dos meios de transportes (ferrovias e portos), desenvolvimento dos meios de comunicação (telefone e telégrafo), a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e o surto industrial.

Substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado.

A **crise do escravismo brasileiro** está relacionado a uma série de fatores, entre os quais, as pressões inglesas sobre o tráfico negreiro e a expansão da atividade cafeeira, trazendo a necessidade de ampliar a força de trabalho.

Com a extinção do tráfico negreiro em 1850 - lei Euzébio de Queiróz- os fazendeiros de café tiveram que encontrar uma solução para suprir a falta de mão-de-obra; esta solução será a importação de imigrantes europeus.

O pioneiro em recrutar imigrantes europeus foi um grande fazendeiro da região de Limeira, em São Paulo, o **senador Nicolau de Campos Vergueiro**, que trouxe para a sua fazenda famílias da Suíça e da Alemanha, iniciando o chamado sistema de parceria.

O sistema de parceria

O fazendeiro custeava o transporte dos imigrantes europeus até suas fazendas e estes, por sua vez, pagariam os fazendeiros com trabalho. O trabalho consistia no cultivo do café e gêneros de subsistência, entregando ao fazendeiro boa parte da produção (dois terços). O regime de parceria não obteve sucesso, em razão dos elevados juros cobrados sobre as dívidas assumidas pelos colonos para trabalharem no Brasil, os maus tratos recebidos e o baixo preço pago pelo café cultivado.

Diante do fracasso do sistema e das revoltas de colonos, outras formas de estímulo à vinda de imigrantes foram adotadas.

A imigração subvencionada substituiu o sistema de parcerias. Nela, o Estado pagava os custos da viagem do imigrante europeu e regulamentava as relações entre os fazendeiros e os colonos.

Os grandes "importadores" de imigrantes foram a **Itália e a Alemanha**, países que passavam por guerras, em virtude do processo de unificação política.

A consolidação do trabalho livre e assalariado fortaleceu o mercado interno brasileiro e criou condições para o desenvolvimento industrial.

Com a extinção do tráfico negreiro e a entrada maciça de imigrantes europeus, abriu-se a possibilidade do desenvolvimento da chamada **economia familiar**: pequenas propriedades, voltadas para o abastecimento do mercado interno. Pressionado pela aristocracia rural, o governo imperial aprovou, em 1850, a chamada **Lei das Terras**, determinando que as terras públicas só poderiam tornar-se privadas mediante a compra. Dado ao preço elevado das terras, pessoas de poucos recursos não tinham acesso, evitando desvio de mão-de-obra para outras atividades que não fossem o setor agroexportador.

O surto industrial

O desenvolvimento industrial brasileiro está relacionado com a promulgação, em 1844 da **tarifa Alves Branco**, que aumentou as taxas alfandegárias sobre os artigos importados. O **fim do tráfico negreiro** foi um fator que também favoreceu o florescimento industrial, pois os capitais destinados ao comércio de escravos passaram a ser empregados em outros empreendimentos e, com a vinda dos imigrantes e da consolidação do trabalho assalariado, houve uma ampliação do mercado consumidor.

O maior destaque industrial do período foi, sem dúvida nenhuma, **Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá**. Dirigiu inúmeros empreendimentos, tais como bancos, companhias de gás, companhias de navegação, estradas de ferro, fundição, fábrica de velas. No campo das comunicações, trabalhou na instalação de um cabo submarino ligando o Brasil à Europa.

O surto industrial e a chamada "Era Mauá", entraram em crise a partir de 1860, com a **tarifa Silva Ferraz**, que substituiu a tarifa Alves Branco. Houve uma redução nas taxas de importação e a concorrência inglesa foi fatal para os empreendimentos de Mauá.



A queda da monarquia brasileira

A queda monarquia brasileira está relacionada às mudanças estruturais que ocorreram no Brasil ao longo do século XIX: a modernização da economia, o surto industrial, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, o abolicionismo, o movimento republicano, o choque com a Igreja e o Exército.

O movimento abolicionista

A campanha pela abolição da escravidão ganhou impulso com o final da guerra do Paraguai. Muitos soldados negros que lutaram na guerra foram alforriados. Organizaram-se no país vários "clubes" que discutiam a questão. Visando diminuir as pressões internas e externas (a Inglaterra tinha interesses na abolição), o governo imperial iniciou uma série de reformas, com o intuito de reduzir a escravidão:

- **Lei Euzébio de Queiróz (1850)** - extinguiu definitivamente o tráfico negreiro no Brasil.

- **Lei do Ventre Livre (1871)** - filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Os seus efeitos foram reduzidos visto que o escravo ficaria sob a tutela do proprietário até os oito anos, cabendo a este o direito de explorar o trabalho do escravo até este completar 21 anos de idade.

- **Lei dos Sexagenários (1885)** - libertava os escravos acima de 65 anos de idade. Esta lei ficou conhecida como "a gargalhada nacional". Primeiro pelo reduzido número de escravos libertados, uma vez que poucos atingiam tal idade; além disso, um escravo com mais de 65 anos representava um custo ao grande proprietário, não tendo condições alguma de trabalhar. Por fim, depois da libertação, o negro deveria dar mais três anos de trabalho ao senhor, como forma de indenização.

- **Lei Áurea (1888)** - decretava, no dia 13 de maio, a libertação de todos os escravos no Brasil.

A abolição da escravidão no Brasil foi um duro golpe aos grandes proprietários de terras escravocratas, que passaram a combater a Monarquia. São os chamados "Republicanos de 13 de maio".

A questão religiosa

Choque do governo imperial com a Igreja Católica, em virtude do regime do padroado, ou seja, o poder do imperador de nomear bispos ficando a Igreja subordinada ao Estado. Em 1864, o Papa Pio IX, através da **bula Sillabus** proibiu a permanência de membros da maçonaria dentro da organização eclesiástica.

O imperador, membro da maçonaria, rejeitou a bula. Porém, dois bispos obedeceram o papa e expulsaram párocos ligados à maçonaria. Os bispos foram condenados à prisão com trabalhos forçados, sendo anistiados pouco depois. Os bispos eram **D. Vidal de Oliveira da diocese de Olinda, e D. Antônio de Macedo da diocese de Belém.**

O episódio deixou claro que, caso houvesse uma conspiração contra a Monarquia, esta não receberia o apoio da Igreja.

A questão militar

Desde o final da Guerra do Paraguai, o exército vinha exigindo uma maior participação nas decisões políticas do império. A insatisfação política, as idéias positivistas e os baixos soldos levaram os militares, através da imprensa, a criticarem a Monarquia.

Em 1883, o tenente-coronel Sena Madureira criticou as reformas no sistema de aposentadoria militar, sendo punido. O governo proibiu qualquer tipo de declaração política dos militares na imprensa.

Em 1885, o coronel Cunha Matos, do Piauí, utilizou-se da imprensa para defender-se da acusação de desonesto, sendo preso por 48 horas. A punição provocou um mal-estar na alta oficialidade, reclamando da interferência civil sobre os assuntos militares. Entre os oficiais descontentes com a Monarquia estava o marechal **Deodoro da Fonseca.**

O movimento republicano

O movimento republicano iniciou-se em 1870, com a fundação do **Clube Republicano** e do jornal "**A República**" e o lançamento do "**Manifesto Republicano**".

O Partido Republicano apresentava duas correntes: os **evolucionistas**, liderados por Quintino Bocaiúva, que defendiam a via pacífica para atingir o poder; os **revolucionários**, sob a liderança de Silva Jardim, que pregavam a revolução e a participação popular. O movimento de 15 de novembro foi conduzido pelos evolucionistas.

Entre os republicanos militares, as idéias de **Augusto Comte** foram muito difundidas, principalmente por Benjamin Constant - trata-se do **positivismo**, cujo lema era "**Ordem e progresso**".

A proclamação da República

Em 1888, um novo gabinete fora nomeado, tendo como primeiro ministro Afonso Celso de Oliveira Figueiredo, o **Visconde de Ouro Preto**. Este, iniciou um amplo programa reformista procurando salvar a monarquia.

No dia 14 de novembro de 1889 foi divulgado um boato de que o visconde Ouro Preto havia decretado a prisão de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Os militares rebelaram-se e na madrugada do dia 15, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando dos rebeldes que marcharam em direção ao centro da cidade.

Na tarde de 15 de novembro de 1889, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, **José do Patrocínio** declarava a proclamação da República.

O movimento, elitista e que não contou com a participação popular, foi aplaudido e incentivado pela burguesia cafeicultora do Oeste Paulista, pois o ideal republicano envolvia a **idéia de federação**, ou seja, grande autonomia aos estados membros. Desta forma, a província de São Paulo ocuparia um lugar de destaque no Estado republicano, como se verá adiante.



de

BRASIL REPÚBLICA

A República Velha está subdividida em dois períodos. A **República da Espada**, momento da consolidação das instituições republicanas, e a República **Oligárquica**, onde as instituições republicanas são controladas pelos grandes proprietários de terras.

A República da Espada (1891/1894)

Período inicial da história republicana, no qual o governo foi exercido por dois militares, devido o temor de uma reação monárquica. Foi o momento de consolidação das instituições republicanas. Os militares presidentes foram os marechais **Deodoro da Fonseca** e **Floriano Peixoto**.

Governo de Deodoro da Fonseca

O governo de Deodoro da Fonseca é dividido em dois momentos, o governo provisório e o governo constitucional.

Governo Provisório (1889/1891)

Período que vai da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, até a elaboração da Primeira Constituição Republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

Entre as **principais medidas do governo provisório** estão a extinção da vitaliciedade do Senado, a dissolução da Câmara dos Deputados, a supressão do Conselho de Estado, extinção do Padroado e do beneplácito, a separação entre Igreja e Estado, a transformação das províncias em estados, o banimento da Família Real. Além disto, estabeleceu-se a liberdade de culto, a secularização dos cemitérios, **criação do Registro Civil** - para legalizar nascimentos e casamentos - a grande naturalização, ou seja, todo estrangeiro que vivia no Brasil adquiriu nacionalidade brasileira, e foi convocada uma **Assembléia Nacional Constituinte**, responsável pela elaboração da primeira constituição republicana do Brasil.



A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte evidenciaram-se as divergências entre os republicanos. Havia o projeto de uma **República Liberal** - defendido pelos cafeicultores paulistas - grande autonomia aos estados (federalismo); garantia das liberdades individuais; separação dos três poderes e instauração das eleições. Este projeto visava a descentralização administrativa.

O outro projeto Republicano era inspirado nos ideais da Revolução Francesa, o período da Convenção Nacional e a instalação da Primeira República Francesa. Este ideal era conhecido como república jacobina, defendida por intelectuais e pela classe média urbana. Exaltavam a liberdade pública e o direito do povo discutir os destinos da nação. Por fim, inspirada nas idéias de Augusto Comte, com bastante aceitação dentro do exército brasileiro, o projeto de uma **República Positivista**. O seu ideal era o progresso dentro da ordem, cabendo ao Estado o papel de garantir estes objetivos. Este Estado teria de ser forte e centralizado.

Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a segunda Constituição Brasileira, e a primeira Republicana. **O projeto de uma República Liberal foi vencedor.**

Características da Constituição de 1891:

- instituição de uma **República Federativa**, onde os Estados teriam ampla autonomia econômica e administrativa;
- separação dos poderes:
 - Poder Executivo, exercido pelo presidente - eleito para um mandato de quatro anos (sem direito à reeleição), e auxiliado pelos ministros;
 - Poder Legislativo, exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara de Deputados(eleitos para um mandato de três anos, sendo seu número proporcional à população de cada Estado) e pelo Senado Federal, com mandato de 9 anos, a cada três anos um terço dele seria renovado;
 - Poder Judiciário, tendo como principal órgão o Supremo Tribunal Federal.
- o **voto era descoberto (não secreto), direto e universal aos maiores de 21 anos**. Proibido aos soldados, analfabetos, mulheres, mendigos e religiosos de ordens monásticas;
- ficava estabelecida a liberdade religiosa, bem como os direitos e as garantias individuais.

A Constituição de 1891 foi fortemente **influenciada pelo modelo norte-americano**, sendo adotado o nome de República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Nas "disposições transitórias" da Constituição ficava estabelecido que **o primeiro presidente do Brasil não seria eleito pelo voto universal, mas sim pela Assembléia Constituinte**.

O Encilhamento

Além da elaboração da Constituição de 1891, o governo provisório de Deodoro da Fonseca foi marcado uma política econômica e financeira, conhecida como Encilhamento.

Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, procurou estimular a industrialização e a produção agrícola. Para atingir estes objetivos, Rui Barbosa adota a **política emissionista**, ou seja, o aumento da emissão do papel-moeda, com a intenção de aumentar a moeda em circulação.

O ministro facilitou o estabelecimento de sociedades anônimas fazendo com que boa parte do dinheiro em circulação não fosse aplicado na produção, mas sim na especulação de títulos e ações de empresas fantasmas. A especulação financeira provocou uma

desordem nas finanças do país, acarretando uma enorme desvalorização da moeda, forte inflação e grande número de falências. Deve-se ressaltar que a burguesia cafeeira não via com bons olhos esta tentativa de Rui Barbosa em industrializar o Brasil, algo que não estava em seus planos.

Governo Constitucional (1891)

Após a aprovação da Constituição de 1891, Deodoro da Fonseca eleito pela Assembléia, permaneceu no poder, em parte devido às pressões dos militares aos cafeicultores. A eleição pela Assembléia revelou os choques entre os republicanos positivistas e os republicanos liberais. O candidato destes era Prudente de Moraes, tendo como vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. Como o voto na Assembléia não era vinculado, **Floriano Peixoto foi eleito vice-presidente de Deodoro da Fonseca**. O novo governo, autoritário e centralizador, entrou em choque com o Congresso Nacional, controlado pelos cafeicultores, e com militares ligados a Floriano Peixoto.

Deodoro da Fonseca foi acusado de corrupção e o Congresso votou o projeto da Lei das Responsabilidades, tornando possível o impeachment de Deodoro. Este, por sua vez, vetou o projeto, fechou o Congresso Nacional, prendeu líderes da oposição e decretou estado de sítio.

A reação a este autoritarismo foi imediata e inesperada, ocorrendo uma cisão no interior do Exército. Uma greve e trabalhadores, contrários ao golpe, em 22 de novembro no Rio de Janeiro, e a sublevação da Marinha no dia seguinte, liderada pelo almirante **Custódio de Melo** - onde os navios atracados na baía da Guanabara apontaram os canhões para a cidade, exigindo a reabertura do Congresso - forçaram Deodoro da Fonseca a renunciar à Presidência, sendo substituído pelo seu vice-presidente, Floriano Peixoto.

Governo de Floriano Peixoto (1891-1894)

Adepto do republicanismo radical, Floriano Peixoto foi um defensor da força para garantir e manter a ordem republicana, recebendo o apelido de "**Marechal de Ferro**".

Floriano reabriu o Congresso Nacional, suspendeu o estado de sítio e **tomou medidas populares**, tais como a redução do valor dos aluguéis das moradias populares e suspendeu a cobrança do imposto sobre a carne vendida no varejo. Estas medidas, porém, estavam restritas à cidade do Rio de Janeiro.

Seu governo também **incentivou a indústria**, através do estabelecimento de medidas protecionistas - evidenciando o nacionalismo dos republicanos radicais. No entanto, este caráter nacionalista de Floriano Peixoto era mal visto no exterior, o que podia dificultar as exportações de café e os interesses dos cafeicultores.

O início da oposição à Floriano partiu em abril de 1892, quando foi publicado o Manifesto dos Treze Generais, acusando o governo de ilegal e exigindo novas eleições. Pela Constituição de 1891, em seu artigo 42, caso o Presidente não cumprisse a metade do seu mandato, o vice-presidente deveria convocar novas eleições. Floriano não acatou as determinações do artigo, alegando ter sido eleito de forma indireta. Os oficiais que assinaram o manifesto foram afastados e presos por insubordinação.

Paralelamente, o Rio Grande do Sul foi palco de uma guerra civil (**Revolução Federalista**), envolvendo grupos oligárquicos pelo controle do poder político.

Em setembro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro, eclodiu a **Segunda Revolta da Armada**, liderada pelo almirante **Custódio de Melo**. A revolta da Armada fundiu-se com a Revolução Federalista. A repressão aos dois movimentos foi extremamente violenta. Após três anos de governo, enfrentando com violência as oposições, Floriano Peixoto terminou o seu mandato e passou a presidência à **Prudente de Moraes**, tendo início a República das Oligarquias.

República das Oligarquias (1894/1930)

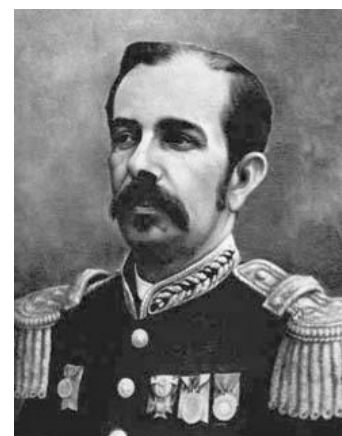
As oligarquias eram constituídas por **grandes proprietários de terra e que exerciam o monopólio do poder local**. Este período da história republicana é caracterizado pela defesa dos interesses destes grupos, particularmente da oligarquia cafeeira.

Os grupos oligárquicos vão garantir a dominação política no país, através do **coronelismo, do voto do cabresto, da política dos governadores e da política de valorização do café**.

A política dos governadores

Um **acordo entre os governadores dos Estados e o governo central**. Os governadores apoiavam o presidente, concordando com sua política. Em troca, o governo federal só reconheceria a vitória de deputados e senadores que representassem estes governadores. Desta forma, o governador controlaria o poder estadual e o presidente da República não teria oposição no Congresso Nacional.

O instrumento utilizado para impedir a posse dos deputados da oposição foi a **Comissão Verificadora de Poderes**: caso um deputado da oposição fosse eleito para o Congresso, uma comissão - constituída por membros da Câmara dos Deputados - acusando



Floriano Peixoto



fraude eleitoral, não entregava o diploma. O candidato da oposição sofria a chamada "**degola**". No entanto, para manutenção de seu domínio político, no plano estadual, sob o apoio do governo central, as oligarquias estaduais usavam das fraudes eleitorais.

A política dos governadores foi iniciada na presidência de **Campos Sales**, e responsável pela implantação da chamada **política do café-com-leite**.

A política do café-com-leite

Revezamento, no executivo federal, entre as oligarquias **paulistas e mineiras**. O número de deputados federais era proporcional à população dos Estados. Desta forma, os estados mais populosos - **São Paulo e Minas Gerais** - tinham maior número de representantes no Congresso.

Coronelismo e voto do cabresto

O sistema político da República Velha estava assentado nas fraudes eleitorais, visto que **o voto não era secreto**. O exercício da fraude eleitoral ficava à cargo dos "**coronéis**", grandes latifundiários que controlavam o poder político local (os municípios). Exercendo um **clientelismo político** (troca de favores) o grande proprietário controlava toda uma população ("**curral eleitoral**"). Qualquer pessoa que se negasse a votar no candidato indicado pelo coronel era vítima de violência física ou perseguição pessoal. Essa medida garantia que os mesmos grupos políticos se consolidassem no poder. Com isso, os processos eleitorais no início da era republicana eram sinônimos de corrupção e conflito. O controle do processo eleitoral por meio de tais práticas ficou conhecido como "**voto de cabresto**".

Assim, o poder oligárquico era exercido no nível municipal pelo coronel, no nível estadual pelo governador e, através da política do café-com-leite, o presidente controlava o nível federal.

A política de valorização do café.

Durante a segunda metade do século XIX, até a década de 30, no século XX, **o café foi o principal produto de exportação brasileiro**. As divisas provenientes desta exportação, contribuíram para o início do processo de industrialização - a partir de 1870. Por volta de 1895, a economia cafeeira passou a mostrar sinais de crise. As causas desta crise estavam no **excesso de produção** mundial. A oferta, sendo maior que a procura, acarretou uma queda nos preços prejudicando os fazendeiros de café.

Procurando combater a crise, a burguesia cafeeira - que possuía o controle do aparelho estatal - criou mecanismos econômicos de valorização do café. Em 1906, na cidade de Taubaté, os cafeicultores criaram o **Convênio de Taubaté** - plano de intervenção do estado na cafeicultura, com o objetivo de promover a elevação dos preços do produto. Os governadores dos estados produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) garantiam a compra de toda a produção cafeeira com o intuito de criar estoques reguladores. O governo provocaria uma falta do produto, favorecendo a alta dos preços, e, em seguida vendia o produto.

Os resultados desta política de valorização do café foram prejudiciais para a economia do país. Para comprar toda a produção de café, os governos estaduais recorriam a empréstimos no exterior, que seriam arcados por toda a população; além disto, caso a demanda internacional não fosse suficiente, os estoques excedentes deveriam ser queimados, causando prejuízos para o governo - que já havia pago pelo produto.

Outro mecanismo da valorização do café, foi a **política cambial de desvalorização do dinheiro brasileiro** em relação à moeda estrangeira. Para quem dependia da exportação - no caso a burguesia cafeeira semelhante política atendia seus interesses: na hora da conversão da moeda estrangeira em moeda brasileira não havia perdas; porém, para quem dependia das importações - no caso a grande maioria dos brasileiros, visto que se importava quase tudo, principalmente gêneros alimentícios e roupas - esta política tornava os produtos estrangeiros muito mais caros.

A política de valorização do café, de forma geral, provoca o que se chamará de "**socialização das perdas**". Os lucros econômicos ficariam com a burguesia cafeeira e as perdas seriam distribuídas entre a população.

A sucessão oligárquica - Os Presidentes de 1894 até 1930

PRUDENTE DE MORAIS (1894/1898)



Seu governo foi marcado pela forte oposição dos florianistas. Adotou uma postura de incentivar a expansão industrial, mediante a adoção de taxas alfandegárias que dificultavam a entrada de produtos estrangeiros. Esta política não agradou a oligarquia cafeeira, reclamando incentivos somente para o setor rural.

O principal acontecimento de seu governo foi a eclosão da **Guerra de Canudos**, entre 1896 e 1897, no interior da Bahia.

CAMPOS SALES (1898/1902)

Em seu governo procurou reorientar a política econômica para atender os interesses das oligarquias rurais: café, algodão, borracha, cacau, açúcar e minérios. Adotando o princípio de que o Brasil era um país essencialmente agrícola, o apoio à expansão industrial foi suspenso. Para conseguir apoio do Congresso, Campos Sales colocou em funcionamento a política dos governadores.

RODRIGUES ALVES (1902/1906)

Período conhecido como "quadriênio progressista", marcado pela modernização dos portos, ampliação da rede ferroviária e pela urbanização da cidade do Rio de Janeiro - preocupação de seu prefeito, Pereira Passos. Houve também a chamada Campanha de Saneamento, dirigida por Osvaldo Cruz, buscando eliminar a febre amarela e a varíola. Para combater a varíola, foi imposta a vacinação obrigatória, provocando um descontentamento popular. Os opositores ao governo aproveitaram-se da situação, eclodindo a Revolta da Vacina. No quadriênio de Rodrigues Alves foi aprovada as decisões do Convênio de Taubaté, visando a valorização do café.

Destaque para o surto da borracha que ocorreu em seu governo. A economia da borracha provocou uma questão externa, envolvendo Brasil e Bolívia, a chamada Questão do Acre. A solução veio com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em que o Brasil anexou o Acre, pagando uma indenização de 2 milhões de libras para a Bolívia.

AFONSO PENA (1906/1909)

Implantação do plano para a valorização do café, onde o governo compraria toda a produção de café e armazenando-a, para depois vendê-la. Faleceu em 1909, tendo seu mandato presidencial terminado por Nilo Peçanha, seu vice-presidente.

NILO PEÇANHA (1909/1910)

Criação do Serviço de Proteção ao Índio, dirigido pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Seu curto governo foi marcado pela sucessão presidencial. De um lado, representando a máquina oligárquica, estava o candidato Hermes da Fonseca, de outro, como candidato da oposição, estava Rui Barbosa. O lema da campanha de Rui Barbosa era Campanha Civilista, visto que Hermes da Fonseca era marechal do exército. Rui Barbosa defendia a reforma eleitoral com o voto secreto, a revisão constitucional e a elaboração do Código Civil. Apesar de grande votação, Rui Barbosa não venceu as eleições.

HERMES DA FONSECA (1910/1914)

Imposição da chamada **Política das Salvações**: intervenção federal para derrubar oligarquias oposicionistas, substituindo-as por outras que apoiassem a administração.

Esta política de intervenção provocou a chamada Revolta de Juazeiro, ocorrida no Ceará, e liderada pelo padre Cícero.

Ainda em seu governo, na cidade do Rio de Janeiro, eclodiu a Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido, contra os castigos corporais e excesso de trabalho na Marinha. A rebelião militar foi duramente reprimida.

O seu governo foi marcado por uma acentuação da crise econômica - queda nas exportações do café e da borracha.

VENCESLAU BRÁS (1914/1918)



Em seu governo ocorreu, no sul do país, um movimento social muito semelhante à Guerra de Canudos. O conflito, denominado **Guerra do Contestado**, apresentava como causas a miséria e a fome da população sertaneja, nas fronteiras de **Santa Catarina e Paraná**.

O principal evento, que marcou o quadriênio de Venceslau Brás, foi a **Primeira Guerra Mundial (1914/18)**. A duração da guerra provocou, no Brasil, um **surto industrial**. Este processo está ligado à política de substituição de importações: já que não se conseguia importar nada, em virtude da guerra, o Brasil passou a produzir. Este impulso à industrialização fez nascer uma burguesia industrial e o operariado.

A classe operária, por sua vez, vivia em precárias condições, não possuindo salário mínimo, não tendo jornada de trabalho regulamentada, havia exploração do trabalho infantil e feminino. Muitos acidentes de trabalho aconteciam. Contra este estado de coisas, a classe operária manifestou-se, através de greves.

RODRIGUES ALVES/ DELFIM MOREIRA (1918/1919)

O eleito em 1918 fora Rodrigues Alves que faleceu (gripe espanhola) sem tomar posse. Seu vice-presidente, Delfim Moreira, de acordo com o artigo 42 da Constituição Federal, marcou novas eleições. O vencedor do novo pleito foi Epitácio Pessoa.

EPITÁCIO PESSOA (1919/1922)

Seu governo foi marcado pelo início de graves crises econômicas e políticas, responsáveis pela chamada Revolução de 1930. A crise econômica foi deflagrada com o início da queda - gradual e constante - dos preços das matérias primas no mercado internacional, por conta do final da Primeira Guerra Mundial. O setor mais afetado no Brasil foi, como não poderia deixar de ser, o setor exportador do café.

No plano militar, Epitácio Pessoa resolveu substituir ministros militares por ministros civis, em pastas ocupadas por membros das Forças Armadas. Para o Ministério da Marinha foi indicado Raul Soares, e para o Ministério da Guerra, Pandiá Calógeras. A nomeação causou descontentamento militar.

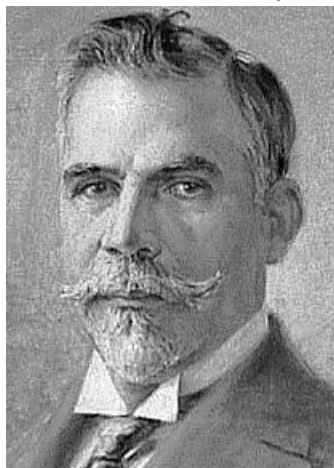
A oposição militar às oligarquias desencadearam o chamado **Tenentismo**. O tenentismo foi um movimento que propunha a moralização do país, mediante o voto secreto e da centralização política. O primeiro levante do tenentes ocorreu em 05 de julho de 1922, episódio conhecido como Levante do Forte de Copacabana (os 18 do Forte).

ARTUR BERNARDES (1922/1926)

O descontentamento no meio militar continuou muito grande. No ano de 1924 uma nova revolta tenentista ocorreu, desta vez em São Paulo - Revolução Paulista de 1924. A reação do governo foi violenta, forçando os rebeldes a fugirem da cidade. O governo de

Artur Bernardes foi palco da **Semana de Arte Moderna**, inaugurando o Modernismo no Brasil. A expansão industrial, o crescimento urbano, o desenvolvimento do operariado inspiraram os modernistas.

WASHINGTON LUÍS (1926/1930)



Governo marcado pela Quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929 e pela eclosão da Revolução de 1930. A Quebra Bolsa de Valores de Nova Iorque causou sérios efeitos para a economia mundial. A economia norte-americana ficou arruinada, com pesadas quedas na produção, além da ampliação do desemprego. A crise econômica nos EUA fizeram-se sentir em todo o mundo.

Os efeitos da crise de 1929, para o Brasil, fizeram-se sentir com a **queda brutal nos preços do café**. Os fazendeiros de café pediram auxílio ao governo federal, que rejeitou, alegando que a queda nos preços do café seria compensada pelo aumento no volume das exportações, o que, aliás, não ocorreu. No plano interno, em 1930, ocorriam eleições presidenciais. Washington Luís indicou um candidato paulista - **Júlio Prestes**, rompendo o pacto estabelecido na política do café-com-leite. Os mineiros não aceitaram (Washington Luís representava os paulistas e, seguindo a regra, o próximo presidente deveria ser um mineiro, aliás o governador de Minas Gerais, **Antônio Carlos de Andrada**). O rompimento da política do café-com-leite fortaleceu a oposição, organizada na chamada Aliança Liberal.

A Revolução de 1930

A **Aliança Liberal** era uma chapa de oposição para concorrer as eleições para substituir Washington Luís. A **Aliança Liberal** tinha na sua chapa **Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice-presidente**. Esta chapa contava com o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul, Paraíba e de Minas Gerais, além do Partido Democrático, formado por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP). Do lado governo, com apoio do presidente Washington Luís, o candidato era o paulista **Júlio Prestes**.

O programa da Aliança Liberal ia de encontro aos interesses das classes dominantes marginalizadas pelo setor cafeeiro, defendia a regulamentação das leis trabalhistas, a instituição do voto secreto e do voto feminino. Reivindicava a expansão da industrialização e uma maior centralização política. De quebra, propunha a anistia aos tenentes condenados, sensibilizando o setor militar.

Porém, mediante as tradicionais fraudes eleitorais, o candidato da situação, Júlio Prestes, venceu as eleições. Mesmo com a derrota dos liberais, um possível golpe armado ainda era cogitado. **O estopim da Revolução foi o assassinato de João Pessoa**. Com o assassinato do liberal João Pessoa, em 26 de julho de 1930, o movimento oposicionista articulou a derrubada do governo oligárquico com o auxílio de setores militares.

Depois de controlar os focos de resistência nos estados, Getúlio Vargas e seus aliados chegaram ao Rio de Janeiro. Em 24 de outubro de 1930, temendo-se uma guerra civil, o alto-comando das Forças Armadas no Rio de Janeiro desencadeou o golpe, depondo Washington Luís, impedindo a posse de Júlio Prestes e formando uma **junta pacificadora**, composta pelos generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías Noronha. No dia 03 de novembro Getúlio Vargas era empossado, de forma provisória, como presidente da República, iniciando a chamada Era Vargas, que veremos posteriormente.

A GUERRA DE CANUDOS

A Guerra de Canudos é tida como um dos principais conflitos que marcam o período entre a queda da monarquia para a instalação do regime republicano no Brasil. No entanto, antes de sabermos maiores detalhes sobre a formação do Povoado de Canudos e o início das batalhas, devemos contemplar algumas passagens da vida de seu **principal líder: Antônio Conselheiro**.

Antônio Conselheiro iniciou uma pregação religiosa defensora de um cristianismo primitivo. Defendia que os homens deveriam se livrar das opressões e injustiças que lhes eram impostas, buscando superar os problemas de acordo com os valores religiosos cristãos. Com palavras de fé e justiça, Conselheiro atraiu muitos sertanejos que se identificavam com a mensagem por ele proferida.

Desde o início, autoridades eclesiásticas e setores dominantes da população viam na renovação social e religiosa de Antônio Conselheiro uma ameaça à ordem estabelecida. Em 1876, Conselheiro se dirigiu ao interior da Bahia. Com o aumento do seu número de seguidores e a pregação de seus ideais contrários à ordem vigente, Conselheiro fundou – em 1893 – uma comunidade chamada **Belo Monte**, às margens do Rio Vaza-Barris.

Canudos, nome dado à comunidade por seus opositores, se tornou uma ameaça ao interesse dos poderosos. O arraial de Canudos **não agradava à Igreja Católica**, que perdia fiéis; **nem aos latifundiários, que perdiam mão-de-obra**. De um lado, a Igreja atacava a comunidade alegando que os seguidores de Conselheiro eram apegados à heresia e depravação. Por outro, os políticos e senhores de terra, diziam que Antônio Conselheiro era monarquista e liderava um movimento que almejava derrubar o governo republicano, instalado em 1889.



Incriminada por setores influentes e poderosos da sociedade da época, e sob a acusação do movimento ser monarquista, o governo federal iniciou uma intensa campanha militar. Ao contrário das expectativas do governo, a comunidade conseguiu resistir a quatro investidas militares. Somente na última expedição, que contava com metralhadoras e canhões, a população foi massacrada. A comunidade se reduziu a algumas centenas de mulheres, idosos e crianças. Antonio Conselheiro, com a saúde fragilizada, morreu dias antes do último combate. A Guerra de Canudos é objeto de análise de Euclides da Cunha, em sua obra "**Os Sertões**".

A GUERRA DO CONTESTADO

Ao longo de sua História a região do **Contestado** foi alvo de sucessivos episódios de disputa política e econômica. Localizada entre os estados do **Paraná e Santa Catarina**, a região foi marcada por essas disputas em razão da presença de uma rica floresta e uma grande região dedicada à plantação de erva-mate. Uma das mais imediatas manifestações desse problema se dava na pressão exercida pelos grandes proprietários de terra que forçavam agregados e posseiros a se estabelecerem em outras terras. Além disso, a construção de uma **estrada de ferro** interligando os estados de **São Paulo e Rio Grande do Sul** agravou o problema social ali instalado. Sob a liderança do empresário estadunidense Percival Farquhar, a Brazil Railway Company comprou uma extensa área para construção desta estrada, onde diversas famílias já estavam instaladas. Após viabilizar o processo de desocupação das terras, a companhia atraiu a mão-de-obra de mais de 8 mil operários que participaram da gigantesca obra.

Depois de realizar a construção, a Brazil Railway adquiriu uma outra área com mais de 180 mil hectares onde realizaria exploração madeireira. Utilizando um moderno maquinário para a execução desse novo empreendimento, a empresa estrangeira precisou de um contingente mínimo de mão-de-obra, o que acabou levando a **formação de uma massa de operários desempregados e camponeses desapropriados**, a região do Contestado começou a presenciar um movimento messiânico. Diversos profetas, beatos e "monges" apareceram pregando ideais de justiça paz e comunhão que seriam estabelecidos em um movimento de inspiração religiosa. O primeiro desses líderes foi o beato **José Maria, que atacava o autoritarismo da ordem republicana e pregava novos tempos de prosperidade e comunhão espiritual**.

José Maria agrupou diversos seguidores para a fundação da comunidade de **Quadrado Santo**, que viveu da agricultura subsistente e do furto de gado. Preocupados com a formação de comunidades desse tipo, os governos estadual e federal passaram a enviar expedições militares contra a população de Quadrado Santo.

Em 1912, um destacamento militar foi mandado para entrar em conforto com os seguidores de José Maria. Durante os conflitos, as tropas federais foram derrotadas, entretanto o líder espiritual acabou morrendo. Após esse primeiro confronto, os rebeldes começaram a reorganizar a comunidade de Quadrado Santo. No final do ano seguinte, uma nova luta foi travada com os militares e, mais uma vez, a comunidade do Contestado subjugou as autoridades republicanas.

O já prolongado conflito só veio a ter um fim quando as tropas do governo foram mantidas por mais de um ano em confrontos regulares contra a comunidade revoltosa. Para tanto, utilizaram de aviões e uma pesada artilharia. No fim da luta, em 1916, milhares de sertanejos foram brutalmente executados.

REVOLTA DA VACINA

A Revolta da Vacina ocorreu no Rio de Janeiro em 1906, contra a política de vacinação forçada adotada pelo governo de Rodrigues Alves (1902-1906) no combate à epidemia de **varíola**.

No início do século XX, a cidade do **Rio de Janeiro**, como capital da República, apesar de possuir belos palacetes e casarões, tinha graves problemas urbanos: rede insuficiente de água e esgoto, coleta de lixo precária e cortiços superpovoados. Nesse ambiente proliferavam muitas doenças, como a tuberculose, o sarampo, o tifo e a hanseníase. Alastravam-se, sobretudo, grandes epidemias de febre amarela, varíola e peste bubônica.

Decidido a sanear e modernizar a cidade, o então presidente da República Rodrigues Alves deu plenos poderes ao prefeito Pereira Passos e ao médico Oswaldo Cruz para executarem um grande projeto sanitário.

Para erradicar a varíola, o Oswaldo Cruz convenceu o congresso a aprovar a **Lei da Vacina Obrigatória**. Jornais da oposição criticavam a ação do governo e falavam de supostos perigos causados pela vacina. Além disso, o boato de que a vacina teria de ser aplicada nas "partes íntimas" do corpo (as mulheres teriam que se despir diante dos vacinadores) agravou a ira da população, que se rebelou.

Entre os dias 10 e 16 de novembro, a cidade virou um campo de guerra. A população exaltada depredou lojas, virou e incendiou bondes, fez barricadas, arrancou trilhos, quebrou postes e atacou as forças da polícia com pedras, paus e pedaços de ferro. A reação popular levou o governo a suspender a obrigatoriedade da vacina e a declarar estado de sítio (16 de Novembro). A rebelião foi contida, deixando 30 mortos e 110 feridos. Centenas de pessoas foram presas e, muitas delas, deportadas para o Acre.

Ao reassumir o controle da situação, o processo de vacinação foi reiniciado, tendo a varíola, em pouco tempo sido erradicada da capital.



A REVOLTA DA CHIBATA

No início do século XX, os marinheiros brasileiros eram submetidos a uma dura rotina de trabalho e recebiam salários baixíssimos. Não bastando, os membros de baixa patente eram submetidos a **castigos físicos** toda vez que não cumpriam uma ordem estabelecida. Apesar de a prática ser proibida desde o fim do Império, era comum que os marinheiros recebessem **chibatadas como forma de punição**.

Em 1910, sob comando de um marujo negro e analfabeto chamado **João Cândido**, os marinheiros dos **couraçados Minas Gerais e São Paulo** organizaram um protesto. Neste, tomaram o controle das embarcações e enviaram um telegrama ao presidente exigindo que os castigos fossem abolidos, os salários incrementados e uma folga semanal concedida a todos os marinheiros. Se não tivessem seu pedido imediatamente atendido, ameaçavam bombardear a capital.

Mediante a gravidade da situação, o governo decidiu atender aos pedidos. Em poucos instantes, o Congresso votou uma lei em que o castigo físico era abolido e todos os envolvidos na revolta não sofreriam qualquer tipo de punição. Entretanto, revelando sua face autoritária, o governo descumpriu suas próprias determinações ao realizar a prisão de alguns dos participantes dessa primeira revolta.

Aqueles que sobreviveram ao episódio foram deportados para a Amazônia e forçados a trabalhar nos seringais da região. Durante a realocação para o território amazônico, alguns dos condenados foram submetidos ao fuzilamento. João Cândido acabou sendo inocentado pelo governo federal. Entretanto, perdeu a sua colocação na Marinha e foi internado como louco no Hospital dos Alienados. Na época, o tratamento no sanatório poderia ser tão ou mais cruel que a própria prisão. Em 1969, ele acabou morrendo pobre, esquecido e acometido por um câncer.



Tenentismo

No início da década de 20, crescia o descontentamento social contra o tradicional sistema oligárquico que dominava a política brasileira. Esse descontentamento era particularmente notado entre as populações dos grandes centros urbanos, que não estavam diretamente sujeitas às pressões dos "coronéis". O clima de revolta atingiu as forças armadas, difundindo-se, sobretudo, entre os tenentes. Surgiu, então, o **tenentismo**, um movimento político-militar que, pela luta armada, **pretendia conquistar o poder e fazer reformas na sociedade**. Os **tenentes pregavam a moralização da administração pública e o fim da corrupção eleitoral**. **Queriam o fim do voto de cabresto e a criação de uma justiça eleitoral autônoma e honesta**.

Revolta do Forte de Copacabana - (1922)

A **primeira revolta** tenentista eclodiu no dia 5 de julho de 1922. Foi a revolta do **Forte de Copacabana**, liderada por 18 tenentes que, reunindo uma tropa de aproximadamente 300 homens, decidiram agir contra o governo e impedir a posse do presidente Artur Bernardes.

Essa revolta provocou a imediata reação das tropas fiéis às oligarquias. Era impossível aos militares revoltosos, ante a brutal superioridade das forças governamentais, tomar o seu movimento vitorioso. Depois, numa atitude heróica, saíram para as ruas, lançando-se num combate corpo a corpo com as tropas do governo. Dessa luta, somente dois rebeldes escaparam com vida: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

A revolta não impediu a posse de Artur Bernardes, que governou o Brasil de 1922 a 1926.

Revolta de 1924

A revolta, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, pelo tenente Juarez Távora, eclodiu em São Paulo, também no dia 5 de julho.

Com uma tropa de aproximadamente 1.000 homens, os revolucionários rapidamente ocuparam os lugares mais estratégicos da cidade de São Paulo. Durante a ocupação, diversas batalhas foram travadas entre os rebeldes e as tropas governamentais.

Quando o general Isidoro Dias Lopes, percebeu que não tinha mais condições de resistir, decidiu abandonar a cidade de São Paulo. Com uma numerosa e bem-armada tropa, formou a **Coluna Paulista**, que tinha como objetivo continuar a luta contra o governo, levando a revolução para outros estados do Brasil.

Coluna prestes

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, outro jovem tenente estava descontente com os rumos da política brasileira. **Luís Carlos Prestes**, comandava um levante militar em Santo Ângelo. Sua tropa se dirigiu ao estado do Paraná e lá encontrou-se com a Coluna Paulista. Assim, surgiu a **Coluna Prestes**. Essa coluna percorreu mais de 20 mil quilômetros através de estados brasileiros, procurando despertar na população a revolta contra o poder das oligarquias.

O governo perseguiu sem descanso as tropas da Coluna Prestes que, por meio de brilhantes manobras militares, conseguiu escapar às perseguições, permanecendo por dois anos no país. Em 1926, a coluna ingressou em território boliviano, onde, finalmente, se desfez.

Semana de arte moderna de 1922

Na década de 20, a reação contra as estruturas oligárquicas da República atingiu também o campo cultural, manifestando-se no chamado movimento modernista.

Esse movimento teve como marco inicial a **Semana de Arte Moderna, realizada na cidade de São Paulo**, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922. Tendo como palco o Teatro Municipal de São Paulo, a semana contou com recitais de poesia, exposições de pintura e escultura, festivais de música e conferências sobre artes.

Os nomes que mais se destacaram na semana de arte moderna foram os dos escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade; dos músicos Heitor Villa-Lobos e Ernani Braga; dos artistas plásticos Emiliano di Cavalcanti, Anita Malfati, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret.

Um dos objetivos do movimento modernista era **reagir criticamente contra os padrões arcaicos e à invasão cultural estrangeira que despersonalizava o Brasil**. A reação modernista implicava abrasileirar a cultura brasileira.



O Fim da República Velha

Ainda dentro dos princípios da política do café-com-leite, foi indicado para substituir Artur Bernardes o político Washington Luís, nascido no Rio de Janeiro, mas politicamente atuante em São Paulo. Sob o lema “governar é abrir estradas”, implementou a construção das rodovias Rio – São Paulo e Rio – Petrópolis. Com relação ao crescente movimento operário, Washington Luís declarava: “A questão operária é uma questão de polícia”.

O final da presidência de Washington Luís foi marcado por uma grave crise econômica, em parte decorrente da situação externa. A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, refletiu-se numa crise mundial que abalou os Estados Unidos e a Europa – maiores consumidores do café brasileiro. Além disso, a produção cafeeira atingira uma safra recorde, mais de 26 milhões de sacas em 1928, o que provocou a baixa nos preços do café. A crise externa era tão grande que o governo não mais conseguia dar continuidade à prática de proteção ao setor, através de empréstimos facilitados e da compra de excedentes.

Dentro desse quadro, as divergências entre as várias oligarquias se acentuavam, e os arranjos políticos não conseguiam solucionar conflitos que afloravam na economia. No Rio Grande do Sul, os produtores de charque e arroz queixavam-se do descaso federal com essas atividades. No Norte e no Nordeste, os produtores de algodão, fumo e cacau faziam reclamações idênticas.

A sucessão presidencial e a Aliança Liberal

Como Washington Luís representava os paulistas, pela política do café-com-leite, o futuro presidente seria mineiro. No entanto, quebrando esse pacto, o presidente demonstrava clara intenção de lançar para sua sucessão Júlio Prestes, outro paulista.

Deixado de lado, Antônio Carlos de Andrada, governador de Minas Gerais e candidato à sucessão presidencial, foi para oposição, apoiando para presidente o governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e para vice-presidente o paraibano João Pessoa. Formava-se a Aliança Liberal, que reunia as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Juntou-se à Aliança Liberal o Partido Democrático, formado por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP).

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais, não ligadas ao núcleo cafeeiro. Incorporava ainda reivindicações como a regulamentação das leis trabalhistas, a instituição do voto SECRETO e do voto feminino e do movimento tenentista. Um programa que tentava claramente sensibilizar as camadas médias.

A Revolução de 1930

Nessas eleições repetiram-se as ocorrências de fraude conhecidas desde o início da República. O controle da máquina eleitoral e o apoio dos coronéis foi decisivo. As fraudes foram escandalosas. No final da apuração a vitória coube ao candidato paulista, Júlio Prestes.

A idéia de uma revolução para fazer frente à oligarquia em desarticulação ganhava cada vez mais força. O assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, definiu a questão favoravelmente ao golpe. A 3 de outubro de 1930 eclodia a revolta no Rio Grande do Sul, levantando-se, em seguida os oposicionistas do Nordeste. As tropas revolucionárias do Sul e as governamentais estavam prestes a entrar em choque em São Paulo. Na iminência de uma guerra civil, que ameaçaria as oligarquias, desencadeou um golpe militar que depôs Washington Luís. Getúlio Vargas, apoiado pelos tenentes, partiu para o Rio de Janeiro e, a 3 de novembro, assumiu o governo do país, rompendo assim o monopólio das oligarquias.

História para Supletivo

6º Módulo / 6ª Prova

A ERA VARGAS (1930 – 1945)

No decorrer dos quinze anos em que governou o Brasil, Getúlio foi chefe do Governo Provisório (1930-1934); Presidente Constitucional, eleito por via indireta (1934-1937), e ditador de uma ordem autoritária conhecida como Estado Novo (1937-1945).

Governo Provisório (1930 – 1934)

Getúlio Vargas assim que assumiu o governo provisório, tomou várias medidas, de caráter ditatorial, sob a alegação de que a "Revolução não reconhecia direitos adquiridos":

- dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias;
- Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais;
- dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais;
- criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- criação do Ministério da Educação e Saúde;
- reforma do ensino secundário.

Assim sendo a Constituição de 1891, foi suspensa e estava superada. Getúlio destituiu todos os Presidentes dos Estados e os substituiu por Interventores nomeados por ele, dentre os que fizeram a Revolução, com exceção do Estado de Minas Gerais, cujo Presidente, participou do movimento. Interventores famosos da época: o tenente pernambucano João Alberto (São Paulo), Juracy Magalhães (Bahia) e Juarez Távora (Ceará). Este era considerado o "vice-rei" do Nordeste, pela quantidade de interventores que indicou nas Regiões Norte e Nordeste.

Getúlio Vargas em sua primeira fase, governou o país por meio de decretos e **sem constituição** até 1934, já com traços de uma **política nacionalista e de intervencionismo estatal**. Foi um período marcado por intervenção nos Estados pelos tenentes. Durante o governo provisório de Vargas, importantes alterações políticas e sociais foram estabelecidas, tais como a criação da Justiça do Trabalho e a reforma no sistema eleitoral.

Em relação à crise do Café, enquanto que no governo de Washington Luís, o excedente de café era comprado e queimado, ou ainda trocado por trigo dos Estados Unidos, não houve mudanças profundas. Vargas, entretanto demonstrando interesse pelo cafeicultores, ainda nessa primeira fase de governo, criou o Conselho Nacional do Café (1931), que foi transformado em Departamento Nacional do Café (1933) e posteriormente em Instituto Brasileiro do Café (IBC).

A Revolução Constitucionalista de 1932 e a Constituição de 1934

No dia 9 de julho de 1932 eclodiu a revolta constitucionalista de São Paulo. Os paulistas denunciavam o governo federal de **inconstitucional**. Para o país voltar à normalidade **era preciso elaborar uma nova constituição**. Essa foi a principal bandeira dos rebeldes paulistas.

São Paulo não teve a adesão esperada de outros estados e, depois de três meses de combate, suas forças se renderam. Os paulistas foram derrotados, mas vingou a idéia da constituinte. Em 1933 se realizaram as eleições para a Assembleia Constituinte. Nessa eleição o **voto foi secreto e as mulheres votaram**, duas novidades em relação às eleições da República Velha. No dia 16 de novembro de 1934 foi publicada a **nova constituição do país. Ela confirmava o voto secreto e o voto feminino**, nacionalizava as riquezas do nosso subsolo que passavam a pertencer à União. Os estados mantinham a sua autonomia, mas não podiam mais contrair empréstimos no exterior. As associações sindicais e profissionais passaram a ter existência legal. A constituição introduzia também uma novidade na representação política da Câmara: eleição de 40 deputados "classistas" (representantes eleitos pelas associações de patrões e de empregados).

As atividades sindicais já haviam sido regulamentadas, desde 1931, pelo então ministro Lindolfo Collor. Com a existência legal de sindicatos, os operários foram incorporados à vida política institucional, embora sob a tutela do Estado. Este passou então a incorporar um leque mais amplo de interesses sociais, atualizando-se com a modernização do país. Com isso houve uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. O trabalho feminino foi regulamentado e instituída a jornada de 8 horas. Em 1934 foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões.

A constituição de 1934 previa eleições diretas para todos os cargos. Exceção feita à primeira eleição presidencial (Vargas permaneceu no poder eleito indiretamente pelo Congresso Nacional). O mandato de Vargas ia até 1938.



O Governo Constitucional (1934 – 1937)

Esse período foi marcado pelo surgimento de duas correntes político-ideológicas antagônicas:

- Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista, que tinha como líder **Plínio Salgado**. Contou com o apoio dos setores conservadores da sociedade.
- Aliança Nacional Libertadora, que agregava os elementos de esquerda, com orientação marxista, liderada por Luís Carlos Prestes, chefe do Partido comunista.

A Intentona Comunista

O programa da **Aliança Nacional Libertadora (ANL)** era quase o mesmo aplicado pelos comunistas nas frentes populares de outros países: a luta por melhores salários, reforma agrária, antiimperialismo e democracia política.

Os comícios da ANL arrastavam milhares de pessoas às ruas. Isso fez com que Prestes, acreditasse na possibilidade de derrubar Getúlio por meio de uma Revolução.

Em 7 de julho de 1935, Prestes - ainda no exterior - divulgou um manifesto defendendo a luta armada. Era o motivo que Vargas desejava para colocar a ANL na ilegalidade, fato que foi usado como pretexto para fazer a Revolução. Sua forma - que havia sido aplicada com sucesso pelos comunistas da Rússia, seria um golpe militar com o apoio da população.

A Revolução estava planejada para fevereiro ou março de 1936, mas a tomada do quartel-general da Polícia Militar em Natal, Rio Grande do Norte, em 23 de novembro de 1935, precipitou-a. Porém o Governo revolucionário durou apenas quatro dias. Houve a tentativa de estender o movimento ao Recife, também fracassada.

Prestes começou a organizar o levante do Rio de Janeiro, acreditando contar com o apoio da marinha para depor Getúlio. Em seguida, os sindicalistas ligados ao Partido Comunista comandariam uma greve geral.

O movimento nos quartéis do Rio de Janeiro não conseguiu ganhar as ruas, sendo reprimido sem muita dificuldade pelo Governo. Na tarde de 27 de novembro todos os revolucionários se entregaram.

Derrotada a rebelião, o governo de Vargas deu início a uma feroz repressão política. Prestes e seus assessores estrangeiros foram presos e torturados. Prestes pegou 16 anos de prisão.

A revolta de 1935 não teve grande importância militar, mas deixou profundas marcas na sociedade brasileira. Usando a insurreição comunista como justificativa, Getúlio enterrou a Constituição de 1934, em março de 1936, e decretou o Estado de Guerra, o primeiro passo para o golpe que levou à ditadura do Estado Novo (1937-1945).

O Estado Novo

As eleições presidenciais estavam marca das para o dia 3 de janeiro de 1938, já que Getúlio deveria passar o governo ao novo Presidente no dia 3 de maio do mesmo ano. Em 1937, dois candidatos já estavam em campanha. Do lado do governo, José Américo de Almeida, da **PARAÍBA**. Pela oposição, Armando de Salles Oliveira, ex-interventor de São Paulo.

Getúlio Vargas, contudo, desejava manter-se no poder. Para isso planejou um golpe de estado: junto com o capitão Olímpio Mourão Filho e o general Góis Monteiro, simulou ter descoberto um plano de Revolução Comunista, chamado **Plano Cohen**, pelo qual haveria greves, assassinato de líderes políticos, incêndio em igrejas, etc. sob essa falsa ameaça, conseguiu convencer as Forças Armadas de que só um governo forte, ditatorial, poderia enfrentar a ameaça dos comunistas. Setores das Forças Armadas apoiaram o golpe, inspirado nos exemplos do fascismo italiano e do nazismo alemão, efetivado no dia 10 de novembro de 1937. com o golpe, foi instituído o chamado **Estado Novo**.

A Constituição do Estado Novo

A ditadura instalada por Getúlio Vargas garantia-lhe amplos poderes. O presidente controlava todos os setores da vida social e econômica do país.

Uma nova Constituição concedia ao Presidente, entre outros, o poder de:

- . fechar o Congresso Nacional;
- . acabar com os partidos políticos;
- . acabar com a liberdade de imprensa, por meio da censura prévia - só podia ser publicado aquilo que era aprovado pelos censores do Governo;
- . nomear interventores nos Estados.

Os integralistas apoiaram o golpe de Getúlio. Este, porém, tendo conseguido o seu objetivo de permanecer no poder, fechou todas as organizações partidárias, inclusive a Ação Integralista Brasileira. Seus partidários revoltaram-se e, em maio de 1938, atacaram o Palácio Guanabara, com o objetivo de tomar o poder, mas foram derrotados pelas forças do governo.

Para fazer a propaganda de Getúlio e do Estado Novo, foi organizado



o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Grandes festas cívicas eram organizadas em homenagem a Vargas, de modo especial no Dia do Trabalhador (1º de maio), no aniversário do Estado Novo (10 de novembro) e no aniversário do próprio Getúlio (19 de abril). O rádio passou a ser utilizado na propaganda política.

A centralização econômica

Nacionalista, Vargas tomou medidas que favoreciam a industrialização do país: planejou a hidrelétrica de Paulo Afonso, no rio São Francisco, para o fornecimento de energia; fundou a Companhia Vale do Rio Doce, para extrair e exportar ferro; criou o Conselho Nacional do Petróleo e fundou a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em 1943, que fornecia aço à indústria nacional. Com isso, toda a indústria se desenvolveu.

Quem financiou a construção de Volta Redonda foram os Estados Unidos. Por conta desse financiamento, o governo Vargas declarou guerra à Itália e à Alemanha, entrando na Segunda Guerra Mundial, embora se afinasse ideologicamente com os regimes totalitários em vigor naqueles países.

Ao fim da guerra, as ditaduras dos regimes totalitários foram derrotadas. Restava agora acabar com a ditadura brasileira do estado novo.

O fim do Estado Novo

A oposição à ditadura Vargas, apesar da forte repressão existente, acentuou-se a partir de 1943, quando políticos de Minas Gerais lançaram o *Manifesto dos Mineiros* e criaram a União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição a Getúlio.

Diante das pressões, Getúlio Vargas convocou eleições para dezembro de 1945, concedeu anistia aos presos políticos e permitiu a organização dos partidos que pretendessem participar das eleições. Mas, ao mesmo tempo, estimulou grupos políticos aliados a realizarem manifestações públicas favoráveis à sua continuação no poder. Nessas manifestações, a palavra de ordem era "Queremos Getúlio". Por isso, o movimento foi chamado de *Queremismo*.

A medida que o movimento "queremista" se intensificava, os militares e o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que pretendia candidatar-se à Presidência, planejaram uma forma de impedir a continuidade de Getúlio no poder. Em outubro de 1945, destituíram-no do Governo. Em seu lugar, assumiu o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que permaneceu no cargo até a posse do novo Presidente.

A REPÚBLICA POPULISTA (1945 – 1964)

O que foi o Populismo?

Convencionou-se chamar de populista o período que vai desde um momento de decadência do Estado Novo até a derrubada de João Goulart pelo golpe militar de 1964. Todos os governos da época foram rotulados pela historiografia de populistas. Estes teriam como características a demagogia e o assistencialismo, principalmente em relação aos trabalhadores e às camadas médias (pequenos proprietários, funcionários etc.).

Os governos de Vargas, evidentemente, seriam populistas, pois sua política trabalhista teria cooptado os operários para uma causa que não era deles e, assim, atrasado a "revolução proletária" ou a organização de "verdadeiros partidos" no Brasil.

No rol dos políticos populistas estariam, além de Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e políticos de clara tendência conservadora, como Jânio Quadros, cuja demagogia moralista atingia parcela significativa dos trabalhadores desorganizados e a baixa classe média, e Carlos Lacerda, político do Rio de Janeiro que se destacou pelo discurso de denúncia à corrupção e à infiltração comunista. Inclui ainda Ademar de Barros, político paulista, conservador-populista, que gostava de se apresentar como católico fervoroso.

Trata-se, enfim, de um conceito impreciso. No entanto, as questões dos vários vestibulares usam o conceito com este sentido amplo. Resumindo:

- a) o período populista vai da fase final do Estado Novo ao golpe de 1964;
- b) o populismo incorporou as massas no jogo político por meio de apelos diretos de líderes carismáticos, implicando a ausência de partidos com programas e ideologias definidos;
- c) o líder populista fala em nome do interesse geral e da nação, se colocando acima das classes;
- d) os discursos populistas teriam como característica básica a demagogia.

Sindicalismo e Partidos

Vimos como Getúlio Vargas quis conduzir o processo de transição da ditadura para a democracia. A oposição ao Estado Novo era formada por um amplo leque, que ia desde a oligarquia alijada do poder pela Revolução de 30 até a esquerda. Essa oposição organizou a União Democrática Nacional (UDN), que, inicialmente, incluía até socialistas. No entanto, esse partido acabou dominado pela oligarquia e empresários conservadores.

Com a legalização dos partidos, consequência da queda do Estado Novo, Vargas teria que organizar partidariamente as suas bases de apoio para sobreviver politicamente. Promoveu, então, a organização de dois partidos:

- a) **Partido Social Democrata (PSD)**, que aglutinava grandes proprietários rurais, empresários, financistas e altos burocratas;
- b) **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**, que arregimentava a burocracia sindical e os trabalhadores urbanos em geral. Era um partido que se assemelhava ao Partido Trabalhista inglês: operário, sem ser socialista;

A queda de Vargas, em 1945, determinou a realização de eleições para a presidência da República. A disputa se polarizou entre o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas, e Eduardo Gomes, apoiado pela UDN e pelos setores conservadores. Venceu Dutra. A eleição do presidente foi feita simultaneamente à da Assembléia Constituinte que elaborou a constituição de 1946. Nesta eleição o PSD elegeu a maior bancada de senadores e deputados. A UDN foi a segunda agremiação da Assembléia e assumiu posições

conservadoras. À esquerda ficaram o PTB, o Partido Comunista e o pequeno Partido Socialista. Pela primeira vez no Brasil os partidos tinham abrangência nacional.

A maioria da Assembléia representava os interesses da elite. Os representantes dos interesses populares tinham pouco peso político. A constituição de 1946 instaurou uma democracia liberal que, como veremos, serviu para controlar o movimento popular.

O Governo Dutra (1946 – 1951)

No plano internacional o governo Dutra coincidiu com o início da Guerra Fria, o conflito político-ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética. O mundo ficou dividido em áreas de influência. O Brasil, área de influência dos Estados Unidos, pela sua importância, precisava ser mantido fora da influência do socialismo. Nacionalismo, para o presidente Truman, dos Estados Unidos, já era sintoma socialista.

As reservas acumuladas durante a guerra pelo Brasil foram utilizadas para importação de produtos de consumo, a maioria de supérfluos. As reservas de 708 milhões de dólares foram dilapidada com essas importações, que entravam no país, praticamente, livres de impostos. Só depois de esgotadas as reservas, o governo Dutra começou a tomar algumas providências. Voltou-se a instituir impostos para a importação de bens de consumo, ao mesmo tempo em que se facilitava a entrada de bens de produção (máquinas e insumos para a indústria).

O Plano SALTE, elaborado pelo governo Dutra (para desenvolver as áreas de saúde, alimentação, transporte e energia), poucos resultados trouxe. A população sofreu com o alto custo de vida. Veja na tabela abaixo a diferença entre o salário e o aumento do custo de vida.

	São Paulo	Rio de Janeiro
Custo de vida	15%	23%
Salário	10%	12%



O Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954)

Depois de cassado o Partido Comunista Brasileiro, a única força política organizada capaz de enfrentar os conservadores era o PTB. Com base sindical e o nome de Vargas, o trabalhismo tinha forte influência sobre as massas urbanas. Isso foi decisivo na sucessão presidencial.

Os conservadores da UDN e do PSD não chegavam a um acordo para escolher um candidato comum aos dois partidos e acabaram saindo com candidatos próprios.

Vargas, indicado como candidato do PTB, procurou e obteve o apoio de Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista, que surgia com força em São Paulo.

As eleições se realizaram em 3 de outubro de 1950 e apresentaram o seguinte resultado:

Getúlio Vargas – PTB : 48,7%

Eduardo Gomes – UDN : 29,7%

Cristiano Machado – PSD : 21,0%

Logo depois de apuradas as urnas, foi desencadeada violenta campanha, liderada pela UDN, para impedir a posse de Vargas. Os conservadores argumentavam que o candidato só estaria eleito se houvesse obtido maioria absoluta. Mas o poder Judiciário considerou legal a eleição de Vargas.

Empossado, o novo presidente procurou atender várias reivindicações populares e retomar a política econômica nacionalista: industrialização baseada no investimento estatal e no apoio às empresas privadas nacionais. O nacionalismo de Vargas contrariava os interesses imperialistas dos Estados Unidos, pois visava um desenvolvimento capitalista relativamente autônomo. O conflito entre os norte-americanos e a política nacionalista de Vargas se manifestou claramente em dezembro de 1951, quando o presidente brasileiro recusou o pedido dos Estados Unidos de enviar tropas à Guerra da Coreia.

Dessa orientação do governo de Vargas nasceu a Petrobrás, criada por uma lei de autoria do deputado Eusébio Rocha, em outubro de 1953. A companhia estatal de petróleo foi criada depois da campanha popular chamada O Petróleo É Nosso, que mobilizou praticamente toda a nação. O monopólio estatal petrolífero, estabelecido pela lei, feria os interesses das grandes empresas estrangeiras do setor, em especial a norte-americana Standard Oil (Esso).

A crise do governo Vargas pode ser explicada exatamente pelo fato de que seu projeto de governo era contrário aos interesses de grandes empresários e do capital estrangeiro. A oposição tornava-se cada vez mais sistemática e virulenta, sempre liderada pela UDN de Carlos Lacerda. A *Tribuna de Imprensa*, cujo diretor era o próprio Lacerda, se notabilizou por violenta crítica ao governo Vargas. O antivarguismo era, a propósito, característica de toda a grande imprensa brasileira, à exceção do jornal *Última Hora*, de Samuel Weiner.

No ano de 1953 as pressões contra o governo Vargas foram imensas. A *Greve dos 300 Mil*, desencadeada em São Paulo no mês de março, contribuiu para elevar a temperatura política. O presidente era pressionado para não atender as reivindicações dos trabalhadores. O próprio Partido Comunista, aliado eventual do governo Vargas, juntou-se ao coro dos contrários.

No fim do ano, Vargas pronunciou um discurso denunciando os lucros das empresas estrangeiras:

Estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganham muito no Brasil, que enviaram em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares e continuam transformando os nossos cruzeiros em dólares para emigrá-los para o estrangeiro a título de dividendos.

No início de 1954, o ministro do Trabalho, João Goulart, planejava conceder um substancial aumento do salário mínimo. Tãmanha foi a pressão dos empresários, da UDN e dos setores conservadores do Exército (Manifesto dos Coronéis) que Jango, como era conhecido Goulart, foi obrigado a se demitir. Mesmo assim o aumento (100%) foi concedido no Primeiro de Maio.

Depois disso, a chamada Cruzada Democrática (militares conservadores), a UDN, a maioria da imprensa, os representantes dos interesses estrangeiros e os banqueiros intensificaram os planos para derrubar Vargas.

As pressões contra o seu governo faziam parte da estratégia mundial do grande capital para combater governos e partidos com projetos nacionalistas. Ela foi colocada em prática na América Latina, na Ásia e na África.

As condições para o golpe surgiram em agosto de 1954. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente, organizou um plano para eliminar Lacerda. Este escapou do atentado da rua Tonelero, com um leve ferimento no pé, mas um major da Aeronáutica que o acompanhava foi baleado e morreu.

Rapidamente se desencadeou uma campanha, envolvendo a UDN, a Força Aérea e outros setores civis e militares, pedindo a renúncia do presidente. No dia 22 de agosto o Manifesto dos Generais exigia que ele deixasse o poder. Na manhã de 24 de agosto de 1954, o presidente Vargas se suicidou. A notícia comoveu a população e a lacuna política deixada com a morte de Vargas só preenchida quando Juscelino chegou à Presidência.

Juscelino Kubitschek: 50 anos em 5 (1956-1961)

A morte de Vargas levou ao poder o vice-presidente Café Filho, comprometido com as forças conservadoras. A UDN impôs a maioria dos ministros do seu governo. Eugênio Gudin, ministro da Fazenda, partidário de uma política recessiva e afinado com o Fundo Monetário Internacional, representava os interesses dos grandes banqueiros e investidores internacionais. Foi ele que baixou a Instrução da SUMOc (Superintendência da Moeda e do Crédito), escancarando a economia do país para os investimentos estrangeiros.

O PTB, levantando a bandeira do varguismo, aliou-se ao PSD para apoiar, nas eleições presidenciais seguintes, o nome do mineiro Juscelino Kubitschek.

A UDN, sentindo a força fantasmagórica de Getúlio Vargas e da ação sindical, conspirava contra as eleições. Não podendo evita-las, apoiou a candidatura de Juarez Távora, lançada por um partido de expressão menor, o Democrata Cristão.

Para o PTB e os sindicatos, JK (como ficou conhecido o candidato Juscelino) era um possível herdeiro do varguismo.



João Goulart, do PTB, foi o candidato à vice-presidência, reforçando a presença trabalhista na chapa de JK.

As eleições, realizadas em 3 de outubro de 1955, apresentaram os seguintes resultados:

— Juscelino → PTB/PSD: 36% — Juarez Távora → UDN/PDC: 30%

A UDN voltou à tese da ilegalidade e passou a conspirar contra a posse de Juscelino/Jango. Com o afastamento de Café Filho, por motivos de saúde, em novembro de 1955, os setores conservadores do Exército viram uma oportunidade de dar um golpe de Estado. Ele foi evitado por um contragolpe, desfechado pelo general Henrique Teixeira Lott, garantindo a posse dos eleitos.

JK assumiu o governo em 31 de janeiro de 1956. O Brasil foi tomado por uma euforia desenvolvimentista. 50 anos em 5 era o lema do novo presidente. Isso significava que ele pretendia fazer em 5 anos o que se levaria normalmente 50 anos para ser feito.

Rodovias, indústria automobilística, Brasília... o crescimento da economia se tornou realmente acelerado.



O desenvolvimento de Juscelino inaugurou uma nova etapa na política de substituição de importações: produzir aqui o que antes importávamos. Graças a essa política, a produção industrial em 1961 foi 6 vezes maior que 20 anos antes. No período de Vargas, era o Estado que promovia a industrialização, colocando os empresários nacionais sob sua dependência. Mas, no período JK, o desenvolvimento industrial se fez com maciça entrada de capital estrangeiro, levando muitos empresários brasileiros a se associar ao capital externo.



Embora desse continuidade à política econômica de Vargas, voltada para os *bens de produção* (aço, petróleo, energia elétrica, etc.) com a expansão de siderurgias e crescimento da produção de petróleo, Juscelino privilegiou a produção de *bens de consumo duráveis* (eletrodomésticos, automóveis etc.)

A política econômica de JK apoiava-se nas análises da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e nos projetos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). O Plano de Metas de JK previa o desenvolvimento dos setores elétrico, de transportes (privilegiou o rodoviário em detrimento do ferroviário), alimentação e educação. A transferência da capital para Brasília, construída no Planalto Central, fazia parte do plano de interiorizar o desenvolvimento.

O desenvolvimento de JK se fez à custa de emissão de dinheiro (contrariando a política do FMI), criação de impostos sobre combustíveis (para financiar a construção de rodovias) e

empréstimos estrangeiros (o EXIMBANK, por exemplo, emprestou 125 milhões de dólares; outros empréstimos vieram do Japão, da França e da Alemanha).

Os grandes investidores foram os maiores beneficiados com a expansão econômica. Os bens industriais produzidos destinavam-se a uma minoria da população. A produção de automóveis privilegiava o transporte individual, em detrimento do coletivo. A situação social no campo continuava grave, especialmente no Nordeste, e deu origem às *Ligas Camponesas de Francisco Julião*. A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) não conseguia minimizar a situação de pobreza da região. A inflação, provocada pela política econômica, aumentou o custo de vida, provocando a reação de setores sociais que antes apoiavam JK, caso dos trabalhadores. Os operários de São Paulo desencadearam a Greve dos 400 mil. Essa situação era aproveitada pela UDN, a eterna golpista, para criticar o governo. Intelectuais de esquerda se aglutinaram no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) instituição que tinha como objetivo formular, depois de uma análise científica das condições brasileiras, um projeto de desenvolvimento antiimperialista.

Esse era o quadro político-social do país às vésperas das eleições de 1960. Os três candidatos mais importantes eram o excêntrico Jânio Quadros, apoiado pela UDN, o general Henrique Teixeira Lott, pelo PTB/PSD, e Ademar de Barros, pelo PSP.

Os resultados:

- Jânio: 48%
- Lott: 32%
- Ademar: 20%

Finalmente um candidato apoiado pela UDN havia vencido as eleições presidenciais. *Jânio* assumiu com a promessa de moralizar a administração pública e pôr fim ao “descalabro financeiro” do governo anterior, mas passou a tomar medidas imprevisíveis e polêmicas, confundindo seus próprios aliados. Procurou aproximar a diplomacia brasileira dos países comunistas (esperando ampliar nossas relações econômicas), chegando a condecorar o guerrilheiro argentino-cubano Che Guevara, que veio agradecer a posição tomada pelo Brasil contra as determinações dos Estados Unidos.

Os conservadores, no plano interno e externo, estavam assustados quando, depois de sete meses de governo, Jânio renunciou. As razões para tão inesperada decisão estão até hoje mal explicadas. Ao que parece foi uma tentativa frustrada de golpe para se fortalecer no poder e neutralizar a oposição que lhe movia o Congresso.

O vice-presidente, *João Goulart*, que havia sido eleito pelo PTB/PSD, encontrava-se em viagem oficial pelo oriente. Os conservadores da UDN e das Forças Armadas tentaram impedir sua posse, mas a resistência dos partidários de Jango e da legalidade conseguiram impedir o golpe.

O principal apoio à posse do vice-presidente legalmente eleito vinha do Rio Grande do Sul, governado pelo líder trabalhista Leonel de Moura Brizola. Ele organizou a Rede da Legalidade, conjunto de emissoras que mobilizou a população para resistir ao golpe. Conseguiu também o apoio do comando do Terceiro Exército, sediado no Rio Grande do Sul, que deu garantias à posse de Jango.

A crise foi contornada com o acordo que estabeleceu o regime parlamentar no Brasil, limitando os poderes do novo presidente. O poder executivo se deslocou para as mãos do primeiro-ministro, como é próprio do parlamento. Um futuro plebiscito deveria confirmar, ou não, a mudança de regime.

Durante a vigência do regime parlamentar, formaram-se dois blocos políticos no Congresso: a frente Parlamentar Nacionalista (maioria dos petebistas, setores nacionalistas do PSD e mesmo da UDN, o PSB e o semiclandestino Partido Comunista) e a Ação Democrática Parlamentar (UDN, setores conservadores do PSD, o PSP de Ademar, pequenos agrupamentos de direita e até alguns deputados do PTB). Goulart, nesse período, não tinha poderes para implementar um programa de governo de acordo com suas concepções políticas, quais sejam, as herdadas de Vargas.

O Governo Jango, a Crise e o Golpe de Estado

No dia 6 de janeiro de 1963, o plebiscito, por esmagadora maioria, restabelecia o presidencialismo. Goulart começaria de fato a governar.

O Plano Trienal do presidente previa a retomada do crescimento econômico e reformas de base, entre elas a agrária. Esses projetos de reforma mobilizaram a opinião pública e fizeram aumentar a temperatura política. Cresceu a agitação social pró e contra os projetos de reforma. A inflação e a alta custo de vida contribuíam para o descontentamento popular e o endurecimento da luta política. A situação das finanças públicas era delicada. O peso dos empréstimos estrangeiros nos gastos do país e os lucros remetidos pelas empresas internacionais eram enormes.

Empréstimos e investimentos	Remessa de lucros
1 bilhão 814 mil dólares	2 bilhões 459 mil dólares

O Plano Trienal fracassara: não houve crescimento econômico, a inflação disparou e as reformas emperravam no Congresso, de maioria conservadora. O projeto de Reforma Agrária, por exemplo, já havia sido rejeitado pelos parlamentares. O governo se desgastava em meio à crise e as forças conservadoras se articulavam para derrubar Goulart. Os conspiradores ganharam um importante aliado: o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon. A lei que regulamentava a remessa de lucros para o exterior, com certeza contribuiu para apressar essa adesão.

Uma rebelião de sargentos em Brasília, reivindicando o direito de se candidatarem a cargos eletivos, foi vista pelos altos oficiais como grave ameaça à hierarquia militar.

Para arregimentar apoio popular, o governo realizou, na Estação Central do Brasil no Rio de Janeiro, um grande comício no dia 13 de março. Na ocasião, diante de uma massa de mais de 200 mil manifestações, Jango assinou decretos nacionalizando refinarias de petróleo privadas, desapropriou terras situadas às margens das ferrovias e rodovias e em áreas irrigadas por açudes construídos pelo poder público.

No dia 19 de março, em resposta ao comício do Rio, realizava-se em São Paulo a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade. A direita também tinha gente para pôr na rua: a pequena burguesia, classes médias, organizações católicas... Na passeata se pediu a Deus e às Forças Armadas que salvassem o Brasil do perigo comunista, presente no próprio governo. Só faltava marcar a data para o golpe.

A oportunidade apresentou-se quando Goulart participou de uma cerimônia da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de março. Isso, para o Alto Comando das Forças Armadas, era a prova da conivência do presidente com os atos de insubordinação que ameaçavam a hierarquia militar.

No dia 31 de março o golpe foi desfechado a partir da IV Região Militar, sediada em Minas Gerais. Todas as regiões militares acabaram (com alguma vacilação) aderindo ao golpe. Sem condições de resistir, Goulart se refugiou no Uruguai. Iniciava-se o período dos governos militares, que só se encerraria em 1985.

História para Supletivo 7º Módulo / 7ª Prova

A DITADURA MILITAR (1964-1985)

A Instalação do Regime Militar

Com a deposição de João Goulart, o Presidente da Câmara dos Deputados, Raniere Mazzilli, ocupou provisoriamente o cargo de Presidente da República. Mas eram os grandes líderes militares que tinham o controle da situação política do País.

Em nome do movimento militar, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a Presidência da República, no dia 15 de abril de 1964. Iniciou-se, durante seu Governo, um período de intensa repressão aos líderes políticos considerados, pelos militares, inimigos da nova ordem que estava sendo imposta ao País. Em 60 dias, mais de trezentas pessoas foram punidas com cassação de mandatos e a suspensão dos direitos políticos. Entre elas, citam-se três ex-Presidentes da República: Juscelino, Jânio e João Goulart.



O movimento militar de 1964 foi amplamente apoiado pelos Estados Unidos da América que, sem demora, reconheceu o novo Governo brasileiro. Este declarou-se inimigo mortal dos movimentos de inspiração socialista ou “comunista”, promoveu forte repressão policial contra várias entidades sociais: determinou o fechamento diversos sindicatos, invadiu a **UNE** (União Nacional dos Estudantes). No plano internacional, rompeu relações diplomáticas com Cuba, para grande satisfação dos Estados Unidos.

Durante o Governo Castelo Branco foram tomadas enérgicas medidas a fim de consolidar o movimento militar de 1964. Foi promulgado o Ato Institucional nº 2, em 1965, pelo qual se extinguíam todos os partidos políticos, instituindo-se bipartidarismo com a Criação da **ARENA** (Aliança Renovadora Nacional) e do **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição.

Organizando um amplo esquema de mudanças de nossas instituições jurídicas e políticas, o movimento militar de 1964 foi, progressivamente, revelando sua face autoritária. O diálogo do Governo com as bases populares foi suspenso e foram rompidas as regras do jogo democrático até então existente no País. Entre as principais mudanças de nossas instituições, destacam-se:

1967: elaboração de uma nova Constituição para o País; estabelecimento de eleições indiretas para Presidente da República; permissão para que o Presidente decretasse estado de sítio sem autorização do Congresso Nacional; aumento do poder do Presidente para a elaboração de decretos-leis, cabendo-lhes a iniciativa exclusiva das leis que disponham sobre matéria financeira, criarem cargos, funções ou empregos públicos, ou aumentarem vencimentos ou a despesa pública; fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; e disponham sobre a administração do Distrito Federal e dos Territórios.

1968: promulgação do Ato Institucional nº 5 (13 de dezembro) que permitia ao Presidente da República: fechar o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores; durante o fechamento dos órgãos parlamentares, o Presidente podia legislar em todas as matérias; intervir nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais; demitir, aposentar, remover funcionários públicos; suspender a garantia do *habeas corpus*. Tamanho era o poder ditatorial conferido ao Presidente da República que excluía-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o **AI 5**.

O Poder dos Generais

Com o regime militar iniciado em 1964, a nação brasileira assistiu à sucessão, na Presidência da República, dos seguintes líderes militares:

Marechal Humberto de Alencar **Castelo Branco**: abril de 1964 a março de 1967;

Marechal Arthur da **Costa e Silva**: março de 1967 a agosto de 1969;

Junta Militar composta pelos Chefes das Forças Armadas (**Augusto Hamann Rademaker** Grunewald, Aurélio **Lyra Tavares**, **Márcio de Souza e Melo**). Essa Junta

governou o País por ocasião da doença e posterior morte de Costa e Silva: agosto de 1969 a outubro do mesmo ano;

General Emílio Garrastazu **Médici**:

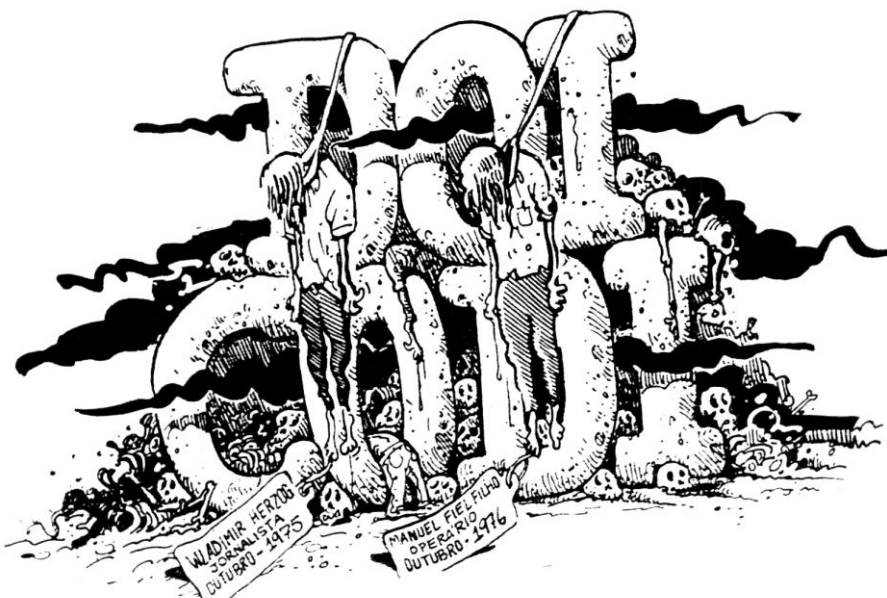
novembro de 1969 a março de 1974;

General Ernesto **Geisel**: março de 1974 a março de 1979;

General João Baptista de Oliveira

Figueiredo: março de 1979 a março de 1985.

Vamos examinar agora, rapidamente, os principais acontecimentos que caracterizaram o Governo desses líderes militares.



Governo Castelo Branco (1964-1967)

O Governo de Castelo Branco lançou as bases da consolidação do regime militar que estava sendo implantado no País. Dentre as principais medidas deste Governo, destacam-se:

- Criação do **BNH** (Banco Nacional de Habitação).
- Instituição do bipartidarismo (**ARENA** e **MDB**).
- Encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto da Constituição de 1967.
- Instituição da Lei de Segurança Nacional, que enquadrava como inimigos da Pátria os cidadãos que se opunham às diretrizes autoritárias do regime militar.
- Implantação do **PAEG** (Programa de Ação Econômica do Governo) que tinha como objetivos: acelerar o ritmo de crescimento econômico do País, conter a inflação, diminuir os desníveis econômicos regionais e sociais. Em verdade, o programa atendia aos interesses políticos do golpe militar de 1964. Propiciou a redução real dos salários e o ingresso de capitais estrangeiros no País.

Governo Costa e Silva (1967-1969)

Durante o Governo de Costa e Silva, o regime militar prosseguiu sua marcha para consolidar-se no poder. O Presidente assinou vários atos institucionais, todos com o objetivo de fortalecer o Poder Executivo e preservar os interesses do movimento militar. Entre esses atos, destaca-se o Ato Institucional nº 5, cujas linhas gerais apresentamos anteriormente.

A existência de toda aquela legislação arbitrária parecia preocupar o Presidente Costa e Silva, que não queria passar a história como o criador do Ato Institucional nº 5. Por isso, confiou ao seu Vice-Presidente Pedro Aleixo, que se pronunciou contrário ao AI 5, a missão de elaborar uma nova Constituição para o País. A nova Carta Magna estava praticamente concluída quando o Presidente Costa e Silva foi obrigado a deixar o cargo, vitimado por uma trombose. Uma Junta Militar assumiu o poder impedindo que Pedro Aleixo ocupasse a Presidência da República e levasse avanti o projeto de fazer o País retornar à legalidade constitucional. Reconhecendo a impossibilidade de recuperação física de Costa e Silva, a Junta Militar declarou seu mandato extinto, indicando como seu sucessor o general Emílio Garrastazu Médici.

No curto período do Governo Costa e Silva foi criado o Programa Estratégico de Desenvolvimento, que tinha como objetivos principais: o crescimento da economia, a redução inflacionária e ampliação dos níveis de empregos. Essas três metas prioritárias foram praticamente atingidas, embora a oferta de empregos só tenha podido se manter na base de uma rígida política de controle salarial.

Governo Médici (1969-1974)

Durante o Governo do general Emílio Garastazu Médici foi aprovado, em fins de 1971, o **I PND** (Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), que abrangia uma série de investimentos no campo siderúrgico, petroquímico, de transporte e de energia elétrica, além do PIN (Programa de Integração Nacional). Esse período foi marcado por grande movimentação legislativa, que revela o dinamismo governamental: estendeu-se para 200 milhas nosso mar territorial; implantaram-se o **MOBRAL** (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e uma série de programas regionais desenvolvimentistas. Paralelamente, o Governo deu ênfase à construção de grandes obras: iniciaram-se as construções da rodovia Transamazônica e da ponte Rio-Niterói. Com todas essas iniciativas, gerou-se um clima oficial de grande euforia. Era tamanho o entusiasmo governamental que essa época ficou conhecida como o período do “**milagre brasileiro**”; a economia cresceu a altas taxas anuais, tendo como base o aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização de capitais externos. Em contrapartida, o Governo adotou uma rígida política de arrocho salarial e montou amplo esquema de controle autoritário da sociedade. Essa ação controladora incluía, por exemplo, o exercício de uma severa **censura** aos meios de comunicação e intensa repressão policial aos opositores do regime militar. Foram mortos neste período importantes líderes de organizações guerrilheiras, como o ex-capitão Carlos Lamarca e o ex-deputado Carlos Mariguella.

No plano econômico, o “milagre brasileiro” durou pouco porque não tinha bases sólidas para permanecer. O breve surto de crescimento econômico brasileiro estava condicionado a uma conjuntura internacional, embora momentânea e excepcional. Ao desaparecer essa conjuntura favorável, com a chamada crise do petróleo iniciada em 1973, a economia brasileira sofreu brusco impacto. Por um lado, a inflação retomou seu ritmo de crescimento; por outro lado, nossa dívida externa foi-se elevando cada vez mais.

Governo Geisel (1974-1979)

No período de Governo do general Ernesto Geisel entrou em vigor o **II PND** (Plano Nacional de Desenvolvimento), que enfatizava a necessidade de expansão da indústria de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, fertilizantes, energia elétrica, etc.), a fim de se conseguir uma sólida infra-estrutura econômica para o progresso econômico-industrial.

Com o autoritarismo, o Governo assumiu o objetivo de fazer do Brasil uma **potência mundial emergente**. Mas este projeto deveria ser **comandado exclusivamente** pelo Estado, embora pudesse aceitar a colaboração “desinteressada e nunca impositiva” dos demais setores da sociedade.

Nesse período estimularam-se grandes obras nos seguintes setores:

Sector de mineração: exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás; extração da bauxita (minério de alumínio) através da ALBRAS e da ALUNORTE.

Sector energético: construção de poderosas Usinas Hidrelétricas, como Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, etc.; ingresso do Brasil na era da energia nuclear, marcado pelos acordos feitos com a Alemanha Ocidental para a instalação de oito reatores nucleares em nosso país.

Os objetivos previstos pelo II PND eram demasiadamente otimistas e audaciosos. O País não tinha condições internas de custear os gigantescos investimentos planejados pelo Governo — as chamadas “obras faraônicas”. O Governo acreditava que bastava a firme decisão de vontade de um Estado forte para moldar a sociedade brasileira segundo seu projeto político. O Estado assumiria o papel de sujeito ativo da história, e a sociedade, um mero objetivo passivo. “Aqui reside o grande equívoco do projeto Brasil-Potência e a causa principal do seu fracasso, pois nem sempre a vontade do Estado coincide com a vontade de outros agentes da sociedade (banqueiros, empresários, trabalhadores, etc.). A sociedade não é um ser monolítico e inerte, e, sim, uma realidade plural e dinâmica.” Assim, o Governo não conseguiu levar avanti seu projeto porque isolava-se orgulhosamente da sociedade da sociedade, em vez de avaliar a conjuntura histórica do momento. A economia mundial contraía-se significativamente, e nosso comércio exterior padecia uma série de dificuldades. O País sofria o impacto da elevação dos preços do petróleo, na medida em que 80% do petróleo aqui consumido era importado. Gastando quase metade da receita de nossas exportações com a aquisição de petróleo, a balança comercial brasileira desequilibrava-se, apresentando constantes déficits que, para serem compensados, exigiam novos empréstimos do exterior.

As principais dificuldades econômicas enfrentadas pelo Governo Geisel foram: a inflação retomando seu ritmo de crescimento; a dívida externa evoluindo; e a balança comercial, em geral, desequilibrada.

Governo João Figueiredo (1975-1985)

Os principais objetivos do Governo João Figueiredo foram expressos no III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) (1980-1985). Esse plano afirmava que a preocupação central do Governo era a “construção de uma sociedade desenvolvida, livre, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível”. Com efeito, estabelecia as seguintes metas prioritárias: crescimento da renda e do emprego; equilíbrio do balanço de pagamentos; controle da dívida externa; combate à inflação; desenvolvimento de novas fontes de energia; e aperfeiçoamento das instituições políticas. Dos vários objetivos planejados, o Governo Figueiredo levou avante:

- A substituição progressiva da energia importada por energia nacional. É extremamente ilustrativo desse item o desenvolvimento do **Proálcool** (Programa Nacional do Alcool). Segundo o Ministério da Indústria e do Comércio, existiam, em 1982, cerca de 450 mil veículos rodando exclusivamente a álcool, abastecendo-se nos 8550 postos de serviços espalhados pelo País. Mas o programa prosseguiu, ampliando cada vez mais seu alcance.

- O aperfeiçoamento das instituições políticas. Em face da crescente pressão da sociedade civil, o Presidente Figueiredo assumiu o compromisso histórico de promover a “abertura política”, visando à democratização do País. Como resultado concretos e positivos do processo de abertura destacam-se: a liberalização da censura; a anistia a diversos condenados políticos; a volta ao pluripartidarismo; a volta das eleições diretas para Governador de Estado.

Contudo, a maioria dos objetivos planejados pelo Governo Figueiredo no III PND estiveram, infelizmente, longe de ser alcançados. O período foi marcado por grave crise econômica, que se refletia nos seguintes problemas fundamentais:

Dívida externa: o acentuado endividamento externo do País alcançou cifras estrondosas. Tendo-se socorrido de vultuosos empréstimos, do **FMI** (Fundo Monetário Internacional), o Brasil, para obter os empréstimos, teve que se submeter às exigências dos banqueiros internacionais, que ditaram regras sobre a conduta de nossa política econômica. Como se vê, “o teor de autonomia política, no que tange às decisões nacionais, é inversamente proporcional ao grau de endividamento externo”.

Inflação: a inflação brasileira, uma das maiores do mundo, atingiu, no final de 1984, a cifra de 223,8% ao ano, com prejuízo, principalmente, das classes assalariadas, que viram diminuído seu poder aquisitivo.

Desemprego: sem recursos para manter o crescimento da economia, o Brasil começou a sofrer crescente crise de empregos: a cada ano, o País precisa gerar cerca de 1,5 milhão de novos empregos, para absorver os novos contingentes de trabalhadores. Mas a nossa economia não conseguiu se desenvolver o suficiente para atender a essa necessidade de ampliação do mercado de trabalho. Em 1983, a situação do desemprego em São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares do Brasil atingiu níveis tão desesperadores que levou grupos de desempregados a se manifestar nas ruas, chegando até **saquear** supermercados em busca de alimentos. Essa atitude gerou consequências violentas e dramáticas: várias pessoas ficaram feridas e foram registrados casos de morte durante os saques.

O Fim do Regime Militar

O fracasso do modelo político e econômico adotado pelo regime militar ficou mais do que evidenciado durante o Governo do general Figueiredo. O País mergulhou numa das maiores crises econômicas de sua história, que se refletia nas elevadas taxas de inflação, no assombroso endividamento externo e no déficit público das empresas estatais.

Num movimento crescente de questionamento do regime militar, das decisões autoritárias e centralizadoras do Governo, diversos setores da sociedade (partidos, Igreja, associações científicas, Imprensa, empresários, universidades, sindicatos profissionais) passaram a reivindicar ardentemente uma mudança de rumos para o País.

A crescente onda de descontentamento popular em relação ao regime militar foi canalizada, de modo pacífico e ordeiro, pelas lideranças de oposição, para a campanha em favor das eleições diretas para Presidente da República. O objetivo era conseguir que o Congresso Nacional aprovasse a emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira, que restabelecia **eleições diretas** para Presidente e acabava com o Colégio Eleitoral, onde se faziam as eleições indiretas.

A Campanha pelas Diretas foi um dos maiores movimentos cívicos, de alcance popular, já registrado na história do Brasil. Envolvendo multidões entusiasmadas, o lema **Diretas-já** foi proclamado pelo povo em várias concentrações cívicas, realizadas em diversas cidades do País. Entretanto, uma série de **manobras** realizadas pela elite dirigente, ligada ao regime militar, impediu a implantação das eleições diretas para Presidente. O principal grupo político que se opôs à emenda das Diretas foi o liderado pelo deputado paulista Paulo Maluf.

Contrariada a vontade popular, expressa na Campanha pelas Diretas, iniciou-se a disputa indireta pela sucessão presidencial. Essa fase foi dominada por duas grandes candidaturas:

a do deputado **Paulo Maluf**, que era o representante oficial do Governo, embora não contasse com o pleno e efetivo apoio das forças que estavam no poder; a do governador de Minas Gerais, **Tancredo Neves**, apoiado por uma heterogênea aliança política, a Aliança Democrática, que, apesar das contradições ideológicas de seus integrantes, apresentava como ponto comum a perspectiva de mudar o Brasil. Através de comícios populares, a candidatura de Tancredo Neves foi se consolidando como a alternativa viável das oposições brasileiras para alcançar o fim do regime militar. Tancredo afirmava que iria ao Colégio Eleitoral para acabar com ele, e que sua eleição seria a **última eleição indireta** para Presidente o Brasil.

Eleição e Morte de Tancredo

As forças armadas da Aliança Democrática (cujos principais núcleos eram compostos pelo PMDB e pela Frente Liberal — dissidentes do PDS) conseguiram eleger Tancredo Neves para Presidente da República.

A proposta de Tancredo Neves era realizar um governo de transição, tendo como base a formação de um **pacto social** em que se buscava diminuir os conflitos de interesse entre as principais classes em atrito, principalmente patrões e empregados. Tancredo falava na instauração de uma **Nova República**, cuja missão seria implantar um projeto de conciliação nacional, que deveria ser efetivado

num clima de ordem e respeito às instituições constituídas. Tratava-se, no fundo, da tradicional proposta do populismo, praticamente impossível de ser realizada na medida em que pressupunha a possibilidade de conciliar os interesses dos setores oprimidos e explorados da população, com a prática dos grupos exploradores, cujo objetivo é perpetuar a exploração social. No entanto, procurando demonstrar sua sensibilidade para com os problemas sociais, Tancredo afirmava: “enquanto houver nesse País um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda prosperidade será falsa”.

Tancredo Neves, entretanto, não conseguiu tomar posse da Presidência da República em consequência de enfermidade que, evoluindo de modo fatal, conduziu-o à morte, em 21 de abril de 1985. O País foi tomado de **grande comoção** em face da morte de Tancredo e **das esperanças de mudança** nele depositadas.

O Vice-Presidente em exercício, **José Sarney**, assumiu então de forma plena o comando da Nação.

Breve Balanço Sócio-Econômico do Regime Militar

A Terra e a Alimentação do Povo

Acentuou-se a **concentração da propriedade** rural da terra nas mãos de uma reduzida minoria de latifundiários. Os latifúndios passaram a ocupar praticamente metade de todas as terras agrícolas disponíveis. Boa parte desses latifúndios são improdutivos ou não se dedicam à produção de alimentos para nossa população, pois são voltados para culturas de exportação, como, por exemplo, a soja. Ou áreas de plantação de cana-de-açúcar para a produção do álcool combustível.

Um dos graves resultados da estrutura fundiária do Brasil é que mais de 50 milhões de brasileiros passam fome, embora vivam num País de imensas potencialidades agrícolas.

Educação e Analfabetismo

Persiste no Brasil durante esse período o terrível problema do descaso pela educação geral do povo. Milhões de crianças, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, não freqüentam escolas, por não existirem vagas suficientes. Das crianças que conseguem matrícula, somente uma minoria tem condições de prosseguir os estudos. De modo geral, em cada 1000 alunos que ingressam na escola primária, apenas 50 concluem o 2º. grau e somente 18 terminam o curso universitário.

Criado pelo regime militar para acabar com o analfabetismo, o **MOBRAL** não cumpriu sua tarefa. O Brasil possui o vergonhoso número de mais de 30 milhões de analfabetos.

Dominação do Capital Estrangeiro

As empresas multinacionais ampliam sua atuação no mercado brasileiro, concentrando seus capitais nos setores mais importantes da economia: indústria farmacêutica, automobilística e eletrônica, distribuição de petróleo, produção de metais, máquinas e equipamentos pesados etc. O conjunto dessas empresas é responsável por uma fabulosa remessa de lucros para suas matrizes no exterior.

“Ao predomínio das multinacionais sobre a economia brasileira, a seu domínio sobre os órgãos formadores da opinião pública, a seu controle sobre a rede de comunicação de massa, corresponde uma descaracterização progressiva de nossa cultura e uma alienação também crescente de nossa consciência nacional.”

Concentração de Renda

Agravou-se nas últimas décadas do regime militar a concentração de renda nas mãos de uma minoria de privilegiados.

Em 1960, a metade mais pobre da população controlava 17,4% da renda pessoal no Brasil, passando, em 1980, a deter menos ainda: 12,6%. Enquanto isso, os 5% mais ricos que controlavam, em 1960, 28,3% da renda aumentaram sua participação para 37,9%. Em outras palavras: “os ricos ficaram mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres”. Prova disso é que os 10% mais ricos da população são aqueles que têm poder aquisitivo para consumir mais da metade da produção econômica brasileira para o mercado interno.

Inflação e Dívida Externa

No último Governo militar, a inflação bateu recordes históricos, superando a cifra de 200% ao ano. A crescente onda inflacionária gerou um período de favorecimento à especulação financeira, comprometendo os investimentos na produção econômica. A classe social mais sacrificada com a inflação foi a dos trabalhadores, que tinha seus salários corroídos dia a dia pela alta desenfreada do custo de vida, refletida na remarcação diária dos preços.

O endividamento externo brasileiro, por sua vez, cresceu de forma espantosa e incontrolável, atingindo cifras astronômicas em milhões de dólares. O Governo teve que se submeter a uma política de prestação de contas ao **FMI** (Fundo Monetário Internacional). A conclusão foi a seguinte: o Brasil, uma país pobre, foi obrigado a **exportar capitais** para os países ricos. E pagar os encargos da dívida (dívida impagável) às custas da miséria do povo.

A “NOVA” REPÚBLICA

O Governo José Sarney



Por esses motivos, José Sarney não era o Presidente com quem a maioria da sociedade civil sonhava para conduzir o processo de transição democrática.

Como superar aquela imagem adversa? Sarney estava consciente de que precisava ser muito hábil para aliviar as tensões, reduzir as decepções e ganhar credibilidade. Logo de início, jurou honrar os compromissos políticos que faziam parte do programa defendido por Tancredo Neves. Não eram poucos, nem pequenos, os desafios e problemas que o novo Presidente tinha pela frente.

Em pronunciamento à Nação, no dia 22 de julho de 1985, Sarney reconhecia as enormes dificuldades de seu Governo: “Herdei para administrar a maior crise política da história brasileira, maior crise política da história brasileira, a maior dívida externa do mundo, a maior dívida interna, e a maior inflação que já tivemos. A maior dívida social – a dívida moral”.

A seguir, veremos alguns dos principais aspectos no campo sócio-econômico e político que marcaram o Governo Sarney, onde destacaremos a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Aspectos Sócio-Econômicos

Desde que assumiu o Governo, o Presidente José Sarney anunciou sua intenção de retomar o crescimento econômico do País, reduzir a inflação e enfrentar os graves problemas sociais.

Conforme declarações de seu Ministro do Planejamento, João Sayad (1985), “50 milhões de brasileiros sofrem as dificuldades agudas da fome, da desnutrição, da falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde”. Tendo em vista combater essa dramática situação de miséria social, elaborou-se o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) do Governo Sarney.



Entretanto, os objetivos de melhorar as condições sociais do povo não foram alcançados por vários motivos. Dentre eles, podemos mencionar a falta de determinação política do Governo, que já se revelava na desarmonia e incompatibilidade existentes na própria equipe de Ministros de Estado, formada por membros do PMDB e do PFL (dissidentes do PDS). Além disso, a grave crise econômica que afeta o País comprometeu, em grande parte, a ação governamental.

Ao final de 1985, a inflação brasileira alcançou a cifra recorde de 224,4%. E tudo indicava que rapidamente iria se acelerar.

Em 28 de fevereiro de 1986, a equipe econômica do Governo liderada pelo Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, tomou medidas de grande impacto para o tratamento da economia. Trata-se do Plano Cruzado, cujas medidas de maior destaque foram as seguintes: Extinção do cruzeiro e criação de uma nova moeda: o cruzado.

Fim da correção monetária generalizada.

Congelamento dos preços das mercadorias.

Reajuste automático dos salários, sempre que a inflação atingisse 20% — era o mecanismo conhecido com “gatilho” salarial. O Plano Cruzado foi amplamente debatido pelos economistas, através dos meios de comunicação. Era um Plano ousado e bastante controverso. Os setores políticos ligados ao movimento sindical protestavam contra o sistema de reajuste salarial estabelecido pelo

Governo. Diziam que os preços das mercadorias tinham sido congelados no pico (elevados) enquanto os salários foram congelados pela média dos últimos seis meses, ignorando-se as perdas salariais anteriores.

Os setores ligados ao empresariado também discordavam do Plano Cruzado. Diziam que o congelamento dos preços nunca dera certa na história da economia mundial, que feria as leis de mercado, e que a principal causa da inflação brasileira era o déficit público do Estado — a dívida interna pública. Esta, entretanto, não estava sendo devidamente administrada pelo Governo.

Apesar dessas críticas, a maior parcela da população aderiu ao Plano Cruzado, empolgou-se com o congelamento dos preços, sendo impulsionada em sua adesão pela propaganda governamental veiculada, principalmente, através das grandes redes de televisão do País. Nestes momentos de euforia popular, o Governo Sarney colheu seus melhores índices de popularidade.

Após um curto período de empolgação e otimismo, a população foi, pouco a pouco, defrontando-se com os resultados práticos do Plano Cruzado. Era o fim da ilusão.

O congelamento dos preços foi sendo desrespeitado pelos produtores e comerciantes rurais e urbanos. Diversos produtos sumiram das prateleiras do mercado, somente reaparecendo mediante o pagamento de ágio (acréscimo ao preço tabelado). Longas filas se formavam para a compra de mercadorias tabeladas pela SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento). Mesmo com o apoio popular, o Governo não demonstrou condições de fiscalizar o tabelamento dos preços, nem determinação para reprimir o desrespeito que se seguiu às normas do Plano Cruzado.

Num certo momento, a equipe econômica do Governo percebeu a necessidade de tomar novas medidas no sentido de realinhar os preços das mercadorias e, assim, reajustar a economia. Considerando essas medidas impopulares, o Governo decidiu segurar-las somente depois das eleições de 15 de novembro de 1986. Eleições de grande importância política. Através delas, seriam eleitos novos Governadores de Estado, Senadores e Deputados Federais para a Assembléia Nacional Constituinte, além dos Deputados Estaduais. Realizadas as eleições (e eleita uma maioria de parlamentares conservadores e moderados), foi decretado o Plano Cruzado II. As oposições tacharam a manobra política do Governo de “estelionato” eleitoral.

Ao contrário das medidas anteriores, o Plano Cruzado II não contou com o amplo apoio da população, principalmente porque o novo decreto autorizava o descongelamento das tarifas públicas, dos preços do álcool e da gasolina e de uma série de produtos. E já havia todo um desgaste do Plano anterior.

Em relação ao seu principal objetivo — que era o combate à inflação — os Planos Cruzados fracassaram. Os preços logo voltaram a se elevar. Nos primeiros meses de 1987, a inflação voltou a exibir seu enorme fôlego. As taxas mensais atingiam a cifra de mais de 20%.

Percorrendo uma jornada de crescente descrédito junto à opinião pública, o Governo ainda tentou aplicar novos “choques” econômicos. Em meados de 1987, veio o Plano Bresser, concebido, principalmente, pelo novo Ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira. Algum tempo depois, nos primeiros meses de 1989, veio o Plano Verão, concebido na gestão de um novo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Todos esses sucessivos “choques” econômicos utilizaram-se, em diferentes proporções, do expediente de congelar os preços das mercadorias. Entretanto, não apresentaram resultados efetivamente positivos e duradouros no combate à inflação. Muitas causas, muitas razões são apontadas pelos especialistas em economia para o fracasso desses “Planos”. O que ninguém mais discute é o que as causas da inflação brasileira são extremamente complexas e profundas. A experiência também demonstrou que meros decretos de impacto não são suficientes para debelá-la.

Aspectos Políticos

Uma série de providências deviam ser tomadas para colocar o País no caminho da redemocratização. Dentre essas providências, figurava a convocação de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que seria encarregada de elaborar uma nova Constituição Federal para o Brasil.

Instalada em 1º de fevereiro de 1987, a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, compunha-se de membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Não foi, portanto, uma Assembléia Constituinte exclusiva; funcionou, simultaneamente, com o Congresso Nacional (daí a expressão que também se lhe aplicou de Congresso Constituinte).

A promulgação desta oitava Constituição brasileira representou etapa extremamente importante no processo de democratização do País, sem a qual não se podia avançar na organização institucional legítima do Estado.

A Constituição de 1988

Para a maioria dos analistas, a Constituição de 1988 é a mais democrática de todas as que o Brasil já teve. Ela apresenta algumas novidades importantes em relação à Constituição imposta pelo regime militar. Vamos conhecer seus principais pontos? Veja só: Garantia maior dos direitos humanos contra a arbitrariedade do Estado. O Estado tem obrigações para com o cidadão. Todos têm de obedecer à lei, inclusive os governantes, os juízes, os policiais, etc. O cidadão que cumpre a lei não pode ser coagido pelo Estado. Por exemplo, um policial não pode prender uma pessoa ou bater nela porque ela é “suspeita”. A pessoa é inocente até que prove o contrário.

A pena de morte e a tortura são proibidas. A lei é clara: todos têm direito a um julgamento, ninguém pode ser torturado, ninguém pode ser executado. Nem mesmo o pior bandido. E isso não é defender o bandido, mas defender o cidadão. Se a polícia não precisasse obedecer à lei e pudesse torturar e executar um bandido, por que então ela não poderia também desobedecer à lei roubando e matando o cidadão comum? A lei é a lei, e deve ser respeitada por todos e em qualquer circunstância. Ninguém está acima dela.

Racismo é crime. Antes era apenas contravenção. Agora, dá cadeia. Fim da censura. Agora, todos podem escrever e ler o que quiserem, podem ver filmes e peças de teatros, ouvir músicas que bem entenderem. O Estado não pode proibir. Claro que isso não dá o direito de mentir, de caluniar nem de defender o crime e o preconceito. Você pode defender idéias, não o desrespeito à lei.

Novos direitos trabalhistas. A jornada semanal de trabalho é de 44 horas. Além disso, o trabalhador deve receber hora extra, que vale 50% mais do que a hora normal de serviço. O trabalho infantil é proibido.

Novos direitos políticos. Agora, pessoas com 16 anos ou mais e analfabetos podem votar. Para ser candidato, é preciso ter pelo menos 18 anos e ser alfabetizado. Eleições em dois turnos. Em cidades com mais de 200 mil eleitores, a eleição para presidente,

governador e prefeito poderá ser em dois turnos. Caso nenhum candidato tenha superado 50% do total de votos válidos (não contam os brancos e os nulos), haverá um segundo turno com disputa somente dos dois mais votados no primeiro turno. O voto é direto e secreto.

10.2.1 – A Eleição de Collor



Depois de quase três décadas, os brasileiros finalmente voltaram a escolher o novo presidente da República. A campanha eleitoral de 1989 foi disputadíssima e entusiasmou grande parte da população.

Inicialmente, parecia que os dois mais votados seriam Lula (PT) e Brizola (PDT). Parecia não existir nenhum candidato politicamente de direita com chances de vencer, até que surgiu Fernando Collor de Mello.

Collor vinha de uma família tradicional na política: seu avô tinha sido ministro de Vargas e seu pai, senador da UDN. Collor tinha ligações familiares com os grupos dominantes tradicionais do Nordeste. Ele próprio era empresário e dono de uma emissora de televisão em Alagoas, associada à Rede Globo. Começou na política no tempo da ditadura. Homem de confiança do regime, foi nomeado prefeito de Maceió (AL). Eleito deputado federal pelo PDS, votou em Paulo Maluf contra Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Com o sucesso do Plano Cruzado de Sarney, transferiu-se para o PMDB e foi eleito governador de Alagoas em 1986.

Quando era governador alagoano, Collor ganhou a página dos jornais do país porque se recusou a pagar os salários dos “marajás”.

Os “marajás” eram funcionários públicos que recebiam salários altíssimos. Entretanto, ele não eram necessariamente corruptos. Os altos vencimentos eram amparados por leis. Mas Collor queria passar a impressão de que era um governante austero, que se recusava a desperdiçar o dinheiro público. Quando se tornou candidato à Presidência da República, apareceu como o “caçador de marajás”, como o homem que iria acabar com os privilégios e a corrupção.

A maior parte dos brasileiros viu em Collor o “salvador da pátria”, o homem forte que iria esmurrar a corrupção, o homem novo sem passado

político. Surpreendentemente, disparou na preferência do eleitorado e venceu o primeiro turno.

As eleições seriam decididas entre Collor e Lula (o segundo colocado no primeiro turno, Brizola tinha ficado em terceiro). Lula tinha o apoio do PT, claro, o PDT (Brizola, que tinha um eleitorado fiel no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, deu todo o apoio), do PV, do PCB, do PC do B e do PSB. Os tucanos do PSDB ficaram indecisos até o final e manifestaram apenas uma leve preferência por Lula.

Collor era sustentado pelos políticos tradicionais do PFL, do PDS de Maluf, do PTB e de parte significativa do PMDB. Os grandes empresários o apoiavam abertamente.

Inicialmente as pesquisas indicavam uma vitória tranquila de Collor. Mas o primeiro debate foi facilmente vencido por Lula. A campanha de Lula era apoiada por milhares de militantes dedicados, o que contribuía para reforçar sua imagem de “candidato popular”. As pesquisas começaram a apontar o crescimento acelerado da preferência por Lula. Ele realmente estava em condições de vencer a eleição.

Assustados, grandes empresários anunciaram que, se Lula fosse presidente, partiriam do Brasil e assim a economia do país ficaria arrasada. Panfletos apócrifos (sem autoria conhecida) anunciavam que Lula iria colocar os mendigos para morar dentro dos apartamentos da classe média.

O último debate foi realizado na madrugada de domingo para segunda-feira. Por isso, a maioria das pessoas só assistiu ao compacto com os “melhores momentos” transmitido pela Rede Globo no Jornal Nacional, na noite seguinte. Mas o compacto da Globo tinha sido preparado de modo que desse a impressão de que Collor tinha arrasado Lula no debate. Uma manipulação óbvia dos fatos. No final, Collor venceu as eleições. Os grandes empresários respiraram aliviados e a população mais humilde comemorou o triunfo de seu candidato.

O Desastre Collorido

Durante a campanha eleitoral, Collor assustava os eleitores dizendo que, se Lula fosse eleito, confiscaria o dinheiro das poupanças. Pois assim que assumiu a Presidência Collor pôs em prática o plano de sua ministra Zélia Cardoso: tomou emprestado o dinheiro das cadernetas de poupança, prometendo só devolver em prestações, um ano depois. As pessoas não podiam sacar o dinheiro das poupanças. Era como se esse dinheiro não existisse mais.

O objetivo era fazer com que o governo tivesse dinheiro para pagar suas contas. Desse modo, não precisaria emitir papel-moeda (fabricar notas), que é uma das causas da inflação. A outra idéia era enxugar o mercado. Ou seja, com menos dinheiro em circulação, a tendência seria o dinheiro se valorizar, o que também combatia a inflação (que é a perda de valor do dinheiro). Além disso, o plano levava em conta que as pessoas guardavam dinheiro na poupança para poder comprar coisas como geladeira, automóvel, máquina de lavar roupa. Sem o dinheiro da poupança comprariam menos. Ou seja, a demanda cairia e com isso os preços também cairiam, os preços tendem a cair para atrair o comprador.

A inflação caiu de 1.200 ao ano (1989) para 480% (1990). Ou seja, continuava insuportável. O pior foram os efeitos negativos. Muitos microempresários, que se defendiam da inflação guardando dinheiro na poupança, não puderam pagar suas dívidas e faliram. Com a diminuição das vendas, lojas quebraram, fábricas faliram ou demitiram em massa. Ou seja, o governo Collor mergulhou o país numa das maiores recessões de sua história.

O Neoliberalismo no Brasil

Collor cumpriu uma de suas principais promessas de campanha: introduzir o neoliberalismo no Brasil. Foi o governo dele que as empresas estatais começaram a ser privatizadas. Collor também reduziu as tarifas alfandegárias e estimulou as importações. De acordo com o presidente, a chegada dos produtos estrangeiros geraria uma saudável concorrência, estimulando as empresas brasileiras a aumentar a qualidade de seus produtos. Nessa época, os brasileiros entraram em contato com automóveis de luxo e quinquilharias chineses. Naturalmente os automóveis eram para os que podiam pagar, as bugigangas, para o resto da população. Collor também diminuiu o pagamento das aposentadorias, revelando outra face neoliberal: o corte nos gastos do Estado como assistência social.



O Impeachment

Apesar dos elogios ao neoliberalismo, o governo brasileiro continuava tendo uma importante função econômica, realizando obras e financiando projetos econômicos. Essa era exatamente uma grande brecha para a corrupção que envolveu o governo Collor e seu amigo Paulo César (PC) Farias.

Em Brasília, havia muitos boatos a respeito desse esquema de corrupção Collor-PC Farias. Mas poucas provas. Até que um irmão de Collor concedeu uma entrevista bombástica, denunciando as falcaturas. Foi um escândalo. Os jornais começaram a denunciar como funcionava a coisa.

O Congresso Nacional instaurou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a fundo. Mas havia um problema: como provar que PC estava ligado a Collor? Os jornalistas da revista Isto É mataram a charada: os cheques eram depositados em contas fantasmas. Ou seja, em nome de pessoas que não existiam (mas o dinheiro podia ser sacado por PC Farias). Collor negou ter contato com PC, mas a investigação das linhas telefônicas mostrou que eles se falavam diariamente. Foi PC quem pagou a reforma nos jardins da casa da Dinda (morada da mãe de Collor em Brasília), uma reforma que custou mais de dois milhões de dólares (dava para plantar uma floresta...).

Collor fez pronunciamentos na televisão, xingando os opositores. Sugeriu então que todos os brasileiros usassem uma fita verde e amarela em sinal de repúdio às “calúnias contra o presidente”. A resposta da população foi utilizar uma tarja preta de pesar pelo fato de o país ter um presidente corrupto.

Na imprensa, nas esquinas e no Congresso só se falava no impeachment do presidente. Essa palavra do inglês quer dizer “impedimento” (perda dos direitos políticos). Collor tinha cometido um crime. Então, de acordo com a Constituição, a Câmara de Deputados poderia votar pelo seu afastamento. Centenas de milhares de pessoas foram às ruas para exigir o impeachment de Collor. A maioria era formada por jovens estudantes, cujo símbolo era a cara pintada.

É claro que muitos políticos poderiam ter apoiado Collor. Mas naquele instante, pensaram algo do tipo: “Se eu votar a favor do Collor, essa multidão vai fazer com que eu perca as eleições”.

No dia 29 de setembro de 1992, a esmagadora maioria dos deputados federais afastou Collor por crime de responsabilidade (desobediência à Constituição). Imediatamente, ele foi afastado. No dia 22 de dezembro, os senadores votaram o impeachment do presidente. Desse modo, ele perdeu o mandato e teve seus direitos políticos cassados por oito anos (conforme o previsto pela Constituição).

Itamar Franco

Pouquíssimos eleitores de Collor se lembravam de que o vice-presidente era Itamar Franco. O mineiro Itamar começou a carreira política ainda no tempo de estudante de engenharia. Foi ligado ao PTB e, no regime militar participou do MDB, tendo sido prefeito de Juiz de Fora e senador. Tinha fama de político honesto e independente, uma imagem que interessava a Collor estar associado. Chegando de forma inesperada à presidência, Itamar teve pouco tempo para governar.

O grande êxito de Itamar foi o controle da inflação, que tinha chegado a 5.000% ao ano. Seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deu início (em 1993) ao célebre Plano Real. Foi criada uma nova moeda (o real), com valor bem próximo ao do dólar. Essa moeda forte seria a âncora que manteria os preços abrigados da tempestade inflacionária. Realmente, a inflação caiu a quase zero por mês.

Fernando Henrique Cardoso

O sucesso do Plano Real impulsionou a carreira de Fernando Henrique Cardoso (abreviadamente, FHC). Nascido no Rio de Janeiro, de família de classe média, viveu grande parte de sua vida em São Paulo. Sociólogo de renome internacional, professor da USP e de universidades na Europa e nos EUA, FHC se opôs ao regime militar e teve de se exilar. De volta ao país, apoiou as greves do ABC em 1978-1981 e foi eleito senador pelo MDB. Depois da promulgação da Constituição de 1988, liderou a criação do PSDB. Quando se tornou ministro de Itamar, assumiu a liderança do Plano Real.

Inicialmente, o Plano Real foi muito bem-sucedido. A inflação praticamente desapareceu. A estabilidade econômica permitiu que os mais pobres pudessem comprar bens a prestações. Ou seja, houve uma melhora na distribuição de renda, que permitiu a ampliação do mercado consumidor. Com isso, a produção econômica se ampliou. A estabilidade e os incentivos do governo (cancelando a cobrança de impostos construindo obras de infraestrutura) atraíram bilhões de dólares de investimentos estrangeiros.



Com tamanho sucesso do plano, FHC não teve dificuldade de se eleger presidente da República ainda no primeiro turno, em 1994 (em segundo lugar, Lula). Teve o apoio dos partidos de “direita” e “centro” (o PFL, liderado pelo senador baiano Antônio Carlos Magalhães, o PPB, liderado por Paulo Maluf, e o PMDB). Essa aliança foi criticada por setores da esquerda, que acusaram FHC de realizar um “governo conservador e elitista”. Mas para o presidente, essa aliança era a única maneira de viabilizar “as reformas necessárias para o país”. No governo, FHC continuou a privatizar as empresas estatais. Apesar dos protestos da oposição (PT, PDT, PC do B, PSB e partidos menores de esquerda), até mesmo a gigantesca Companhia Vale do Rio Doce (a maior mineradora do mundo) foi vendida para particulares. Os opositores acusaram o governo de vender as estatais a preço muito baixo e de entregá-las a grupos estrangeiros.

Desse modo, estaria havendo “a perda do patrimônio público e a desnacionalização da economia”. O governo alegou que a privatização era necessária para que ele pudesse se dedicar aos seus reais objetivos: saúde e educação. Então o governo e oposição discordaram mais uma vez, com a oposição acusando o presidente de ter feito poucos investimentos na área social.

Depois de conseguir o apoio de deputados e senadores que votaram a favor de uma emenda constitucional que permitia a reeleição, FHC concorreu novamente à Presidência e mais uma vez derrotou Lula no primeiro turno. Com certeza, o sucesso do Plano Real em manter a inflação em níveis baixos e o medo de que ela retornasse levaram os eleitores a novamente optarem por FHC.

No segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso continuou o programa de privatizações. Foram vendidas as estatais de telecomunicações.

Durante o governo FHC aconteceram mudanças importantes no sistema bancário. Alguns bancos foram vendidos a investidores estrangeiros.

A crise econômica na Ásia, a partir do final de 1998, levou a mudanças no curso do Plano Real. A moeda foi desvalorizada a ponto de valer metade do dólar. Com isso, caíram as importações e melhoraram as exportações. O problema da balança comercial externa tornou-se menos grave. Em compensação, a dívida externa quase triplicou de valor. No plano interno, o país vive muitas dificuldades. Mas o maior problema social foi o desemprego.

Luís Inácio Lula da Silva

O Governo Lula (2003–2010) corresponde ao período da história política brasileira que se inicia com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 1 de janeiro de 2003, em sua quarta tentativa para chegar ao cargo presidencial, após derrotar o candidato do PSDB e ex-ministro da Saúde José Serra, com 61,30% dos votos válidos, em segundo turno. A eleição de Lula, que havia sido derrotado nos anos de 1989, 1994 e 1998, é marcada por ter sido a primeira na história brasileira de um ex-operário ao posto mais importante do país.

Em outubro de 2006, Lula se reelegeu para a presidência, derrotando o candidato do PSDB Geraldo Alckmin, sendo eleito no segundo turno com mais de 60% dos votos válidos contra 39,17% de seu adversário. Sua estada na presidência foi concluída em 31 de dezembro de 2010.

O Governo Lula terminou com aprovação recorde da população, com número superior a 80% de avaliação positiva. Teve como principais marcas a continuidade com êxito do Plano Real, a retomada do crescimento do País e a redução da pobreza e da desigualdade social.

O Governo Lula caracterizou-se pela baixa inflação, que ficou controlada, redução do desemprego e constantes recordes da balança comercial. Na gestão do presidente Lula observou-se o recorde na produção da indústria automobilística em 2005, e o maior crescimento real do salário mínimo.

Em 2010, o IBGE afirmou que o país avançou na redução da pobreza e distribuição de renda. Segundo a entidade, apesar da desigualdade social ser ainda elevada, conseguiu-se reduzir a taxa de pobreza de 40% em 1990 para 9,1% em 2006, graças à avanços perpetrados pelos governos Collor, Itamar, FHC e Lula. Alguns dos motivos para a redução teriam sido a inflação baixa e os programas de transferência de renda.

A partir de 2004, o governo Lula enfrentou crises políticas, que atingiram seu grande desempenho em julho de 2005 quando denunciaram o esquema de compra de votos de deputados no Congresso e o financiamento de campanhas por “Caixa 2”. Conhecido como o “Escândalo do Mensalão”, foi o momento mais crítico da gestão Luiz Inácio Lula da Silva e considerado o pior escândalo de seu governo.

